



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO – PROCESSO Nº SEI-2026-12000136
SECRETARIA DE OBRAS E HABITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90.023/2026

1. INTRODUÇÃO

1.1 – O MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, por meio da **SECRETARIA DE OBRAS E HABITAÇÃO**, torna público que fará realizar licitação, sob a modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, para a **Formação de ata de registro de preços para o fornecimento e a instalação de Artefatos para Treinamento, destinados à implantação e à qualificação de espaços públicos voltados ao lazer, à convivência comunitária e à promoção da saúde, no Município de Angra dos Reis**, conforme especificações técnicas mínimas para prestação de serviços devidamente descritos, caracterizados e especificados neste Edital e/ou no Termo de Referência, na forma da lei.

1.2 – A presente licitação se rege por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, da **Lei Complementar Federal nº 101/2000** (Lei de Responsabilidade Fiscal), do Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/90** e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

1.3 – A presente licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo utilizado o Sistema COMPRAS.GOV, disponibilizado e processado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> (Portal Nacional de Compras Públicas), mantido pelo Governo Federal, e regulamentado pelo Decreto Federal nº 10.024/2019, a que as licitantes interessadas se submetem, devendo providenciar o seu credenciamento junto ao referido sistema, no sítio antes indicado, para obtenção da chave de identificação e da senha, antes da data determinada para a realização do Pregão Eletrônico.

1.4 – As retificações do Edital obrigarão todas as licitantes e serão divulgadas pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

1.5 – A licitação que é objeto do presente Edital poderá ser adiada ou revogada por razões de interesse público, sem que caiba às licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por estes motivos, de acordo com o art.71, inciso II e §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.6 – As licitantes interessadas poderão obter o presente Edital e seus anexos no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.7 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico pregao@angra.rj.gov.br.

1.7.1 – O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

1.8 – Os interessados poderão formular impugnações até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico: pregao@angra.rj.gov.br.



1.8.1 – Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

1.8.2 – A impugnação possui efeito suspensivo até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

1.8.3 – Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

1.9 – A licitação não prosseguirá nos atos ulteriores até que sejam prestados os esclarecimentos ou respondidas as impugnações existentes. Oferecida a resposta da Administração, a sessão de recebimento das propostas será realizada nos prazos indicados nos itens 1.7.1. ou 1.8.1., conforme o caso, no mesmo horário e local, salvo quando houver designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

2. DIA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA DA LICITAÇÃO

2.1 – No dia 15 de maio de 2026, às 10:00 hs, o Pregoeiro iniciará a sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90.023/2026, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> (Portal Nacional de Compras Públicas).

2.2 – No caso de a licitação não poder ser realizada na data estabelecida, será adiada para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

3. OBJETO

3.1 – O objeto da presente licitação é a **Formação de ata de registro de preços para o fornecimento e a instalação de Artefatos para Treinamento, destinados à implantação e à qualificação de espaços públicos voltados ao lazer, à convivência comunitária e à promoção da saúde, no Município de Angra dos Reis**, Conforme as especificações constantes deste Edital e/ou do Termo de Referência.

3.1.1 – Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT/CATSER e as constantes deste Edital, prevalecerão as do Termo de Referência.

4. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 – Os recursos necessários à aquisição do objeto ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão Gerenciador da ARP:

1.SECRETARIA DE OBRAS E HABITAÇÃO

PROGRAMA DE TRABALHO:15000000

CÓDIGO DE DESPESA: 449052.

FONTE DE RECURSO: 20.2023.15.451.0207.1990.

4.2- O preço total estimado pela Administração para o objeto deste pregão é **R\$ 86.001.890,50** (oitenta e seis milhões, um mil, oitocentos e noventa reais e cinquenta reais centavos).



5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1 – O critério de julgamento da presente licitação é o **MENOR PREÇO GLOBAL**.

6. PRAZOS

6.1 – A contratação terá eficácia a partir da data da publicação do instrumento correspondente no Portal Nacional de Contratações Públicas e vigorará por 12 (doze) meses contados desta ou da data estabelecida no memorando de início, se houver.

6.1.1 – Fornecimento parcelado. A execução do objeto terá início com a emissão da ordem de fornecimento emitida pelo Município de Angra dos Reis. Os artefatos serão instalados nos locais indicados, devendo a contratada providenciar todos os equipamentos, pessoal e insumos necessários ao fornecimento considerando as especificações constantes neste termo de referência.

6.2 – O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2.1 – No caso de serviços e fornecimentos contínuos, o contrato poderá ser prorrogado na forma dos arts. 107 e 106, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e das demais normas aplicáveis.

6.2.2 – O prazo de garantia convencional por conta da CONTRATADA será de **12 (doze) meses** a contar do aceite, na forma do Termo de Referência, sem prejuízo da garantia legal de adequação dos serviços.

6.3 – As licitantes ficam obrigadas a manter a validade da proposta por **60 (sessenta) dias**, contados da data da realização da licitação.

6.4 – Decorrido o prazo consignado no item anterior sem que tenha havido convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, as licitantes ficarão liberadas de quaisquer compromissos assumidos.

6.5 – As Atas de Registro de Preços vigorarão pelo prazo de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, a partir da data da sua publicação no Boletim Oficial do Município de Angra dos Reis, acompanhada da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas, conforme Art.84 da Lei 14.133/21.

6.5.1 – No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

6.5.2 – O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado, observado o prazo máximo de vigência de 1 (um) ano, na forma do item 6.5

6.5.3 – A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.

6.5.4 – A prorrogação da vigência da ata de registro de preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, aferida por meio dos parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.



7. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1 – Para a participação nesta licitação é necessário que o interessado esteja credenciado junto ao Provedor do Sistema (<https://www.gov.br/compras/pt-br>.)

7.2 – Para participação no Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

7.3 – A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado, ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações, declare, nos campos próprios, que inexistirá qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita o regulamento do sistema de compras eletrônicas relativo ao Pregão Eletrônico e que se responsabiliza pela origem e procedência dos serviços que cotar.

7.4 – A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

7.5 – Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada pregão eletrônico.

7.6 – O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

7.7 – Não serão admitidas nesta licitação as empresas suspensas do direito de licitar, no prazo e nas condições do impedimento, e as declaradas inidôneas pela Administração Direta ou Indireta, assim como as empresas e/ou seu sócio majoritário que tenham sido apenados com proibição de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992 e alterações.

7.8 – Não será permitida a participação de sociedades cooperativas em razão da natureza do objeto do presente certame.

7.9 – Não será permitida a participação em consórcio.

7.10 – As operações societárias promovidas por sociedades empresariais isoladamente ou por aquelas participantes de consórcio ou as alterações de composição de consórcio deverão ser submetidas à análise da **SECRETARIA DE OBRAS E HABITAÇÃO**, para aferição da manutenção das condições de habilitação ou verificação de suas implicações com o objeto do Contrato, que poderá ser extinto em qualquer hipótese de prejuízo ou elevação de risco para o seu cumprimento.

7.10.1 – A substituição e o ingresso de consorciado deverá ser expressa e previamente autorizada pela **SECRETARIA DE OBRAS E HABITAÇÃO** e será condicionada à comprovação de que a empresa substituta/ingressante preenche os requisitos exigidos para habilitação jurídica e de regularidades fiscal, social e trabalhista, além da comprovação de que o consórcio mantém, no mínimo, os quantitativos originários para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados à ocasião do certame.



7.11 – Não será permitida a participação de licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores da Administração Direta ou Indireta do Município, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta licitação. Será vedada também a participação de licitantes que possuam em seus quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses, **devendo apresentar declaração de atendimento a tal requisito.**

7.12 – Não serão aceitas na presente licitação as licitantes que tenham participado da elaboração do(s) projeto(s) relacionado(s) ao objeto desta licitação, bem como aquelas cujo quadro técnico seja integrado por profissional que tenha atuado como autor ou colaborador do Termo de Referência.

7.13 – Não será permitida a participação de licitantes que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7.14 – Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si, conforme o inciso V do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.15 – Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

7.16 – As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, visando à habilitação, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal.

7.16.1 – A empresa estrangeira, que concorrer isoladamente ou como líder de consórcio, deve informar endereço de representante em território brasileiro, com poderes para receber intimação e citação, bem como endereço eletrônico para comunicações.

7.17 – O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

7.18 – É vedada a participação do órgão ou entidade promotora da licitação em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no respectivo edital.

8. CREDENCIAMENTO

8.1 – Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta do “Manual do Fornecedor”, disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

8.1.1 – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG – Sistema COMPRASNET.



8.1.2 – O referido credenciamento depende de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

8.1.3 – O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilização legal da licitante e do seu representante legal, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

8.1.4 – É de exclusiva responsabilidade da licitante a utilização da senha de acesso, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por representante, não sendo cabível ao Provedor do Sistema ou à **SECRETARIA DE OBRAS E HABITAÇÃO**, promotor da presente licitação, responsabilidades por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

8.1.5 – A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio do acesso.

9. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E DA DOCUMENTAÇÃO

9.1 – Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública prevista no item 2.1.

9.1.1 – A etapa de que trata esse item será encerrada com a abertura da sessão pública.

9.1.2 – As propostas de preço serão ofertadas com base no preço **GLOBAL**, incluindo os lances. No entanto, o licitante deverá observar o valor dos itens, segundo planilha.

9.2 – As licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas e os documentos de habilitação inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública da presente licitação, no dia e horário previstos no item 2.1.

9.2.1 – Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

9.2.2 – Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, em formato digital, nos termos do item 11.4.

9.2.3 – O pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhe atribuirá validade e eficácia para fins de classificação.

9.2.4 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 9.2.3, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.



9.2.5 – Não será estabelecida nesta etapa do certame ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização de procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

9.3 – No preço proposto serão computadas **todas as despesas para a entrega** do(s) bem(ns) ou serviço(s), incluindo a totalidade dos custos diretos e indiretos do objeto da presente licitação, constituindo obrigação da CONTRATADA o pagamento dos salários de todos os seus empregados e respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como todos os tributos, encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, inclusive seguros, multas, e outras despesas relacionadas ao objeto da licitação e quaisquer despesas extras e necessárias não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta licitação.

9.4 – O valor total da proposta, acrescido dos valores devidos a título de contribuição previdenciária, na forma do item anterior, será considerado apenas para efeito de comparação com o valor das propostas apresentadas pelas demais licitantes, no momento do seu julgamento.

9.4.1 – O valor devido título de contraprestação pela execução dos serviços será obtido mediante a dedução do valor total da proposta do montante do valor devido a título de contribuição previdenciária, o qual deverá ser recolhido à entidade competente, na forma da legislação.

9.4.2 – Os **custos indiretos**, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme disposto em regulamento.

9.5 – **Nenhuma reivindicação para pagamento adicional** será considerada se decorrer de erro ou má interpretação do objeto licitado ou deste Edital. Considerar-se-á que os preços propostos são completos e suficientes para pagar todos os serviços.

9.6 – A licitante deverá remeter a proposta de preços devidamente adequada aos preços ofertados na fase competitiva em arquivo único compactado, no curso da sessão pública, quando solicitada a fazê-lo pelo Pregoeiro.

9.7 – As licitantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas. A **SECRETARIA DE OBRAS E HABITAÇÃO**, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os seus resultados.

9.8 – Incumbirá, ainda, à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando **responsável pelo ônus** decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10. ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1 – A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta pelo pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

10.1.1 – Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.



10.1.2 – O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

10.2 – O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

10.3 – Serão desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) que contiverem vícios insanáveis;
- c) que apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido;
- e) que apresentarem desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do Edital;
- f) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- g) que por ação da licitante ofertante contenha elementos que permitam a sua identificação;
- h) que não tenha indicado a marca dos produtos cotados;
- i) cujo objeto esteja desacompanhado da documentação técnica/certificação exigida no Termo de Referência.

10.3.1 – A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

10.3.2 – No caso de serviços de engenharia, para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global fixado neste edital, conforme as especificidades do mercado correspondente (art. 59, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

10.3.3 – No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, conforme o § 4º do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.4 – Após a análise das propostas de preço será divulgada nova grade ordenatória pelo sistema contendo a relação com as propostas classificadas e aquelas desclassificadas mediante decisão motivada do Pregoeiro.

10.5 – O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da etapa de lances.

10.6 – A etapa de lances será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico para os autores das propostas classificadas.

10.7 – Para a etapa de lances neste pregão eletrônico será adotado o modo de disputa **ABERTO**.

10.8 – Aberta a etapa de lances, as licitantes classificadas deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do recebimento do seu lance e do valor consignado no registro.



10.9 – As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação pertinentes.

10.9.1 – O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

10.9.2 – Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.9.3 – Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

10.9.4 – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pelo Pregoeiro, sujeitando-se a licitante às penalidades previstas no item 24 deste edital.

10.10 – A etapa de envio de lances na sessão pública durará **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos dois últimos minutos do período de duração da sessão pública.

10.10.1 – A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

10.10.2 – Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

10.10.3 – Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

11. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DIREITO DE PREFERÊNCIA

11.1 – Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério do **MENOR PREÇO GLOBAL**, sendo considerada mais bem classificada a licitante que, ao final da etapa de lances do pregão eletrônico, tenha apresentado lance(s) cujo(s) valor(es) seja(m) igual(is) ou inferior(es) ao(s) previsto(s) **PARA LOTE** na estimativa orçamentária.

11.1.1 – Caso não venham a ser ofertados lances, será considerada vencedora a licitante que, ao final da etapa competitiva do pregão eletrônico, tenha apresentado proposta(s) cujo(s) valor(es) seja(m) igual(is) ou inferior(es) ao(s) previsto(s) **para cada lote** na estimativa orçamentária.

11.2 – Caso esteja configurado empate em primeiro lugar será realizada disputa final entre os licitantes empatados, que poderão apresentar novo lance fechado.

11.2.1 – Serão observados, quanto às propostas em situação de empate, os critérios e preferências previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.



11.2.2 – Permanecendo o empate e esgotada todas etapas as previstas em na Lei 14.133/21 entre as empresas, o pregoeiro procederá sorteio, com hora e data marcada, com ampla divulgação através do chat do ComprasGov e publicação no site oficial do Município de Angra dos Reis, ao qual todos os licitantes serão convocados para participar por videoconferência. Os licitantes que tiverem disponibilidade poderão participar presencialmente somente como espectadores não podendo se manifestar durante o sorteio. Conforme §2º do art. 28 IN 73/2022/SEGES (Redação dada pela IN 79/2024/SEGES/MGI).

11.3 – Após o encerramento das etapas anteriores, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante mais bem classificada para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas em edital.

11.3.1 – A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.3.2 – Haverá um prazo mínimo de **2 horas** (duas horas em horário útil, excluindo o horário de almoço), contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta, e se necessário, dos documentos complementares, conforme o item 9.2.2, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

11.4 – O Pregoeiro anunciará a licitante detentora da proposta ou do lance de **MENOR VALOR GLOBAL**, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação da proposta ou do lance de **MENOR VALOR**.

11.5 – Nas hipóteses em que se configurarem preços inexequíveis, o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, por meio de diligência, poderão averiguar se a oferta da licitante é viável, dando-lhe a oportunidade de comprovar, documentalmente, serem os custos dos insumos coerentes com os de mercado e os coeficientes de produtividade compatíveis com a execução do objeto licitado.

11.6 – A **SECRETARIA DE OBRAS E HABITAÇÃO** poderá requisitar, a qualquer momento, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, demonstração(ões) do(s) serviço(s) objeto da presente licitação, na forma do Termo de Referência.

11.6.1 – Durante a licitação, em caso de divergência entre as referidas demonstrações e as especificações deste Edital e/ou do Termo de Referência, as propostas serão desclassificadas.

11.6.2 – Na hipótese de não realização ou de rejeição da demonstração apresentada pelo primeiro colocado, serão convocados os licitantes subsequentes na ordem de classificação provisória.

11.7 – Encerradas as negociações e considerada aceitável a oferta de **MENOR VALOR GLOBAL** passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação observando as seguintes diretrizes:

a) O Pregoeiro deverá efetuar consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, de modo a não admitir a permanência, no certame, de licitante declarada suspensa de participar em licitações, impedida de contratar com a Administração ou declarada inidônea.

b) O Pregoeiro verificará o atendimento das condições de habilitação da licitante detentora da oferta de **MENOR VALOR GLOBAL**, por meio de consulta *on-line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como apreciará a documentação complementar descrita no item 12 deste edital;



c) Caso os dados e informações existentes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF não atendam aos requisitos estabelecidos no item 12 deste edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos que julgar adequados;

c.1) Essa verificação será registrada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos do processo administrativo respectivo os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;

d) A(s) licitante(s) deverá(ão) remeter sua documentação de habilitação em arquivo único compactado, nos termos do item 10.1. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos serão enviados em formato digital, via Sistema COMPRAS.GOV, observado o item 11.4.2.

e) O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública pelo prazo que fixar para a realização de diligências com vistas ao saneamento que trata o item 9.2.3. A sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

f) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos equipamentos ou meios eletrônicos de consulta no momento da verificação a que se refere a alínea “b”. Na hipótese de ocorrer essa indisponibilidade, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada.

g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

11.9 – Se a oferta não for aceitável, permanecendo acima do máximo estipulado para a contratação no item 4.2, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

11.9.1 – Na hipótese de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, essa deverá ser encaminhada exclusivamente via sistema, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, nos termos do item 11.4.2.

11.9.2 – Na hipótese do art. 61, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, o Pregoeiro, após negociar com os demais licitantes, na ordem de classificação, decidirá sobre a aceitabilidade das propostas e, em caso positivo, observará quanto à verificação e comprovação da habilitação.

11.10 – Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada em que estarão registrados todos os atos e ocorrências do procedimento, a qual será disponibilizada para consulta no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

11.11 – DOS LAUDOS TÉCNICOS E DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS (PROTÓTIPOS)



- a) Com vistas à comprovação da conformidade técnica dos produtos ofertados, a Administração poderá exigir do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar a apresentação de amostras (protótipos) dos itens licitados, em estrita conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, do Estudo Técnico Preliminar e de seu Anexo I.
- b) As amostras deverão ser apresentadas no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação formal pela Administração, no local a ser indicado, devidamente identificadas e acompanhadas de ficha técnica detalhada do produto.
- c) As amostras serão avaliadas por equipe técnica designada, com base em critérios objetivos, dentre os quais:
- conformidade com as especificações técnicas exigidas;
 - qualidade dos materiais empregados;
 - acabamento e ergonomia;
 - resistência, estabilidade e segurança estrutural;
 - adequação ao uso proposto.
- d) A não apresentação das amostras no prazo estabelecido, bem como a apresentação em desacordo com as especificações exigidas, implicará a desclassificação da proposta, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- e) Deverão ser apresentados laudos técnicos emitidos por laboratórios acreditados pelo INMETRO, quando aplicável, comprovando a conformidade dos materiais, equipamentos e processos com as normas técnicas pertinentes, especialmente as normas da ABNT aplicáveis ao objeto.
- f) A exigência de laudos técnicos e amostras poderá ser dispensada, mediante justificativa técnica da Administração, quando a análise documental (catálogos, fichas técnicas e certificações) for suficiente para comprovação da conformidade do objeto.
- g) As amostras apresentadas poderão ser retidas até a conclusão do certame e, quando aprovadas, poderão servir como parâmetro de qualidade para fins de execução contratual, não gerando direito à indenização, salvo disposição em contrário.
- h) Todos os custos relativos à apresentação das amostras e obtenção dos laudos técnicos correrão por conta do licitante.

12. HABILITAÇÃO

12.1 – O julgamento da habilitação se processará na forma prevista no Edital, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito à:

- (A) Documentação relativa à habilitação jurídica;
- (B) Documentação relativa à habilitação econômico-financeira;
- (C) Documentação relativa à habilitação fiscal;
- (D) Documentação relativa à habilitação social e trabalhista;
- (E) Documentação relativa à qualificação técnica.

12.1.1 – As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento previsto no art. 70, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.



12.1.2 – Além da documentação de habilitação, as licitantes deverão apresentar declaração dos itens/grupos para os quais oferecerá proposta.

12.2 – Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

12.3 – Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados até a data da realização da licitação.

12.4 – A documentação exigida para atender as alíneas (A) à (D) poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e em sistemas semelhantes mantidos pelo Município, à exceção dos seguintes documentos, que deverão ser apresentados independentemente de terem sido cadastrados no SICAF: **previstos no Termo de Referência.**

12.4.1 A documentação das empresas que não estão disponíveis no SICAF, serão solicitados pelo pregoeiro ou agente de contratação, a título de complementação, conforme previsto no §5º do art. 39 da IN 73/2022/SEGES.

12.5 – O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros e falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação.

12.5.1 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização das diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 9.2.4, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12.6 – E demais disposições previstas no Termo de Referência.

(A) HABILITAÇÃO JURÍDICA

(A.1) Registro comercial, no caso de empresário individual;

(A.2) Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, casos designados em ato separado;

(A.3) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício.

(A.3.a) A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais incumbidas de sua administração, exceto se assumir a forma de sociedade cooperativa.



(A.4) A prova da investidura dos administradores da sociedade limitada eventualmente designados em ato separado do Contrato Social, mediante termo de posse no livro de atas da Administração e averbação no registro competente.

(A.5) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

(A.6) Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

(B) HABILITAÇÃO ECONÔMICO–FINANCEIRA

(B.1) Para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, deverão ser apresentados os seguintes documentos: Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente, devendo apresentar: (Os índices abaixo poderão ser exigidos cumulativamente ou não, devendo a Administração justificar a opção adotada. O percentual dos índices deverá ser fixado de acordo com o segmento de mercado de que trata o objeto da licitação)

a) Índice de Liquidez Geral: igual ou maior que 1. Será considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante.

$$ILG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}} \text{ OU } = 1$$

b) Índice de Liquidez Corrente: igual ou maior que 1. Será considerado como índice de Liquidez Corrente o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

$$ILC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} \text{ OU } = 1$$

c) Índice de Endividamento: menor ou igual a 1. Será considerado Índice de Endividamento o quociente da divisão da soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante pelo Patrimônio Líquido.

$$IE = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}} \text{ OU } < 1$$

(B.1.1) A licitante que utiliza a Escrituração Contábil Digital – ECD deverá apresentar o balanço patrimonial autenticado na forma eletrônica, pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, acompanhado do termo de autenticação eletrônica da Junta Comercial dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário.

(B.1.2) Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:



(B.1.2.1) Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão ser apresentados na forma da legislação vigente, especialmente conforme a Lei nº 6.404/1976 e alterações posteriores, admitindo-se sua divulgação por meio eletrônico, em sítios oficiais ou plataformas digitais autorizadas, nos termos da regulamentação aplicável, incluindo a Portaria ME nº 12.071/2021 e suas atualizações.

(B.1.2.1.1) A publicação em jornal de grande circulação somente será exigida nos casos em que a legislação específica aplicável à sociedade assim o determinar, devendo a empresa comprovar o atendimento à forma legal de divulgação adotada.

(B.1.2.1.2) Para as sociedades enquadradas no art. 294 da Lei nº 6.404/1976, será admitida a apresentação das demonstrações financeiras por meio exclusivamente eletrônico, conforme autorizado pela legislação vigente.

(B.1.2.2) Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário deverá ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, contendo:

(B.1.2.2.1) Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

(B.1.2.2.2) Quando se tratar de sociedade constituída há menos de dois anos, os documentos referidos no item B.1 limitar-se-ão ao último exercício.

(B.2) A licitante que não alcançar o índice (ou quaisquer dos índices) acima exigido(s), conforme o caso, deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

(B.3) Certidões negativas de falência, recuperação judicial e extrajudicial, ou de insolvência civil expedidas pelo Distribuidor da sede da licitante. Não será causa de inabilitação automática a empresa que se encontrar em recuperação judicial.

(B.3.1) As licitantes sediadas em outras comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar, juntamente as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Offícios de Registros que controlam a distribuição de falências, recuperação judicial e extrajudicial, e insolvência civil.

(B.4) Exige-se dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas, na forma do § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Anexo VII do Edital de Pregão Eletrônico nº 90.023/2026.

(C) HABILITAÇÃO FISCAL



(C.1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF.

(C.2) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação.

(C.3) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(C.3.a) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribuições sociais, e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional –PGFN, da sede da licitante;

(C.3.b) A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual;

(C.3.b.1) As empresas localizadas no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar junto à Certidão Negativa de Débitos – CND, a Certidão da Dívida Ativa emitida pelo órgão próprio da Procuradoria-Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta SEFAZ/PGE nº 33/2004;

(C.3.c) A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal;

(C.3.c.1) No caso de licitante domiciliada no Município de Angra dos Reis, essa deverá apresentar, além dos documentos listados no item acima, certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto Predial e Territorial Urbano. Não sendo a licitante proprietária do imóvel onde localizada a sua sede, deverá apresentar declaração própria, atestando essa circunstância.

(C.4) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF-FGTS.

(D) DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA

(D.1) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

(D.2) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo.



(D.3) Declaração de Reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, Anexo VIII.

(E) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

(E.1) Para fins de habilitação técnica, a empresa licitante deverá comprovar sua aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da presente contratação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(E.1.1) Comprovação de Capacidade Técnica: A licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de equipamentos de natureza semelhante ao objeto da licitação, compatíveis em características, quantidades e complexidade, tais como mobiliários urbanos, equipamentos de academia ao ar livre, playgrounds ou similares.

(E.1.2) Compatibilidade com o Objeto: Os atestados apresentados deverão demonstrar que a empresa já executou fornecimento de equipamentos destinados a espaços públicos ou privados de uso coletivo, evidenciando experiência na entrega de bens com características equivalentes às exigidas neste Termo de Referência;

(E.1.3) A licitante deverá declarar que os equipamentos fornecidos atendem às normas técnicas vigentes, especialmente aquelas relacionadas à segurança, ergonomia, resistência e durabilidade, podendo ser exigida, na fase de contratação, a apresentação de:

- Certificação de conformidade com normas da ABNT aplicáveis;
- Laudos técnicos ou ensaios laboratoriais que comprovem a resistência dos materiais;
- Garantia mínima dos equipamentos (CONFORME ITEM 17 DO TR);

(E.1.4) Especificações Técnicas dos Materiais: Deverá ser apresentado catálogo, ficha técnica ou memorial descritivo dos equipamentos ofertados, contendo no mínimo:

- Materiais empregados (ex.: aço carbono, pintura eletrostática, tratamento anticorrosivo);
- Dimensões;
- Capacidade de uso;
- Indicação de faixa etária (quando aplicável);
- Sistema de fixação e instalação.

(E.1.5) Responsabilidade Técnica: A empresa deverá indicar responsável técnico, quando aplicável, para acompanhamento do fornecimento e eventual instalação dos equipamentos, podendo ser exigido registro no respectivo conselho profissional, conforme a natureza do serviço.

(E.1.6) Garantia e Assistência Técnica: A licitante deverá apresentar declaração de que prestará garantia dos equipamentos fornecidos, bem como assistência técnica, reposição de peças e manutenção, quando necessário, durante o período de garantia.

(E.2) DA VISITA TÉCNICA

(E.2.1) As empresas participantes do certame poderão tomar ciência do objeto, por meio de Profissional OU Responsável Técnico, devidamente identificados por meio de documento válido, comparecendo a Secretaria de Obras e Habitação, localizada na Rua Coronel Carvalho nº 465, sala 101, até o último dia útil que



antecede o certame, às 14:00h (quatorze horas) para proceder a visita técnica dos locais indicados, com posterior emissão do Certificado de Visita Técnica, sendo concedido 15 min (quinze minutos) de tolerância para atrasos.

(E.2.1.1) A visita técnica deverá ser agendada até o último dia útil que anteceder a sua realização pelo telefone 24 3379-9905, da Secretaria solicitante, no horário de 09:00 às 12:00h e 14:00h às 17:00h.

(E.2.2) As empresas interessadas poderão dispensar a visita técnica, desde que assim o declarem e em hipótese alguma poderá ser alegado desconhecimento, incompreensão, dúvida ou esquecimento das cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços ou Contrato, dos projetos, das especificações técnicas, do memorial, ou de qualquer documento parte desta contratação.

(E.2.6) Prova, feita por intermédio da apresentação, em original, do **ATESTADO DE VISITA** fornecido e assinado pelo servidor do órgão fiscalizador, ou declaração da licitante, na forma do Anexo X, de que o seu Responsável Técnico ou outro profissional de qualificação correlata visitou o local da entrega dos bens/serviços, na data de ____/____/____ às ____ h, e tomou conhecimento das condições para execução do objeto desta licitação, quando for o caso. O **ATESTADO DE VISITA** pode ser substituído por declaração em que o licitante ateste que conhece o local e as condições de realização do objeto do contrato, conforme o § 2º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

OBS: Informações sobre datas e horários da realização de cada Visita Técnica serão disponibilizadas às empresas por meio do e-mail informado no ato da retirada do Edital ou em mensagem eletrônica enviada para o e-mail: _____.

13. RECURSOS

13.1 – Divulgada a vencedora, o Pregoeiro informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão manifestar motivadamente a intenção de interpor recurso, desde que devidamente registrada a síntese de suas razões em campo próprio do sistema, no prazo concedido na sessão pública.

13.2 – A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso.

13.3 – As licitantes que manifestarem o interesse em recorrer terão o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, sendo facultado às demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões no mesmo prazo, contado a partir do dia do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

13.4 – A apresentação das razões e das contrarrazões dos recursos deverá ser realizada, única e exclusivamente, em campo próprio do sistema eletrônico, observados os prazos estabelecidos no item anterior.

13.5 – A não apresentação das razões escritas mencionadas acima acarretará, como consequência, a análise do recurso pela síntese das razões apresentadas na sessão pública.

13.6 – Os recursos serão dirigidos ao Pregoeiro, que poderá reconsiderar seu ato no prazo de 3 (três) dias úteis, ou então, neste mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, à autoridade superior, que proferirá a decisão no prazo máximo de 10(dez) dias úteis, a contar do recebimento dos autos.



13.7 – O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.8 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

13.9 – Os recursos relativos às sanções administrativas estão previstos na minuta de contrato (Anexo XI).

14. CONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

14.1 – As licitantes, como responsáveis por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumem como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

14.2 – Caso o Sistema do Pregão Eletrônico fique inacessível por problemas operacionais, exclusivamente do próprio sistema, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do pregão, o procedimento licitatório será suspenso e somente será retomado após a comunicação aos participantes no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

14.2.1 – Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando **responsável pelo ônus** decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas por meio do sistema ou em virtude de sua desconexão.

14.3 – A desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances não prejudica o seu transcurso. Caso o sistema eletrônico permaneça acessível às licitantes para o oferecimento de lances, estes continuarão a ser recebidos, retornando o Pregoeiro, quando possível, à sua atuação na etapa de lances, sem prejuízo dos atos realizados.

14.3.1 – Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, nos sítios eletrônicos <https://www.gov.br/compras/pt-br> e <https://www.angra.rj.gov.br/licitacoes-procedimentos.asp>.

15. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 – Após o julgamento da proposta e a homologação do certame será lavrada a Ata de Registro de Preços, assinada pela autoridade competente e pelas licitantes vencedoras.

15.1.1 – A Ata de Registro de Preços discriminará todos os itens que compõem o objeto licitado, com os respectivos preços unitários e totais, ficando esclarecido que a contratação das aquisições obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração, que não se obriga a requisitar todas as quantidades registradas.

15.1.2 – A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade, da Administração Pública Municipal ou de outros entes federativos, que não tenha participado do certame licitatório, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.



15.1.3 – O beneficiário do registro de preços, após a convocação formal por parte do órgão gerenciador do sistema, manifestará interesse em atender ou não à nova solicitação de acréscimo, desde que não comprometa o fornecimento das quantidades já registradas.

15.1.4 – As aquisições adicionais a que se refere o item 15.1.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatórios registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

15.1.5 – O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o item 15.1.2 não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

15.1.6 – Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

15.1.7 – Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

15.2 – A CONTRATANTE formalizará seu pedido de fornecimento por meio de contrato ou instrumento equivalente.

15.3 – A existência de preços registrados em Ata de Registro de Preços vigente não obriga a Administração a efetuar contratações unicamente com aquelas empresas beneficiárias do registro, cabendo-lhes, no entanto, a preferência na contratação em igualdade de condições.

15.4 – Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas à prestação dos serviços, observadas as condições do Termo de Referência (Anexo I) e da própria Ata de Registro de Preços (Anexo III).

15.5 – As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Edital.

15.6 – O Órgão Gerenciador acompanhará a evolução das condições de mercado dos preços registrados.

15.7 – Os preços registrados serão considerados compatíveis com os de mercado se forem iguais ou inferiores à média daquela apurada em pesquisa.

15.8 – Sendo o preço registrado na Ata de Registro de Preços superior à média de preços do mercado, o Órgão Gerenciador solicitará, mediante correspondência, novas propostas de preço às empresas beneficiárias do registro.

15.9 – Caso os novos preços propostos permaneçam superiores à média dos preços de mercado apurada em pesquisa, o fato será registrado nos autos do processo, promovendo-se a contratação da aquisição por



meio de nova licitação, assegurada às empresas beneficiárias do registro a preferência na contratação quando o menor preço/maior desconto obtido no certame for igual ao registrado.

15.10 – Caso os preços registrados e os obtidos em nova licitação permaneçam superiores à média de preços de mercado apurada em pesquisa, poderá ser feita a contratação direta, com dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso III, alínea “b”, da Lei Federal nº 14.133/2021.

16. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 – O registro de preços será formalizado pela Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo III.

16.2 – Serão celebradas tantas Atas de Registro de Preços quantas necessárias para o objeto deste pregão.

16.3 – As Atas de Registro de Preços vigorarão pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, a partir da data da sua publicação no Boletim Oficial do Município de Angra dos Reis, acompanhada da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

17. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

17.1 – As Atas de Registro de Preço serão firmadas entre a **SECRETARIA DE OBRAS E HABITAÇÃO** e as licitantes vencedoras.

17.2 – As licitantes vencedoras terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços.

17.3 – A recusa injustificada das licitantes vencedoras em assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, reservando-se a **SECRETARIA DE OBRAS E HABITAÇÃO**, o direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, realizar nova licitação ou convocar as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, prevalecendo, neste caso, as mesmas condições da proposta da primeira classificada, inclusive quanto ao preço.

17.4 – As licitantes remanescentes convocados na forma do item 17.3, que não concordarem em assinar a Ata de Registro de Preços, não estarão sujeitas às penalidades mencionadas no item 23.

17.5 – O órgão gerenciador poderá admitir a inclusão superveniente de novas empresas para os itens constantes da ata de registro de preços, desde que observadas as condições estabelecidas no edital, a ordem de classificação constante da ata e as condições oferecidas pelo primeiro colocado da licitação.

17.5.1 – A admissão de novas empresas referida no item 17.5 deve ser publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Boletim Oficial do Município de Angra dos Reis, e será permitida nas seguintes hipóteses:

a) quando, por peculiaridades de mercado, o quantitativo total estimado não for atingido no momento da licitação;



b) quando o quantitativo total estimado sofrer acréscimo decorrente da ocorrência de fato superveniente devidamente justificado pela autoridade competente do órgão gerenciador.

17.5.2 – A inserção de novos fornecedores para o item registrado ocorrerá mediante admissão, submetida à concordância dos demais fornecedores, que deverão se pronunciar, obrigatoriamente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, mediante a apresentação de documento devidamente formalizado por representante legal da empresa com poderes “*ad judicium*” e “*ad negocia*”.

18. ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO

18.1 – Os preços registrados poderão ser alterados por ocasião de sua atualização periódica, voltada à manutenção da conformidade dos valores com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

18.2 – Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo da contratação dos serviços e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços.

18.2.1 – Observado o disposto no item 18.2, quando o preço inicialmente registrado, por motivos adversos e imprevistos, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- a) convocar os prestadores de serviço registrados, obedecida à ordem de classificação, com vistas a negociar a redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, os prestadores de serviço beneficiários do registro serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas;
- c) convocar os demais prestadores de serviço, na ordem de classificação obtida na licitação, com vistas a igual oportunidade de negociação.

18.2.2 – Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a empresa beneficiária, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- a) liberar o beneficiário do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e documentos comprobatórios apresentados, e se a comunicação, devidamente formalizada, ocorrer antes da solicitação do serviço;
- b) convocar as demais empresas que aceitaram cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

18.2.3 – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços para aquele item de serviço específico, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

18.3 – A Ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:



- a) pelo decurso do prazo de vigência;
- b) pelo cancelamento de todos os preços registrados;
- c) por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, mediante demonstração suficiente;
- d) por razões de interesse público, devidamente justificadas;
- e) no caso de substancial alteração das condições de mercado.

18.4 – O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

18.4.1 – Por iniciativa da Administração:

- a) quando a empresa beneficiária do registro não assinar o contrato de prestação de serviços no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.
- b) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;
- c) quando a empresa beneficiária do registro for liberada;
- d) quando a empresa beneficiária do registro descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
- e) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desse se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- f) quando a empresa beneficiária do registro sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- g) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar o preço revisado pela Administração;

18.4.2 – Por iniciativa da empresa beneficiária do registro, mediante solicitação formal, comprovando a impossibilidade de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, devidamente aceita pela Administração.

18.4.3 – No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração Pública Municipal, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18.4.3.1 – Na hipótese prevista no subitem 18.4.3, o prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

18.5 – Na hipótese de cancelamento do preço registrado, poderão ser convocados os licitantes remanescentes para a formalização do contrato de prestação de serviços, respeitada a ordem de classificação e observado o preço da proposta vencedora, bem como os requisitos de habilitação 11.11.



18.6 – O cancelamento dos preços registrados deverá ser formalizado por escrito e comunicado à empresa beneficiária por meio de correspondência com aviso de recebimento e por publicação no Boletim Oficial do Município de Angra dos Reis, juntando-se o comprovante da notificação aos autos do processo em que reduzido a termo o registro de preços.

19. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

19.1 – Garantia

19.1.1 – O prazo de garantia dos equipamentos: Artefatos para treinamento, guarda corpo com corrimão em inox, totem informativo inox, totem letreiro inox e grama sintética serão de, no mínimo 12(doze) meses contados a partir da data do recebimento definitivo do objeto.

19.1.2 – O prazo de garantia dos equipamentos: balança e aferidor de medidas smart digital e hot spot wi-fi, será de no mínimo 24(vinte e quatro) meses de uso/serviço, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contados a partir da data do recebimento definitivo dos respectivos equipamentos.

19.2 – Assistência Técnica

19.2.1 – A Contratada se obriga a manter a assistência técnica (com manutenção corretiva) durante toda a vigência da garantia, sem qualquer ônus para a Contratante, na forma abaixo descrita:

- a) A assistência técnica/manutenção corretiva será gratuita durante todo o prazo de garantia;
- b) As despesas com o envio do equipamento para reparo serão custeadas pelo Contratado durante o prazo de garantia; e
- c) A reposição de qualquer parte ou peça que apresente defeito durante o prazo de garantia será realizada sem custos para a contratante.

20. CONTRATAÇÃO

20.1 – Integra o presente Edital, sob a forma do a minuta do Contrato ou instrumento equivalente cujas disposições disciplinarão as relações entre a(s) CONTRATANTE(S) e a ADJUDICATÁRIA.

20.2 – A prestação dos serviços que tiverem seus preços registrados na Ata de Registro de Preços será solicitado pelo CONTRATANTE mediante convocação da ADJUDICATÁRIA, por meio de publicação no Boletim Oficial do Município de Angra dos Reis ou de comunicação formal, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, para assinatura do contrato ou para retirada de instrumento equivalente.

20.2.1 – Para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, o prestador de serviço deverá se credenciar no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação.

20.3 – A ADJUDICATÁRIA deverá comparecer no endereço informado, podendo, na impossibilidade de comparecimento do seu representante legal, enviar mandatário munido do respectivo instrumento de procuração, por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, e da via original do documento de identidade e do cartão do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF do outorgado, conferindo-lhe poderes específicos para a assinatura de contrato administrativo ou para a retirada de instrumento equivalente.



20.3.1 – O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela **SECRETARIA DE OBRAS E HABITAÇÃO**.

20.3.2 – Nas contratações de grande vulto, o licitante vencedor deverá comprovar a implantação de programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, na forma do § 4º do art. 25 da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.4 – Se o prestador de serviço convocado não assinar o contrato ou instrumento equivalente, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente, o órgão gerenciador poderá convocar os demais que tiverem aceitado prestar os serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades administrativas cabíveis.

20.4.1 – Se não houver outros prestadores de serviço registrados que tenham aceitado prestar serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, o Pregoeiro poderá examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes por ordem de classificação, e assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao contido neste Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

20.5 – A ADJUDICATÁRIA deverá comprovar, no momento da assinatura do Contrato ou da retirada do instrumento equivalente, a manutenção das condições demonstradas para habilitação no Edital.

20.5.1 – O Contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

20.6 – A CONTRATADA será responsável, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços prestados e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações do termo de referência e/ou dos projetos, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelo setor do(a) CONTRATANTE responsável pela fiscalização da execução do contrato.

20.6.1 – A ocorrência de desconformidade implicará o refazimento do serviço e a substituição dos materiais recusados, por não atender às especificações contidas no Termo de Referência que integra este Edital, sem ônus para o(a) CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

20.7 – A CONTRATADA será também responsável, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros, em especial, mas não limitado, aos concessionários de serviços públicos, em virtude da execução do objeto contratado, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores.

20.8 – O ato de recebimento do objeto da licitação não implica a sua aceitação definitiva e não eximirá a licitante de sua responsabilidade no que concerne à qualidade dos serviços prestados.

20.9 – A licitante vencedora, sem ônus para o(a) CONTRATANTE, compromete-se a:

a) atender às solicitações do(a) CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir de seu recebimento;



b) substituir quaisquer materiais defeituosos ou qualitativamente inferiores em, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas da solicitação, sendo que o não cumprimento sem motivo justo implicará a aplicação das sanções previstas neste Edital e seus anexos.

20.10 – A Fiscalização da execução do objeto contratado caberá à **SECRETARIA DE OBRAS E HABITAÇÃO**.

20.11 DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

20.11.1 - Será vedada a subcontratação, total ou parcial, das atividades objeto deste Registro de Preços, considerando as especificidades técnicas e funcionais do objeto, cuja adequada execução está diretamente vinculada à capacitação técnico-operacional da empresa contratada.

20.11.2 - O objeto licitado requer uniformidade na execução, compatibilidade técnica entre os elementos envolvidos e controle de qualidade centralizado, fatores que podem ser comprometidos em caso de subcontratação a terceiros alheios à estrutura organizacional da contratada. Essa fragmentação poderia gerar inconsistências nos processos e comprometer os padrões técnicos exigidos, bem como a rastreabilidade das obrigações contratuais.

20.11.3 - Além disso, eventuais exigências técnicas, comprovações laboratoriais, certificações e validações de desempenho reforçam a necessidade de que todas as etapas sejam executadas diretamente pela empresa vencedora, assegurando domínio integral sobre o processo e a integridade das soluções entregues. A vedação à subcontratação resguarda, assim, a eficácia da fiscalização e a responsabilização objetiva pela entrega do objeto contratual.

21. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

21.1 – Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 15 (quinze) dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, como:

- a) A data da emissão;
- b) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- c) O período respectivo de execução do contrato;
- d) O valor a pagar; e
- e) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

21.2 - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

21.3 - A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, na forma da legislação vigente.



21.4 - Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

21.5 - Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias, que poderão dar ensejo à rescisão contratual, nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

21.6 - O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

21.7 - No caso de atraso pela contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

21.8 - A nota fiscal, fatura ou documento fiscal idôneo relativo à cobrança deverá ser emitido em favor do MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, inscrito no CNPJ nº 29.172.467/0001-09, com sede na Praça Nilo Peçanha, nº 186, Centro, Angra dos Reis/RJ, CEP 23900-901, devendo estar acompanhado dos comprovantes de recolhimento dos tributos, taxas e encargos legais incidentes, quando aplicáveis.

21.9 - O documento fiscal deverá consignar expressamente que os serviços foram realizados para a Secretaria de Obras e Habitação, devendo conter, de forma clara e detalhada, as seguintes informações:

- data da medição;
- período a que se refere a execução;
- número da medição;
- descrição detalhada dos itens executados;

21.10 - Bem como estar acompanhado da respectiva planilha de medição e/ou planilha de itens, quando aplicável, de modo a possibilitar a conferência pela fiscalização e a regular liquidação da despesa.

21.11 - Verificados erros no documento de cobrança, ensejarão sua devolução, sendo que o prazo previsto no caput desta cláusula será contado a partir da nova apresentação. Nenhuma reivindicação para pagamentos adicionais será considerada se decorrer de erro, interpretação ou avaliação pela Contratada em relação ao presente instrumento.

22. REAJUSTE

22.1 – Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de **12 (doze)** meses contados da data do orçamento estimado, observada a Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

22.2 – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, calculado por meio da seguinte fórmula:



$$R = Po [(I-Io)/Io]$$

Onde:

R = valor do reajuste;

I = índice IPCA–E mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;

Io = índice do IPCA–E mensal relativo ao mês anterior ao da apresentação da Proposta;

Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

22.2.1 – Observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento será por repactuação, quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos.

22.2.2 – A repactuação terá data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra.

22.3 – Caso o índice previsto neste Edital seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

22.4 – A CONTRATADA não terá direito ao reajuste do preço das etapas do serviço que, comprovadamente, sofrerem atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também das que forem executadas fora do prazo, sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

23. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1 – A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo **estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, independentemente** do disposto no subitem 20.4, sujeitando-a às penalidades previstas no subitem 23.2.

23.2 – Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, a **SECRETARIA DE OBRAS E HABITAÇÃO** poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes **sanções**, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

23.3 – A aplicação da sanção prevista na alínea “b” do item 23.2, observará os seguintes parâmetros:

23.3.1 – 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;



23.3.2 – 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

23.3.3 – 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

23.3.4 – 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

23.3.5 – 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.

23.3.6 – As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

23.3.7 – Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2		
INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por	02



	ocorrência;	
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01

23.4 – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

23.5 – As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do caput desta Cláusula item 23.2, poderão ser aplicadas aquelas previstas nas alíneas “b”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

23.6 – As multas eventualmente aplicadas com base na alínea “b” do caput desta Cláusula item 23.2 não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

23.7 – As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

23.8 – Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como antes da recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

23.9 – A aplicação das sanções previstas no item 23.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

23.10 – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

24. FORO

24.1 – Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Angra dos Reis para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

25. DISPOSIÇÕES FINAIS



25.1 – Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.

25.2 – Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente na **SECRETARIA DE OBRAS E HABITAÇÃO**.

25.2.1 – E demais disposições previstas no Termo de Referência.

25.3 – As referências de horário correspondem ao horário oficial de Brasília – DF.

25.4 – No período de vigência da Ata de Registro de Preços, a Administração terá a faculdade de contratar ou não a prestação dos serviços.

25.5 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

25.6 – Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I	Termo de referência e Anexo.
Anexo II	Modelo de Proposta Preços
Anexo III	Minuta de Ata de Registro de Preços
Anexo IV	Minuta da Ordem de Serviços
Anexo V	Declaração de Responsabilização Civil e Administrativa
Anexo VI	Declaração de Inexistência de Nepotismo
Anexo VII	Declaração de Cumprimento das Normas de Saúde e Segurança do Trabalho
Anexo VIII	Declaração de cumprimento de reserva de cargos do art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021
Anexo IX	Declaração para fins de habilitação econômico-financeira, do art. 63, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021
Anexo X	Modelo De Declaração De Visita
Anexo XI	Minuta de Contrato
Anexo XII	Estudo Técnico Preliminar - ETP

Angra dos Reis, 20 de abril de 2026.

Katia Regina da Silva Cordeiro - 2631
Pregoeira



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA E

DESCRIPTIVO DOS EQUIPAMENTOS/MÓDULOS

DE ACADEMIA



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Trata-se da Formação de ata de registro de preços para o **fornecimento e a instalação de Artefatos para Treinamento**, destinados à implantação e à qualificação de espaços públicos voltados ao lazer, à convivência comunitária e à promoção da saúde, no Município de Angra dos Reis, conforme especificações técnicas definidas neste Termo de Referência.

1.1. Natureza dos bens/serviços

A presente contratação possui por objeto o **fornecimento de bens**, classificados como **bens comuns**, nos termos do art. 6º, inc. XIII, da Lei n. 14.133/2021, uma vez que os **Artefatos para Treinamento**, apresentam especificações usuais de mercado, desempenho padronizado e critérios objetivos de avaliação.

A **instalação dos artefatos** configura-se como **obrigação acessória ao fornecimento**, indispensável à correta entrega e ao pleno funcionamento dos bens, não descaracterizando a natureza principal da contratação como fornecimento. As atividades de instalação se referem à fixação, montagem e adequação dos artefatos ao local indicado, conforme padrões técnicos previamente definidos.

A contratação caracteriza-se pelo fornecimento sob demanda, com entrega e instalação dos bens solicitados durante a vigência da Ata de Registro de Preços e das respectivas ordens de fornecimento e contratos, quando for o caso.

A execução do objeto será viabilizada por meio do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, em razão da natureza repetitiva do fornecimento e da necessidade de flexibilidade administrativa para atendimento das demandas do Município, nos termos do art. 82 da Lei n. 14.133/2021.



1.2. Da vigência e da possibilidade de prorrogação

A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração, a manutenção das condições originalmente registradas e o atendimento ao interesse público, observado o prazo máximo permitido em lei.

Em caso de prorrogação da Ata de Registro de Preços, os quantitativos estimados poderão ser renovados para o novo período de vigência, conforme a necessidade da Administração, não constituindo direito adquirido do fornecedor à contratação, permanecendo a formalização das aquisições condicionada à emissão das respectivas ordens de fornecimento ou instrumentos equivalentes, bem como à existência de disponibilidade orçamentária.

1.3. Da possibilidade de formalização de contrato ao final da vigência da Ata

Ao final da vigência da Ata de Registro de Preços, caso ainda existam quantitativos registrados não utilizados, a Administração poderá, mediante decisão devidamente motivada, formalizar contrato administrativo com o fornecedor registrado, desde que:

- a)** reste demonstrada a vantajosidade da contratação em relação aos preços praticados no mercado;
- b)** seja mantida a compatibilidade do objeto com a necessidade administrativa existente;
- c)** haja disponibilidade orçamentária; e
- d)** sejam observadas as condições e preços originalmente registrados na Ata.

A eventual formalização contratual não constitui direito adquirido do fornecedor, permanecendo condicionada ao interesse público e às disposições da Lei nº 14.133/2021.



2. MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

Considerando a natureza comum do serviço e a consonância com as previsões legais, elege-se a **Modalidade Pregão Eletrônico, através do Sistema de Registro de Preços, pelo Critério de Julgamento Menor Preço Global**. Tendo em vista as características do objeto de contratação, é possível concluir que, **enquadram-se nos permissivos legais do Sistema de Registro de Preços**, por ser objeto de contratações frequentes, com previsão de entregas parceladas.

A utilização do Sistema de Registro de Preços encontra fundamento pelo fato de que a contratação se caracteriza pela incerteza da demanda, seja em relação a sua ocorrência, seja no que concerne a quantidade de bens a ser demandada, conforme entendimento do E. Tribunal de Contas da União, *in fine*:

A utilização do Sistema de Registro de Preços é adequada em situações em que a demanda é incerta, seja em relação a sua ocorrência, seja no que concerne à quantidade de bens a ser demandada.

(Acórdão n. 2197/2015, Rel. Min. Benjamin Zymler, Plenário, j. 02.09.2015)

O Registro de Preços é um sistema que visa à racionalização dos processos de compras e de prestação de serviços, tendo como finalidade principal a maximização do princípio da economicidade, ao permitir que a Administração Pública efetive as aquisições na exata medida e no momento de sua necessidade¹.

Os preços registrados serão utilizados pelos órgãos e entidades da Administração Pública para o atendimento de suas demandas mediante a emissão de ordens de fornecimento, conforme a conveniência administrativa dos entes participantes da licitação. Dessa forma, as aquisições ocorrerão de maneira gradativa e sob demanda, de acordo com as necessidades efetivamente verificadas, sem a obrigatoriedade de celebração imediata de contrato administrativo, especialmente em razão da impossibilidade de se precisar previamente o quantitativo exato da demanda, diante de situações corriqueiras e variáveis².

¹ GARCIA, Flávio Amaral. *Licitações e contratos administrativos: casos e polêmicas*. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2018, p. 170.

² Loc. cit., p. 170.



3. JUSTIFICATIVA, FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A justificativa e a fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar – ETP, anexo a este termo de referência.

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo a este Termo de Referência.

3.1. Requisitos da Contratação

3.1.1. Sustentabilidade

Para endereçar a necessidade descrita, com foco na sustentabilidade ambiental, na promoção da saúde e na qualificação de espaços públicos de uso coletivo, os requisitos de sustentabilidade aplicáveis à presente contratação devem abranger medidas compatíveis com o objeto, fornecimento e instalação de **Artefatos para Treinamento**, e com as atribuições institucionais do Município de Angra dos Reis.

Nesse sentido, os requisitos de sustentabilidade poderão contemplar, entre outros, os seguintes aspectos:

- a) Materiais e processos sustentáveis:** Emprego de materiais duráveis, resistentes às intempéries, recicláveis ou passíveis de reaproveitamento ao final de sua vida útil, bem como processos produtivos que minimizem impactos ambientais, reduzam o consumo de recursos naturais e atendam às normas técnicas e ambientais aplicáveis;
- b) Durabilidade, manutenção e ciclo de vida:** Prioridade a artefatos projetados para longa vida útil, baixa necessidade de manutenção corretiva e facilidade de reposição de componentes, de modo a reduzir custos operacionais, geração de resíduos e impactos ambientais ao longo do ciclo de vida do bem;
- c) Implantação com baixo impacto ambiental:** Execução da instalação de forma a minimizar intervenções no solo e no entorno urbano, preservando áreas verdes existentes sempre que possível e



evitando impactos negativos à drenagem, à vegetação e à paisagem local;

- d) Conforto ambiental e integração ao espaço urbano:** Implantação dos artefatos em locais que favoreçam o uso seguro e confortável pela população, considerando aspectos como ventilação natural, sombreamento, acessibilidade e integração com áreas de convivência, lazer e circulação de pedestres;
- e) Segurança e saúde dos usuários:** Observância de requisitos técnicos que assegurem o uso seguro dos artefatos, com materiais adequados ao contato humano, superfícies antiderrapantes quando aplicável e conformidade com normas de segurança, contribuindo para a promoção da saúde preventiva por meio da prática regular de atividades físicas;
- f) Eficiência na gestão pública:** Adoção de soluções padronizadas que permitam ganho de escala, racionalização de custos e facilidade de replicação em diversas áreas do Município de Angra dos Reis, alinhando sustentabilidade ambiental à eficiência administrativa;
- g) Uso democrático e inclusão social:** Garantia de que os artefatos sejam acessíveis a diferentes perfis de usuários, promovendo o uso democrático do espaço público, a convivência comunitária e a inclusão social, especialmente em áreas de interesse social; e
- h) Conscientização indireta para práticas sustentáveis:** Embora não constitua objeto direto da contratação, a presença de artefatos de uso coletivo em espaços públicos qualificados contribui para a valorização do ambiente urbano e para a difusão de práticas sustentáveis associadas ao uso responsável do espaço público e à promoção da saúde.

4. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

4.1. Subcontratação

Será vedada a subcontratação, total ou parcial, das atividades objeto deste Registro de Preços, considerando as especificidades técnicas e funcionais do objeto, cuja adequada execução está diretamente vinculada à capacitação técnico-operacional da empresa contratada.

O objeto licitado requer uniformidade na execução, compatibilidade técnica entre os elementos envolvidos e controle de qualidade centralizado, fatores que podem ser comprometidos em caso de



subcontratação a terceiros alheios à estrutura organizacional da contratada. Essa fragmentação poderia gerar inconsistências nos processos e comprometer os padrões técnicos exigidos, bem como a rastreabilidade das obrigações contratuais.

Além disso, eventuais exigências técnicas, comprovações laboratoriais, certificações e validações de desempenho reforçam a necessidade de que todas as etapas sejam executadas diretamente pela empresa vencedora, assegurando domínio integral sobre o processo e a integridade das soluções entregues. A vedação à subcontratação resguarda, assim, a eficácia da fiscalização e a responsabilização objetiva pela entrega do objeto contratual.

4.2. Participação de empresas em consórcio

É vedada a participação de empresas constituídas sob a forma de consórcio, em qualquer modalidade, considerando a natureza do objeto, o grau de complexidade técnica e a suficiência da capacidade operacional das empresas individualmente para atender às exigências contratuais.

O objeto da contratação, ainda que exija o cumprimento de critérios técnicos específicos, não se enquadra como empreendimento de alta complexidade ou vulto excepcional que justifique a formação de consórcios para fins de capacitação conjunta. Trata-se de escopo compatível com a realidade de empresas especializadas individualmente habilitadas à sua execução integral.

A admissão de consórcios poderia representar ônus adicional à gestão contratual, dificultar o acompanhamento técnico e a fiscalização da execução e fragmentar a responsabilização. Além disso, poderia comprometer a economicidade do certame, diante da maior complexidade de articulação entre empresas distintas.

4.3. Participação de cooperativas

Não será permitida a participação de cooperativa, pois se trata de uma contratação de escopo próprio, em que não haverá continuidade dos serviços após o término contratual por parte da Administração, bem como atividade a ser contratada não demanda dedicação exclusiva do executante e a existência de vínculos profissionais - seja de diferentes especialidades - com a pessoa jurídica (relação subordinação entre o obreiro e o fornecedor do serviço).

O Tribunal de Contas da União firmou jurisprudência e sumulou o tema nos seguintes termos: “É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo



como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade” (Súmula n. 281, aprovada pelo Acórdão n. 1.789/2012, Plenário, de 11 de julho de 2012). Além disso, essa área técnica visa evitar possíveis fraudes quanto ao uso de cooperativas que em alguns casos tem por objetivo de constituição apenas descaracterizar um contrato de trabalho para burlar o art. 3º da CLT no tocante aos direitos trabalhistas dos executores do serviço contratado fazendo-se passar por cooperados quando, na verdade, são empregados da cooperativa com vínculo de subordinação.

4.4. Participação de microempresas e empresas de pequeno porte

Não será concedido tratamento diferenciado, favorecido ou simplificado às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 49, inc. III, da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, tendo em vista as características específicas do objeto e as condições técnicas necessárias à sua execução. O referido dispositivo legal prevê que o tratamento diferenciado poderá deixar de ser aplicado “quando a adoção dos critérios previstos nesta Lei Complementar não for vantajosa para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado”.

No caso em análise, restou verificado que a concessão do benefício resultaria em perda de economia de escala, uma vez que a execução integral do objeto demanda planejamento integrado, logística unificada e controle técnico padronizado, cujas condições são mais vantajosamente atendidas por um único fornecedor capaz de assumir a totalidade das obrigações contratuais. A fragmentação da execução entre múltiplos contratados comprometeria a uniformidade do fornecimento, aumentaria o custo operacional e poderia acarretar dificuldades na gestão, fiscalização e responsabilização contratual, contrariando os princípios da eficiência e da economicidade.

Ademais, o objeto licitado não comporta divisão em lotes ou fracionamento por itens, uma vez que se trata de um conjunto de fornecimentos e serviços interdependentes, cuja execução deve ocorrer de forma articulada para garantir o desempenho, a segurança e a funcionalidade final da instalação. As parcelas componentes do Registro de preços são tecnicamente complementares e inseparáveis, de modo que sua execução fragmentada inviabilizaria a padronização dos artefatos e o cumprimento dos requisitos de instalação, testes e garantia técnica.

O parcelamento do objeto, nessas condições, poderia comprometer a compatibilidade técnica entre os



componentes, gerar sobreposição de responsabilidades entre fornecedores distintos e acarretar aumento do custo global, em razão da perda de escala e da necessidade de coordenação adicional por parte da Administração. Tal cenário configuraria prejuízo econômico e operacional, contrariando o interesse público que orienta as contratações administrativas.

Dessa forma, conclui-se que não se aplica o tratamento favorecido previsto nos arts. 47 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006, uma vez que sua adoção, no presente caso, não se revela vantajosa para a Administração Pública, podendo comprometer a economicidade e a eficiência da contratação, bem como a integridade e o resultado final do objeto. A execução deverá, portanto, permanecer sob a responsabilidade de um único fornecedor, que disponha da capacidade técnica, logística e operacional necessária à plena consecução do contrato em conformidade com as exigências do edital e da legislação vigente.

4.5. VISITA TÉCNICA

As empresas participantes do certame poderão tomar ciência do objeto, por meio de Profissional OU Responsável Técnico, devidamente identificados por meio de documento válido, comparecendo a Secretaria de Obras e Habitação, localizada na Rua Coronel Carvalho nº 465, sala 101, até o ultimo dia útil que antecede o certame, às 14:00h (quatorze horas) para proceder a visita técnica dos locais indicados, com posterior emissão do Certificado de Visita Técnica, sendo concedido 15 min (quinze minutos) de tolerância para atrasos.

A visita técnica deverá ser agendada até o último dia útil que anteceder a sua realização pelo telefone 24 3379-9905, da Secretaria solicitante, no horário de 09:00 às 12:00h e 14:00h às 17:00h.

As empresas interessadas poderão dispensar a visita técnica, desde que assim o declarem e em hipótese alguma poderá ser alegado desconhecimento, incompreensão, dúvida ou esquecimento das cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços ou Contrato, dos projetos, das especificações técnicas, do memorial, ou de qualquer documento parte desta contratação.

5. LEGISLAÇÃO



A contratação em comento observará as disposições da Lei n. 14.133/2021 e alterações; Lei n. 4.320/64 e alterações; Lei Complementar n. 123/2006 e suas alterações e demais disposições aplicáveis.

6. QUANTIDADES

LOTE 01				
ITEM	CATMAT CATSER	PRODUTO	UNID.	QUANT.
1	480253 480252 480251 480250 623742 16284 25151	Artefato para treinamento 01 – Equipamento tipo Puxada Aberta (Grande Dorsal), confeccionado em aço inoxidável , conforme especificações técnicas constantes no Anexo I do ETP.	und.	50
2	480253 480252 480251 480250 623742 16284 25151	Artefato para treinamento 02 – Equipamento tipo Supino Reto (Peitoral Maior), confeccionado em aço inoxidável , conforme especificações técnicas constantes no Anexo I.	und.	50
3	480253 480252 480251 480250 623742 16284 25151	Artefato para treinamento 03 – Equipamento tipo Agachamento Unilateral (Coxa e Glúteos), confeccionado em aço inoxidável , conforme especificações técnicas constantes no Anexo I do ETP.	und.	50
4	480253 480252 480251 480250 623742 16284 25151	Artefato para treinamento 04 – Equipamento tipo Remada Aberta e Fechada (Costas), confeccionado em aço inoxidável , conforme especificações técnicas constantes no Anexo I do ETP.	und.	50
5	480253 480252 480251 480250 623742	Artefato para treinamento 05 – Equipamento tipo Pegada Fechada (Ombros e Tríceps), confeccionado em aço inoxidável , conforme especificações técnicas constantes no Anexo I do ETP.	und.	50



LOTE 01				
ITEM	CATMAT CATSER	PRODUTO	UNID.	QUANT.
	16284 25151			
6	480253 480252 480251 480250 623742 16284 25151	Artefato para treinamento 06 – Equipamento tipo Deadlift (Músculos Inferiores), confeccionado em aço inoxidável , conforme especificações técnicas constantes no Anexo I do ETP.	und.	50
7	480253 480252 480251 480250 623742 16284 25151	Artefato para treinamento 07 – Equipamento tipo Rosca Bíceps com Pegada Inversa, confeccionado em aço inoxidável , conforme especificações técnicas constantes no Anexo I do ETP.	und.	50
8	480253 480252 480251 480250 623742 16284 25151	Artefato para treinamento 08 – Equipamento tipo Puxada Supinada e Inversa (Bíceps e Tríceps), confeccionado em aço inoxidável , conforme especificações técnicas constantes no Anexo I do ETP.	und.	50
9	480253 480252 480251 480250 623742 16284 25151	Artefato para treinamento 09 – Equipamento tipo Supino Unilateral (Tríceps e Peitoral), confeccionado em aço inoxidável , conforme especificações técnicas constantes no Anexo I do ETP.	und.	50
10	623742 16284 25151	Artefato para treinamento – Equipamento multifuncional , confeccionado em aço inoxidável , conforme especificações técnicas constantes no Anexo I do ETP.	und.	50
11	344981 16284	Balança e Aferidor de Medidas Smart Digital , conforme especificações técnicas constantes no Anexo I do ETP.	und.	50
12	603472 26484 26557 26344	Hot Spot Wi-Fi , com fornecimento de acesso à internet pelo prazo de garantia estipulado no Termo de Referência, conforme demais especificações técnicas constantes no Anexo I do ETP.	und.	50
13	619548 3050	Guarda-corpo com corrimão , confeccionado em aço inoxidável , conforme especificações técnicas constantes no Anexo I do ETP.	und.	500



LOTE 01

ITEM	CATMAT CATSER	PRODUTO	UNID.	QUANT.
14	623711 3050	Totem informativo , confeccionado em aço inoxidável , conforme especificações técnicas constantes no Anexo I do ETP.	und.	140
15	603663 3050	Totem letreiro , confeccionado em aço inoxidável , conforme especificações técnicas constantes no Anexo I do ETP.	und.	50
16	294388 633436 21083	Grama sintética , conforme especificações técnicas constantes no Anexo I do ETP.	m²	5.000
17	628995 5304	Piso emborrachado , conforme especificações técnicas constantes no Anexo I do ETP.	M²	5.000

LOTE 2

Item	CATMAT CATSER	Produto	Unid.	Quant.
1	613233 25151	Pet place (espaço recreativo para animais de estimação), conforme especificações técnicas constantes no Anexo I do ETP.	und.	50

- As especificações técnicas completas dos itens encontram-se descritas no Anexo I do Estudo Técnico Preliminar – ETP, o qual integra o presente instrumento para todos os fins.

7. DA FORMULAÇÃO DA PROPOSTA

- Preços Unitários e Totais:** A proposta deverá conter o valor unitário por item e o valor global, em conformidade com os quantitativos estimados.
- Inclusão de Custos Indiretos:** Nos preços ofertados deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos, tais como tributos, fretes, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários e demais despesas necessárias ao fornecimento, transporte, instalação e plena execução do objeto.
- Descrição do Objeto:** A proposta deverá conter a descrição completa dos itens ofertados, em estrita



conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência, do Estudo Técnico Preliminar – ETP e de seu Anexo I, sendo vedada a apresentação de descrições genéricas ou divergentes.

- d) Especificações Técnicas:** A licitante deverá apresentar, de forma clara e detalhada, o modelo, características técnicas, materiais empregados, dimensões e demais informações necessárias à perfeita identificação e avaliação do produto, comprovando sua aderência integral às exigências estabelecidas no Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar – ETP e no Anexo I, **bem como, quando solicitado, apresentar catálogos, fichas técnicas, laudos ou quaisquer documentos comprobatórios que permitam a verificação da conformidade do objeto ofertado.**
- e) Declaração de Pleno Atendimento:** Declaração formal de que a proposta atende integralmente às exigências do edital e de todos os seus anexos.

8. DO REAJUSTE

Quanto à cláusula de reajustamento, será adotado como parâmetro o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) [confirmar índice]**, fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), **acumulado nos últimos 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta**, nos termos do disposto pelo art. 37, XXI, da CRFB/1988.

9. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Registro de Preços visa à racionalização dos processos de compras e de prestação de serviços, tendo como finalidade principal a maximização do princípio da economicidade, ao permitir que a Administração Pública realize as aquisições na exata medida e no momento de sua necessidade, de forma planejada e eficiente³.

Os preços registrados serão utilizados pelos órgãos e entidades da Administração Pública prioritariamente para o atendimento de suas demandas mediante a emissão de ordens de fornecimento,



conforme a conveniência e a oportunidade administrativa dos entes que integraram a licitação. Dessa forma, as aquisições ocorrerão de maneira gradativa e sob demanda, sem a obrigatoriedade de celebração imediata de contrato administrativo, considerando que as necessidades podem variar ao longo do tempo e que não é possível precisar previamente o quantitativo exato da demanda⁴.

Ressalte-se que, quando devidamente justificado e no interesse da Administração, poderá ser formalizado contrato administrativo decorrente da Ata de Registro de Preços, especialmente em situações que assim o recomendem sob os aspectos operacionais, administrativos ou de controle, não constituindo, contudo, obrigação automática nem direito subjetivo do fornecedor

Quanto à adoção do Sistema de Registro de Preços, a Administração embasou sua decisão em uma estimativa inicial de utilização, a qual deve ser compreendida como uma projeção mínima. Tal estimativa justifica-se pela flexibilidade do Sistema de Registro de Preços em lidar com variações e oscilações na demanda de totens, especialmente quando a manutenção e a expansão da rede dependem de fatores externos e supervenientes ao processo de contratação desses artefatos.

Cumprir destacar que a decisão de utilizar o Sistema de Registro de Preços encontra-se alinhada a uma abordagem prática e eficiente de gestão pública, nos termos do art. 20, caput, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB. A adoção de mecanismos alternativos de contratação individual exigiria a realização de novos certames sempre que surgisse nova demanda, o que poderia acarretar custos adicionais, maior dispêndio de tempo e prejuízos à eficiência administrativa.

Além disso, a escolha pelo Sistema de Registro de Preços decorre da análise dos aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais aplicáveis à matéria, aliada ao juízo de conveniência e oportunidade do gestor público. Observada a realização de procedimento licitatório regular para a seleção da proposta mais vantajosa, com respeito aos princípios da legalidade, economicidade, vantajosidade, isonomia e demais princípios que regem as contratações públicas, a formalização da Ata de Registro de Preços mostra-se válida, adequada e plenamente cabível à hipótese em análise.

Diante do exposto, os elementos apresentados demonstram a conveniência e a adequação da utilização do Sistema de Registro de Preços, evidenciando que a solução adotada atende aos requisitos legais e aos interesses da Administração Pública, conforme devidamente justificado.



a. Dos órgãos não participantes

³ GARCIA, Flávio Amaral. *Licitações e contratos administrativos: casos e polêmicas*. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2018, p. 170.

⁴ Loc. cit., p. 170. registrado.

Fica reservado o percentual de até 50% (cinquenta por cento) do quantitativo total registrado na Ata de Registro de Preços para eventual atendimento a adesões, condicionadas à anuência prévia e expressa do Órgão Gerenciador e à observância dos limites, requisitos e condições previstos na Lei nº 14.133/2021 e na regulamentação aplicável.

A autorização para adesões não constitui direito subjetivo de terceiros, devendo, ainda, observar os limites quantitativos, operacionais e temporais legalmente estabelecidos, bem como o interesse público devidamente motivado.

10. FORMA DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

A execução do objeto terá início com a emissão da ordem de fornecimento emitida pelo Município de Angra dos Reis. Os artefatos serão instalados nos locais indicados, devendo a contratada providenciar todos os equipamentos, pessoal e insumos necessários ao fornecimento, considerando as especificações constantes neste termo de referência.

A entrega e respectiva instalação será realizada pela contratada. Após a instalação deverá ser entregue relatório emitido pela contratada, acompanhado de fotos, relação de pessoas selecionadas e demonstrativo de artefatos e insumos realizados.

Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 15 (quinze) dias, pelo(s) fiscal(ais), mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do



contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

O fiscal do processo, vinculado à Ata de Registro de Preços ou ao contrato administrativo, conforme a forma de formalização adotada, realizará o recebimento provisório do objeto, mediante termo detalhado, no qual deverá ser comprovado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo previstas no ato convocatório e nos instrumentos formalizados.

Para fins de recebimento provisório:

- a) o fiscal do processo deverá apurar os resultados das avaliações da execução do objeto, bem como, quando aplicável, a análise do desempenho e da qualidade do fornecimento ou da prestação realizada, em consonância com os indicadores e critérios previstos no instrumento convocatório ou na Ata de Registro de Preços, podendo tal avaliação resultar, se for o caso, no redimensionamento dos valores a serem pagos, devidamente registrado em relatório circunstanciado a ser encaminhado ao gestor responsável;
- b) considerar -se-á ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, havendo mais de um recebimento a ser realizado, com a entrega do último termo, observado o cumprimento integral das obrigações assumidas.

O contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (art. 119 c/c art. 140 da Lei n. 14133/2021);

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao



gestor do contrato para recebimento definitivo;

Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- a) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;
- b) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções;
- c) Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- d) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;
- e) Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão;

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n. 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



11. DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 15 (quinze) dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, como:

- a) A data da emissão;
- b) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- c) O período respectivo de execução do contrato;
- d) O valor a pagar; e
- e) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, na forma da legislação vigente.

Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias, que poderão dar



ensejo à rescisão contratual, nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

No caso de atraso pela contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

A nota fiscal, fatura ou documento fiscal idôneo relativo à cobrança deverá ser emitido em favor do MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, inscrito no CNPJ nº 29.172.467/0001-09, com sede na Praça Nilo Peçanha, nº 186, Centro, Angra dos Reis/RJ, CEP 23900-901, devendo estar acompanhado dos comprovantes de recolhimento dos tributos, taxas e encargos legais incidentes, quando aplicáveis.

O documento fiscal deverá consignar expressamente que os serviços foram realizados para a Secretaria de Obras e Habitação, devendo conter, de forma clara e detalhada, as seguintes informações:

- data da medição;
- período a que se refere a execução;
- número da medição;
- descrição detalhada dos itens executados;

bem como estar acompanhado da respectiva planilha de medição e/ou planilha de itens, quando aplicável, de modo a possibilitar a conferência pela fiscalização e a regular liquidação da despesa.

Verificados erros no documento de cobrança, ensejarão sua devolução, sendo que o prazo previsto no caput desta cláusula será contado a partir da nova apresentação. Nenhuma reivindicação para pagamentos adicionais será considerada se decorrer de erro, interpretação ou avaliação pela Contratada em relação ao presente instrumento.

12. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Será apresentado um cronograma físico-financeiro no momento em que for formalizada o fornecimento.



13. DA GESTÃO CONTRATUAL

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n. 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, devendo-se observar o seguinte:

- 1) Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;
- 2) As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;
- 3) O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;
- 4) Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

14. FISCALIZAÇÃO

A execução das aquisições e/ou serviços decorrentes da Ata de Registro de Preços, bem como dos instrumentos dela derivados, tais como contratos administrativos, ordens de fornecimento ou instrumentos equivalentes, deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do processo, ou por seus respectivos substitutos, formalmente designados, nos termos do art. 117, caput, da Lei nº 14.133/2021, a seguir indicados:

Fiscal nº 1: (...), CPF nº (...), Matrícula nº (...);

Fiscal nº 2: (...), CPF nº (...), Matrícula nº (...);



Fiscal nº 3: (...), CPF nº (...), Matrícula nº (...).

O fiscal do processo acompanhará a execução das obrigações assumidas pela(s) fornecedora(s) registrada(s), no âmbito da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos dela decorrentes, de modo a assegurar o fiel cumprimento das condições estabelecidas no ato convocatório, na Ata e, quando houver, no contrato administrativo, visando à obtenção dos melhores resultados para a Administração, devendo observar, no mínimo, as seguintes atribuições:

1. anotar, no histórico do processo administrativo, todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição das providências necessárias à regularização de falhas, faltas ou defeitos eventualmente constatados, nos termos do art. 117, § 1º, da Lei nº 14.133/2021;
2. identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, emitir notificações à fornecedora registrada ou à contratada, conforme o caso, estabelecendo prazo para correção;
3. informar ao gestor do processo ou da Ata, em tempo hábil, situações que demandem decisão ou providências que extrapolem sua competência, para adoção das medidas cabíveis;
4. comunicar imediatamente ao gestor do processo ocorrências que possam comprometer ou inviabilizar a execução das obrigações nos prazos estabelecidos;
5. informar ao gestor do processo ou da Ata, em tempo oportuno, o término da vigência da Ata de Registro de Preços ou do contrato dela decorrente, quando houver, com vistas à avaliação quanto à necessidade de prorrogação, renovação ou adoção de nova solução administrativa;
6. durante a execução do objeto e na fase de recebimento provisório, monitorar continuamente o nível de qualidade do fornecimento ou dos serviços prestados, intervindo sempre que necessário para requerer a correção de falhas, irregularidades ou desconformidades;
7. apresentar ao representante da fornecedora registrada ou da contratada, conforme o caso, a avaliação da execução do objeto, ou, quando aplicável, a avaliação de desempenho e qualidade;
8. colher a ciência formal do representante da fornecedora ou da contratada no documento de avaliação, quando exigível;



9. admitir a apresentação de justificativa pela fornecedora ou contratada em caso de execução com nível inferior de conformidade, desde que comprovada a ocorrência de situação excepcional, decorrente exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao seu controle;
10. constatado comportamento reiterado de desconformidade em relação aos padrões de qualidade exigidos, ou o descumprimento dos níveis mínimos previstos nos indicadores, propor a aplicação das sanções cabíveis, nos termos do edital, da Ata de Registro de Preços ou do contrato, quando houver;
11. observar que é vedada a atribuição à fornecedora ou à contratada da avaliação de desempenho e qualidade do objeto por ela executado;
12. realizar as avaliações de forma diária, semanal ou mensal, conforme a natureza do objeto, desde que o período adotado seja suficiente para a adequada aferição da execução;
13. verificar a conformidade dos materiais, técnicas, equipamentos ou insumos utilizados, em consonância com o Termo de Referência, a Ata de Registro de Preços, a proposta vencedora e os instrumentos formalizados, inclusive quanto às quantidades, marcas, especificações técnicas, qualidade e forma de uso;
14. registrar que a fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora ou da contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, ainda que decorrentes de imperfeições técnicas, vícios ocultos ou utilização de materiais inadequados;
15. para fins de recebimento provisório, ao final de cada período de execução, apurar os resultados das avaliações realizadas e, quando aplicável, a análise do desempenho e da qualidade, podendo tal avaliação resultar no redimensionamento dos valores a serem pagos, devendo ser formalizada em relatório circunstanciado a ser encaminhado ao gestor do processo.

14. DO GESTOR DO CONTRATO

O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos,



solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o gestor do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração, bem como:

- 1) Acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- 2) Acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- 3) Emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;
- 4) Tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;
- 5) Deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;
- 6) Deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 1) Prestar o serviço estritamente de acordo com as especificações descritas neste Termo de Referência, no quantitativo estabelecido e nos locais estabelecidos, responsabilizando-se por sua substituição na hipótese de se constatar, quando do recebimento, desacordo com as referidas especificações;
- 2) Remover às suas expensas, todo o material que estiver em desacordo com as especificações básicas e/ou aquele em que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento, providenciando a substituição do mesmo, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente; Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais, comerciais, trabalhistas e previdenciários, resultantes da contratação;
- 3) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- 4) Responder em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da entrega garantindo-lhes alimentação e transporte até o local da prestação dos serviços, bem como a logística necessária ao transporte das ferramentas e dos itens necessários;
- 5) Arcar com qualquer prejuízo causado à Administração ou a terceiros por seus empregados, durante a execução dos serviços de entrega, instalação, ou assistência técnica;
- 6) Não será aceita a participação de sociedades cooperativas, pois a contratação não se refere a prestação de serviços de dedicação exclusiva de mão de obra ou atividades que exijam, ou seja, recomendada a participação de cooperativas.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 1) Responsabilizar-se pelo pagamento do serviço recebido;



- 2) Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar as obrigações da contratada por meio do responsável pelo recebimento do material, atestando na Nota Fiscal/Fatura, a efetiva entrega do item, conforme descrito e especificado na proposta da licitante vencedora;
- 3) Notificar a contratada, por escrito, para a retirada imediata dos materiais, quando apresentarem problemas relacionados a especificações básicas, e/ou aquele em que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento, alusivo às obrigações da contratada;
- 4) Rejeitar todo ou em parte os produtos entregues em desacordo com as especificações constantes neste termo de referência; e
- 5) Comunicar à contratada, por escrito, quando verificar condições inadequadas ou iminência de ocorrência de falhas para a adoção das providências saneadoras, em todo o período de garantia e onde quer que se faça necessária a intervenção.

17. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

a. Garantia

O prazo de garantia dos equipamentos: *Artefatos para treinamento, guarda corpo com corrimão em inox, totem informativo inox, totem letreiro inox e grama sintética* serão de, no mínimo 12(doze) meses contados a partir da data do recebimento definitivo do objeto.

O prazo de garantia dos equipamentos: *balança e aferidor de medidas smart digital e hot spot wi-fi*, será de no mínimo 24(vinte e quatro) meses de uso/serviço, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contados a partir da data do recebimento definitivo dos respectivos equipamentos.

b. Assistência Técnica

A Contratada se obriga a manter a assistência técnica (com manutenção corretiva) durante toda a vigência da garantia, sem qualquer ônus para a Contratante, na forma abaixo descrita:

- a) A assistência técnica/manutenção corretiva será gratuita durante todo o prazo de garantia;
- b) As despesas com o envio do equipamento para reparo serão custeadas pelo Contratado durante o prazo de garantia; e
- c) A reposição de qualquer parte ou peça que apresente defeito durante o prazo de garantia será realizada sem custos para a contratante.



18. DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES (SEI)

18.1. A CONTRADA deverá credenciar usuário junto ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI), pessoa física representante da CONTRATADA, conforme estabelecido pelo art. 9º do Decreto Municipal nº 13.367, de 03 de janeiro de 2024.

18.1.1. A partir do cadastro de representante como usuário externo, todos os atos e comunicação processual entre a PMAR e a entidade representada dar-se-ão por meio eletrônico e não serão admitidas intimações e protocolizações por meio diverso, salvo exceções previamente regulamentadas no referido decreto e posteriores.

18.2. O cadastro habilitará o usuário externo a: I - Peticionar eletronicamente; II - Acompanharos processos em que peticionar ou aos quais lhe tenha sido concedido acesso externo; III - ser intimado quanto a atos processuais ou para apresentação de informações ou documentos complementares; e IV - Assinar contratos, convênios, termos, acordos e outros instrumentos congêneres.

18.3. A critério da CONTRATANTE, a assinatura do contrato, da ordem de serviço e/ou demais documentos poderão ser realizada digitalmente, via SEI. **18.4** A CONTRATADA deverá acatar e cumprir quaisquer novas regulamentações relativas ao processo eletrônico do município de Angra dos Reis.

19. DISPOSTOS DA LICITAÇÃO

MODO DE DISPUTA: ABERTO

COTA PARA ME E EPP: NÃO

PERMISSÃO DE ADESÃO: SIM

CONTRATO: SIM **ORÇAMENTO:**
ABERTO

REGIME: MENOR PREÇO GLOBAL



20. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

20.1. Para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente, devendo apresentar: (Os índices abaixo poderão ser exigidos cumulativamente ou não, devendo a Administração justificar a opção adotada. O percentual dos índices deverá ser fixado de acordo com o segmento de mercado de que trata o objeto da licitação)

a) índice de Liquidez Geral: igual ou maior que 1. Será considerado como Índice de Liquidez

Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante.

$$ILG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}} \geq 1$$

b) índice de Liquidez Corrente: igual ou maior que 1. Será considerado como índice de Liquidez Corrente o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

$$ILC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} \geq 1$$

c) índice de Endividamento: menor ou igual a 1. Será considerado Índice de Endividamento o quociente da divisão da soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante pelo Patrimônio Líquido.

$$IE = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}} \leq 1$$

20.2. - A licitante que utiliza a Escrituração Contábil Digital – ECD deverá apresentar o balanço patrimonial autenticado na forma eletrônica, pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, acompanhado do termo de autenticação eletrônica da Junta Comercial dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário.

20.3. - Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:



20.4. – Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão ser apresentados na forma da legislação vigente, especialmente conforme a Lei nº 6.404/1976 e alterações posteriores, admitindo-se sua divulgação por meio eletrônico, em sítios oficiais ou plataformas digitais autorizadas, nos termos da regulamentação aplicável, incluindo a Portaria ME nº 12.071/2021 e suas atualizações.

20.4.1– A publicação em jornal de grande circulação somente será exigida nos casos em que a legislação específica aplicável à sociedade assim o determinar, devendo a empresa comprovar o atendimento à forma legal de divulgação adotada.

20.4.2 – Para as sociedades enquadradas no art. 294 da Lei nº 6.404/1976, será admitida a apresentação das demonstrações financeiras por meio exclusivamente eletrônico, conforme autorizado pela legislação vigente.

20.5. - Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário deverá ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, contendo:

20.6. - Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

20.7. - Quando se tratar de sociedade constituída há menos de dois anos, os documentos referidos no item B.1 limitar-se-ão ao último exercício.



20.8. - A licitante que não alcançar o índice (ou quaisquer dos índices) acima exigido(s), conforme o caso, deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% , nos termos do § 4º do art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021 do valor estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

21. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Para fins de habilitação técnica, a empresa licitante deverá comprovar sua aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da presente contratação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

1. Comprovação de Capacidade Técnica:

A licitante deverá apresentar **atestado(s) de capacidade técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de equipamentos de natureza semelhante ao objeto da licitação, compatíveis em características, quantidades e complexidade, tais como mobiliários urbanos, equipamentos de academia ao ar livre, playgrounds ou similares.

2. Compatibilidade com o Objeto:

Os atestados apresentados deverão demonstrar que a empresa já executou fornecimento de equipamentos destinados a espaços públicos ou privados de uso coletivo, evidenciando experiência na entrega de bens com características equivalentes às exigidas neste Termo de Referência.



3. Qualidade e Conformidade dos Produtos:

A licitante deverá declarar que os equipamentos fornecidos atendem às normas técnicas vigentes, especialmente aquelas relacionadas à segurança, ergonomia, resistência e durabilidade, podendo ser exigida, na fase de contratação, a apresentação de:

- Certificação de conformidade com normas da ABNT aplicáveis;
- Laudos técnicos ou ensaios laboratoriais que comprovem a resistência dos materiais;
- Garantia mínima dos equipamentos (conforme item 17).

4. Especificações Técnicas dos Materiais:

Deverá ser apresentado catálogo, ficha técnica ou memorial descritivo dos equipamentos ofertados, contendo no mínimo:

- Materiais empregados (ex.: aço carbono, pintura eletrostática, tratamento anticorrosivo);
- Dimensões;
- Capacidade de uso;
- Indicação de faixa etária (quando aplicável);
- Sistema de fixação e instalação.

5. Responsabilidade Técnica:

A empresa deverá indicar responsável técnico, quando aplicável, para acompanhamento do fornecimento e eventual instalação dos equipamentos, podendo ser exigido registro no respectivo conselho profissional, conforme a natureza do serviço.

6. Garantia e Assistência Técnica:

A licitante deverá apresentar declaração de que prestará garantia dos equipamentos fornecidos, bem como assistência técnica, reposição de peças e manutenção, quando necessário, durante o período de garantia.



22. DOS LAUDOS TÉCNICOS E DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS (PROTÓTIPOS)

- a) Com vistas à comprovação da conformidade técnica dos produtos ofertados, a Administração poderá exigir do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar a **apresentação de amostras (protótipos)** dos itens licitados, em estrita conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência, do Estudo Técnico Preliminar e de seu Anexo I.
- b) As amostras deverão ser apresentadas no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados da convocação formal pela Administração, no local a ser indicado, devidamente identificadas e acompanhadas de ficha técnica detalhada do produto.
- c) As amostras serão avaliadas por equipe técnica designada, com base em critérios objetivos, dentre os quais:
- conformidade com as especificações técnicas exigidas;
 - qualidade dos materiais empregados;
 - acabamento e ergonomia;
 - resistência, estabilidade e segurança estrutural;
 - adequação ao uso proposto.
- d) A não apresentação das amostras no prazo estabelecido, bem como a apresentação em desacordo com as especificações exigidas, implicará na desclassificação da proposta, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- e) Deverão ser apresentados **laudos técnicos emitidos por laboratórios acreditados pelo INMETRO**, quando aplicável, comprovando a conformidade dos materiais, equipamentos e processos com as normas técnicas pertinentes, especialmente as normas da ABNT aplicáveis ao objeto.
- f) A exigência de laudos técnicos e amostras poderá ser dispensada, mediante justificativa técnica da Administração, quando a análise documental (catálogos, fichas técnicas e certificações) for suficiente para comprovação da conformidade do objeto.
- g) As amostras apresentadas poderão ser retidas até a conclusão do certame e, quando aprovadas, poderão servir como **parâmetro de qualidade para fins de execução contratual**, não gerando direito à indenização, salvo disposição em contrário.



h) Todos os custos relativos à apresentação das amostras e obtenção dos laudos técnicos correrão por conta do licitante.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Não poderão participar, direta ou indiretamente, da licitação ou do serviço, os interessados:

- I) cuja falência tenha sido decretada, ou deferida a recuperação judicial, ou homologado o plano de recuperação extrajudicial, bem como, em concurso de credores, em dissolução, em processo de liquidação e em consórcios ou associações de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- II) suspensos temporariamente de participação em licitação e impedidos de contratar com a Administração, nos termos da legislação vigente.
- III) declarados inidôneos para licitar ou contratar com qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, estadual ou Municipal, nos termos da legislação vigente.
- IV) cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste procedimento licitatório;
- V) que se encontrem enquadrados nas vedações estabelecidas pela lei vigente;
- VI) constituídos sob a forma de cooperativas que configurem intermediação de mão de obra subordinada (Lei Federal nº 12.690/2012, art. 5º; súmula 281 do TCU; Instrução Normativa nº 02/008 do MPOG, art. 4º, incisos I, II).

Aplicam-se ao presente Termo de Referência as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

GUSTAVO DA
SILVA
MARINHO:15471
159713

Assinado de forma
digital por GUSTAVO DA
SILVA
MARINHO:15471159713
Dados: 2026.04.15
15:05:43 -03'00'

Gustavo da Silva Marinho
Coordenador Técnico de Obras
Mat. 32752



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Secretaria de Gestão de Suprimentos
Processo nº SEI-2026-12000136

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

DECLARAMOS inteira submissão ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.023/2026 e seu respectivo Termo de Referência, correspondente a licitação a qual está vinculada. Que nos preços abaixo ofertados estão inclusos todos os custos diretos e indiretos indispensáveis à perfeita execução do objeto deste pregão, abrangendo todos os custos com materiais e serviços necessários a entrega do(s) item(s) em perfeitas condições de uso, eventual substituição de unidades defeituosas e/ou entrega de itens faltantes. Nos termos do ITEM 9 DO EDITAL - APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E DA DOCUMENTAÇÃO

OPTANTE DO SIMPLES NACIONAL () SIM () NÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.023/2026						
Data de abertura:						
Nome da empresa:						
CNPJ:						
Endereço:						
CEP:						
Telefone: (DDD)						
E-mail:						
Dados Bancários:						
Nome do Representante legal da empresa: (que assinará o contrato ou instrumento equivalente)						
CPF: (do representante legal da empresa que assinará o contrato ou instrumento equivalente)						
RG/órgão emissor: (do representante legal da empresa que assinará o contrato ou instrumento equivalente)						
Instrumento de outorga de poderes: (encaminhar cópia do instrumento de outorga de poderes)						
Certificação digital: O representante legal da empresa que assinará o contrato possui certificação digital ICP Brasil? () Sim () Não						
ITEM	QUANT.	UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
					R\$	R\$
					R\$	R\$

Instruções de preenchimento: A licitante deverá informar os preços por item, total do item e total global da proposta, seguindo a numeração constante no edital.

Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos.



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Secretaria de Gestão de Suprimentos
Processo nº SEI-2026-12000136

ANEXO III
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2026
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90.023/2026

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de 2026, na Praça Nilo Peçanha, nº 186, Centro, nesta cidade, o MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, por meio da **SECRETARIA DE OBRAS E HABITAÇÃO**, nos termos das normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, da **Lei Complementar Federal nº 101/2000** (Lei de Responsabilidade Fiscal), do Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/90** e suas alterações, em face do resultado do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90.023/2026, realizado por meio do processo administrativo nº SEI-2026-12000136, RESOLVE registrar os preços ofertados pelo fornecedor beneficiário _____, inscrito no CNPJ nº _____, Tel.: (____) _____ / (____) _____ e e-mail: _____, localizado na _____, nº ____ – Bairro: _____, Cidade: _____, Estado: _____, CEP: _____, neste ato representado pelo(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, expedido(a) pelo(a) _____ e CPF nº _____, conforme quadro abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

A presente Ata tem por objeto o **registro de preços para o fornecimento e a instalação de Artefatos para Treinamento, destinados à implantação e à qualificação de espaços públicos voltados ao lazer, à convivência comunitária e à promoção da saúde, no Município de Angra dos Reis**, para atender aos órgãos e entidades da Prefeitura de Angra dos Reis que se interessarem, consoante o disposto no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90.023/2026 e/ou no Termo de Referência.

ITEM	QTD.	UNID.	CATMAT	ESPECIFICAÇÕES	MARCA/ MODELO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
LOTE I							
1	50	Unid.	2638 16284	Artefato p/ treinamento 1 - puxada aberta, grande dorsal			
2	50	Unid.	2638 16284	Artefato p/ treinamento 2 - supino reto, peitoral maior			
3	50	Unid.	2638 16284	Artefato p/ treinamento 3 - agachamento unilateral, coxa e glúteos			
4	50	Unid.	2638 16284	Artefato p/ treinamento 4 – remada aberta e fechada, costas			
5	50	Unid.	2638 16284	Artefato p/ treinamento 5 – pegada fechada, ombros e tríceps			
6	50	Unid.	2638 16284	Artefato p/ treinamento 6 – deadlift, músculos inferiores			
7	50	Unid.	2638 16284	Artefato p/ treinamento 7 - rosca bíceps pegada inversa			



8	50	Unid.	2638 16284	Artefato p/ treinamento 8 - puxada supinada e inversa, bíceps e tríceps			
9	50	Unid.	2638 16284	Artefato p/ treinamento 9 - supino unilateral, tríceps e peitoral			
10	50	Unid.	2638 16284	Artefato de treinamento multifuncional			
11	50	Unid.	3222 16284	Balança e aferidor de medidas smart digital			
12	50	Unid.	237 2079 26484 26557 26344	Hot spot wi-fi			
13	500	Unid.	338 3050	Guarda corpo c/ corrimão inox			
14	140	Unid.	17758 3050	Totem informativo inox			
15	50	Unid.	8798 3050	Totem letreiro inox			
16	5000	M2	18481 21083	Grama sintética			
17	5000	M2	10779 5312	Piso emborrachado			
Lote 2							
18	50	Unid.	613233 25151	Pet place			

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, a partir da data da sua publicação no Boletim Oficial do Município de Angra dos Reis e no Portal Nacional de Contratações Públicas.

Parágrafo Primeiro – No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

Parágrafo Segundo – O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado, observado o prazo máximo de vigência de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

Parágrafo Terceiro – A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.

Parágrafo Quarto – A prorrogação da vigência da ata de registro de preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no



momento da prorrogação, aferida por meio dos parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – ORDEM DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços cujos preços ora são registrados será requisitada por intermédio da apresentação da Ordem de Execução correspondente.

Parágrafo único – Cada Ordem de Execução conterá, sucintamente:

- a) o número da Ata;
- b) a descrição do serviço;
- c) o local de entrega e hora;
- d) o valor da requisição;
- e) as condições de pagamento;
- f) as penalidades;
- g) a garantia contratual.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos deverão ser efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, observado o disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo do documento de cobrança no(a) **SECRETARIA DE OBRAS E HABITAÇÃO** e obedecido ao disposto na legislação.

Parágrafo Primeiro – Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 15 (quinze) dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, como:

- a) A data da emissão;
- b) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- c) O período respectivo de execução do contrato;
- d) O valor a pagar; e
- e) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Parágrafo Segundo – Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

Parágrafo Terceiro – A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, na forma da legislação vigente .



Parágrafo Quarto – Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Parágrafo Quinto – Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias, que poderão dar ensejo à rescisão contratual, nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Parágrafo Sexto – O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa..

Parágrafo Sétimo – No caso de atraso pela contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Parágrafo Oitavo – A nota fiscal, fatura ou documento fiscal idôneo relativo à cobrança deverá ser emitido em favor do MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, inscrito no CNPJ nº 29.172.467/0001-09, com sede na Praça Nilo Peçanha, nº 186, Centro, Angra dos Reis/RJ, CEP 23900-901, devendo estar acompanhado dos comprovantes de recolhimento dos tributos, taxas e encargos legais incidentes, quando aplicáveis.

Parágrafo Nono - O documento fiscal deverá consignar expressamente que os serviços foram realizados para a Secretaria de Obras e Habitação, devendo conter, de forma clara e detalhada, as seguintes informações:

- data da medição;
- período a que se refere a execução;
- número da medição;
- descrição detalhada dos itens executados;

Parágrafo Décimo - Bem como estar acompanhado da respectiva planilha de medição e/ou planilha de itens, quando aplicável, de modo a possibilitar a conferência pela fiscalização e a regular liquidação da despesa.

Parágrafo Décimo Primeiro - Verificados erros no documento de cobrança, ensejarão sua devolução, sendo que o prazo previsto no caput desta cláusula será contado a partir da nova apresentação. Nenhuma reivindicação para pagamentos adicionais será considerada se decorrer de erro, interpretação ou avaliação pela Contratada em relação ao presente instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

O fornecimento dos materiais/serviços obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração.

Parágrafo Primeiro – Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas à prestação dos serviços, observadas as condições do Termo de Referência Anexo I e desta Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Segundo – O Órgão Gerenciador promoverá periodicamente pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição



para a requisição dos materiais e/ou publicação dos preços registrados no Boletim Oficial do Município de Angra dos Reis.

Parágrafo Terceiro – A prestação dos serviços será precedida de preenchimento, pelo Órgão Participante, do respectivo formulário “ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO”, que será entregue às empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados, após aquiescência do Órgão Gerenciador, com a antecedência mínima descrita no Termo de Referência Anexo I, para prestação no local indicado.

Parágrafo Quarto – A contratação somente estará caracterizada após o recebimento da “ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO”, devidamente acompanhada da competente Nota de Empenho.

Parágrafo Quinto – As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Pregão.

Parágrafo Sexto – Como condição para a prestação dos serviços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se comprometem a apresentar a documentação referente à sua habilitação devidamente atualizada.

Parágrafo Sétimo – No caso de produtos importados, toda a documentação relativa à importação deverá estar disponível a qualquer tempo.

Parágrafo Oitavo – A aceitação dos serviços pela Administração não exclui a responsabilidade civil da empresa beneficiária por vícios de quantidade ou qualidade dos itens ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência Anexo I, ainda que verificados posteriormente.

Parágrafo Nono – Será de responsabilidade do Beneficiário que tiver seus preço(s) registrado(s) o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do edital e com as obrigações assumidas na presente Ata de Registro de Preço.

Parágrafo Décimo – O inadimplemento de qualquer item do Edital ou desta Ata ensejará, a critério do Titular do Órgão Gerenciador, o cancelamento do registro do preço do inadimplente, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital.

CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A recusa das licitantes vencedoras em assinar a presente Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, independentemente do disposto no subitem 20.4 do Edital, sujeitando-a às penalidades previstas no parágrafo segundo desta Cláusula.

Parágrafo Primeiro – Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, a **SECRETARIA DE OBRAS E HABITAÇÃO** poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

a) Advertência;



- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo segundo – A aplicação da sanção prevista na alínea “b” observará os seguintes parâmetros:

- 1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 3) 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- 5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.
- 6) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 7) Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2		
INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou	05



	consequências letais, por ocorrência;	
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01

Parágrafo Terceiro – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

Parágrafo Quarto – As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista nas alíneas “b”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

Parágrafo Quinto – As multas eventualmente aplicadas com base na alínea “b” do caput desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo Sexto – As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

Parágrafo Sétimo – Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, o CONTRATANTE suspenderá, observado o contraditório e ampla defesa, os pagamentos devidos à CONTRATADA até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como até a recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

Parágrafo Oitavo – A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Parágrafo Nono – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar



confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

CLÁUSULA SÉTIMA – ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO

Parágrafo Primeiro – Os preços registrados poderão ser alterados por ocasião de sua atualização periódica, voltada à manutenção da conformidade dos valores com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

Parágrafo Segundo – Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo da prestação dos serviços e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços.

Parágrafo Terceiro – Observado o disposto no parágrafo segundo, quando o preço inicialmente registrado, por motivos adversos e imprevistos, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- a) convocar os prestadores de serviço registrados, obedecida à ordem de classificação, com vistas a negociar a redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, os prestadores de serviço beneficiários do registro serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas;
- c) convocar os demais prestadores, na ordem de classificação obtida na licitação, com vistas a igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Quarto – Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a empresa beneficiária, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- a) liberar o beneficiário do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e documentos comprobatórios apresentados, e se a comunicação, devidamente formalizada, ocorrer antes da solicitação do serviço;
- b) convocar as demais empresas que aceitaram cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Quinto – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços para aquele item de material específico, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.



Parágrafo Sexto – A Ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

- a) pelo decurso do prazo de vigência;
- b) pelo cancelamento de todos os preços registrados;
- c) por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, mediante demonstração suficiente;
- d) por razões de interesse público, devidamente justificadas;
- e) no caso de substancial alteração das condições de mercado.

Parágrafo Sétimo – O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração:

- a) quando a empresa beneficiária do registro não assinar o contrato de prestação de serviços no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.
- b) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;
- c) quando a empresa beneficiária do registro for liberada;
- d) quando a empresa beneficiária do registro descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
- e) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desse se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- f) quando a empresa beneficiária do registro sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- g) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar o preço revisado pela Administração;

II – Por iniciativa da empresa beneficiária do registro, mediante solicitação formal, comprovando a impossibilidade de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, devidamente aceita pela Administração.

Parágrafo Oitavo – No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração Pública Municipal, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Nono – Na hipótese prevista no parágrafo oitavo, o fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.



Parágrafo Décimo – Na hipótese de cancelamento do preço registrado, poderão ser convocados os licitantes remanescentes para a formalização do contrato de fornecimento de bens, respeitada a ordem de classificação e observado o preço da proposta vencedora, bem como os requisitos de habilitação e o procedimento previsto no Edital.

Parágrafo Décimo Primeiro – O cancelamento dos preços registrados deverá ser formalizado por escrito e comunicado à empresa beneficiária por meio de correspondência com aviso de recebimento e por publicação no Boletim Oficial do Município de Angra dos Reis, juntando-se o comprovante da notificação aos autos do processo em que reduzido a termo o registro de preços.

CLÁUSULA OITAVA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Angra dos Reis para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90.023/2026 e as propostas de preço das licitantes vencedoras do mencionado Pregão.

E por estarem justos e acordados, assinam a presente em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS

NOME DO FORNECEDOR

SECRETARIA DE OBRAS E HABITAÇÃO

NOME DO REPRESENTANTE



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Secretaria de Gestão de Suprimentos
Processo nº SEI-2026-12000136

ANEXO IV
ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO – OES – OFM Nº ____ / ____
REF. ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº ____ / ____

Favorecido	
Objeto	Formação de ata de registro de preços para o fornecimento e a instalação de Artefatos para Treinamento, destinados à implantação e à qualificação de espaços públicos voltados ao lazer, à convivência comunitária e à promoção da saúde, no Município de Angra dos Reis
Prazo de Execução	12 (doze) meses.
Processo	SEI-2026-12000136
Nota de Empenho	

Pela presente **Ordem de Serviço**, fica a empresa supracitada, **autorizada a iniciar a execução dos serviços referentes** ao objeto mencionado.

Angra dos Reis, 00 de xxxxxxx de 2026.

Ordenador de Despesa



ANEXO V
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Angra dos Reis, ____ de _____ de ____.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Secretaria de Gestão de Suprimentos
Processo nº SEI-2026-12000136

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

Angra dos Reis, ____ de _____ de ____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Secretaria de Gestão de Suprimentos
Processo nº SEI-2026-12000136

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

DECLARO, sob as penas da lei e para os devidos fins de comprovação junto à **SECRETARIA DE OBRAS E HABITAÇÃO**, que, na execução do presente contrato, são devidamente observadas as normas de saúde e segurança do trabalho pertinentes.

Angra dos Reis, ____ de ____ de ____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Secretaria de Gestão de Suprimentos
Processo nº SEI-2026-12000136

ANEXO VIII
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS DO ART. 63, IV, DA LEI FEDERAL Nº
14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Considerando o disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Angra dos Reis, ____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Secretaria de Gestão de Suprimentos
Processo nº SEI-2026-12000136

ANEXO IX
DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO
ART. 63, inciso I e § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Considerando o inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que atendemos aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Considerando o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS, sob pena de desclassificação, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

Angra dos Reis, ____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ANEXO X
MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA

(em papel timbrado da empresa)
[denominação/razão social da sociedade empresarial]
Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.
[endereço da sociedade empresarial]

Em atendimento à previsão legal contida no art. 67, VI da Lei Federal nº 14.133/2021, _____ [nome completo do representante legal da empresa], DECLARO que o(a) Sr(a). _____ [nome completo do profissional indicado da empresa], profissional indicado por essa empresa, realizou visita para fins de vistoria técnica ao _____ [local ou equipamento visitado], acompanhado do respectivo responsável, tendo tomado ciência de todas as condições locais para o cumprimento das obrigações inerentes ao objeto da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, nº 90.023/2026, as quais serão consideradas quando da elaboração da proposta que vier a ser apresentada.

Angra dos Reis, ____ de _____ de ____.

Agente Público
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Profissional indicado pela Empresa
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Representante Legal da Empresa
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Secretaria de Gestão de Suprimentos
Processo nº SEI-2026-12000136

ANEXO XI

MINUTA DE CONTRATO



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-2026-12000136

MINUTA DE CONTRATO

(PREGÃO ELETRÔNICO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OU FORNECIMENTO CONTÍNUO)

Termo de Contrato celebrado entre o **MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS**, por meio da **SECRETARIA DE OBRAS E HABITAÇÃO**, como **CONTRATANTE**, e a _____, como **CONTRATADA**, para _____
[prestação de serviços/fornecimento contínuo]
na forma abaixo.

Aos dias ____ do mês de ____ do ano de ____, com sede na Praça Nilo Peçanha, nº 186 – centro – Angra dos Reis-RJ, CEP: 23.900-901, o **MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS** por meio da **SECRETARIA DE OBRAS E HABITAÇÃO**, a seguir denominado **CONTRATANTE**, representado pelo **Sr. TIAGO MURILO SCATULINO DE SOUZA**, brasileiro, portador do RG 129.886.19-8 SSP/RJ e do CPF nº 095.514.577-57, doravante denominado, e a sociedade _____, estabelecida na _____ **[endereço da sociedade CONTRATADA]**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____ **[representante da sociedade adjudicatária]** têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____**, realizado por meio do processo administrativo nº **SEI-2026-12000136**, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer



todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

O objeto do presente Contrato é a **contratação de empresa para fornecimento e a instalação de Artefatos para Treinamento, destinados à implantação e à qualificação de espaços públicos voltados ao lazer, à convivência comunitária e à promoção da saúde, no Município de Angra dos Reis, conforme especificações técnicas definidas neste Termo de Referência**, devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência (Anexo ____ do Edital de Pregão Presencial nº ____).

Parágrafo Primeiro – O objeto do Contrato será executado com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo administrativo nº **SEI-2026-12000136**, no Termo de Referência, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução dos serviços.

Parágrafo Segundo - São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- I** - O Termo de Referência que embasou a contratação;
- II** - O instrumento convocatório, assim considerado o edital de licitação;
- III** - A Proposta do CONTRATADO, que, em caso de divergência com as condições estabelecidas neste Contrato e nos demais instrumentos anexos, prevalecerão estes últimos; e
- IV** - Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

O valor total do presente Contrato é de R\$ _____ (por extenso), correspondendo a uma despesa mensal estimada de R\$ _____ (_____ reais).

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA após a regular liquidação da despesa, nos termos do **art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964**, observado o disposto nos **arts. 140 e 141 da Lei Federal nº**



14.133/2021, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança na **Secretaria de Obras e Habitação**.

Parágrafo Primeiro – Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, o período–base de medição do serviço prestado será de um mês, considerando–se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado na **Secretaria de Obras e Habitação**.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do **FGTS** e **INSS** de todos os empregados atuantes no contrato, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT** ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista, declaração [*a ser exigida nos contratos com cooperativa versando o fornecimento de mão–de–obra*] de observância das normas de saúde e segurança do trabalho e documentos exigidos pelas normas de liquidação das despesas aplicáveis.

Parágrafo Quarto – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do(s) serviços/fornecimento efetivamente executados e aceitos no período–base mencionado no parágrafo primeiro.

Parágrafo Quinto – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Sexto – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na **Secretaria de Obras e Habitação** e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.



Parágrafo Sétimo – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

Caso se estabeleça exigência de subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte nas contratações de obras e serviços, o parágrafo oitavo deve ser acrescido à cláusula quarta do contrato, com a seguinte redação:

Parágrafo Oitavo – Os pagamentos referentes às parcelas subcontratadas pela CONTRATADA com as microempresas e empresas de pequeno porte por ela indicadas serão efetuados diretamente às subcontratadas responsáveis pela sua execução.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de **12 (doze) meses** contados da data do orçamento estimado, observada a Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

Parágrafo Primeiro – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA–E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, calculado por meio da seguinte fórmula:

$$R = Po [(I - I_0) / I_0]$$

Onde:

R = valor do reajuste;

I = índice IPCA–E mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;

I₀ = índice do IPCA–E mensal relativo ao mês anterior ao da apresentação da Proposta; Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

Parágrafo Segundo – Caso o índice previsto neste Contrato seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.



[Sendo o serviço por escopo, incluir o seguinte parágrafo:]

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA não terá direito ao reajuste do preço das etapas do serviço que, comprovadamente, sofrerem atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também das que forem executadas fora do prazo, sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

[No caso de regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, incluir os seguintes parágrafos:]

Parágrafo Quarto – Observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento será por repactuação, quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos.

Parágrafo Quinto – A repactuação terá data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra.

Parágrafo Sexto - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Parágrafo Sétimo - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

I - Fica o CONTRATADO obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer, sendo adotado na aferição final o índice definitivo.

Parágrafo Oitavo - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.



Parágrafo Nono - O reajuste será realizado por apostilamento, se esta for a única alteração contratual a ser realizada.

Parágrafo Décimo - O reajuste dos preços não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO–FINANCEIRO

Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico–financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 60 (sessenta) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE EXECUÇÃO

A forma de prestação dos serviços objeto do presente contrato, obedecerá ao **Menor Preço Global**.

CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA submeter–se–á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

Parágrafo Primeiro – A Fiscalização da prestação dos serviços caberá a comissão designada por ato da **Secretaria de Obras e Habitação**. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e



também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

Parágrafo Quarto – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

Parágrafo Quinto – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução contratual não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

CLÁUSULA NONA – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

- a) As partes obrigam-se a cumprir integralmente a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018-Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) -, bem como as normas correlatas aplicáveis, no tratamento de dados pessoais decorrentes da execução contratual.
- b) O CONTRATADO declara que utilizará os dados pessoais exclusivamente para as finalidades relacionadas ao cumprimento do objeto do contrato, vedada sua utilização ou compartilhamento em desconformidade com a legislação vigente.
- c) O CONTRATADO compromete-se a adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais tratados, responsabilizando-se integralmente por seus empregados, prepostos, subcontratados ou suboperadores.
- d) Concluído o tratamento de dados pessoais, deverá o CONTRATADO proceder à sua eliminação, ressalvadas as hipóteses de guarda previstas em lei.
- e) O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, solicitar informações, realizar auditorias ou adotar medidas de fiscalização quanto ao cumprimento das obrigações aqui previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA – PRAZO

A contratação terá eficácia a partir da data da publicação do instrumento correspondente no Portal Nacional de Contratações Públicas e vigorará por _____ meses contados da data estabelecida na Ordem de Serviço.



Parágrafo Primeiro – O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Segundo – No caso de serviços e fornecimentos contínuos, o contrato poderá ser prorrogado na forma dos arts. 107 e 106, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e das demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- I – prestar os serviços de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- II – tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos;
- III – responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;
- IV – atender às determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;
- V – reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por sua conta e responsabilidade, os serviços recusados pelo CONTRATANTE no prazo determinado pela Fiscalização;
- VI – responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços até o seu término:
 - a) em caso de ajuizamento de ações trabalhistas em face da CONTRATADA, decorrentes da execução do presente Contrato, com a inclusão do Município de Angra dos Reis ou de entidade da Administração Pública indireta como responsável subsidiário ou solidário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;
 - b) no caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do presente Contrato, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão



complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

- c)** as retenções previstas nas alíneas “a” e “b” poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o Município de Angra dos Reis ou o CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso o Município de Angra dos Reis ou entidade da Administração Pública indireta sejam compelidos a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;
- d)** eventuais retenções previstas nas alíneas “a” e “b” somente serão liberadas pelo CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.

VII – responsabilizar-se, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações do Projeto Básico/Termo de Referência, com as normas da **Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT**, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pela **Secretaria de Obras e Habitação**, assim como pelo refazimento do serviço e a substituição dos materiais recusados, sem ônus para o(a) CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

VIII – manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para a celebração do contrato durante todo prazo de execução contratual;

IX – responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução deste Contrato, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;

X – nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas, aquiescer à adoção, entre outras medidas, a serem adotadas pela Administração **no momento da contratação**:

- a)** condicionamento o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato;
- b)** depósito de valores em conta vinculada;
- c)** em caso de inadimplemento, o pagamento das verbas trabalhistas aos seus titulares, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado;
- d)** estabelecimento de que os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador.

XI – nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, apresentar quando, solicitado pela Administração, sob pena de multa, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:



- a) registro de ponto;
- b) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
- c) comprovante de depósito do FGTS;
- d) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;
- e) recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;
- f) recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

XII – nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, autorizar a Administração CONTRATANTE a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos;

XIII – cumprir durante toda a execução do contrato as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

XIV – manter hígidas as garantias contratuais até o recebimento definitivo do objeto do contrato;

XV – se comprometer a não subcontratar pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

XVI – informar endereço(s) eletrônico(s) para comunicação e recebimento de notificações e intimações, inclusive para fim de eventual citação judicial;

XVII – comprovar o cadastramento de seu endereço eletrônico perante os órgãos do Poder Judiciário, mantendo seus dados atualizados para fins de eventual recebimento de citações e intimações;

XVIII – comprovar a implantação de programa de integridade nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, de que trata o § 4º do art. 25 da Lei Federal nº 14.133/2021;

XIX – efetuar a retenção na fonte do imposto de renda sobre os pagamentos feitos às pessoas físicas e jurídicas, com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, observando a alíquota aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:



- I – Realizar os pagamentos na forma e condições previstas neste Contrato;
- II – Realizar a fiscalização do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

O recebimento do objeto do contrato previsto na CLÁUSULA SEGUNDA se dará mediante a avaliação de servidores designados pela **Secretaria de Obras e Habitação**, que constatarão se o objeto entregue atende a todas as especificações contidas no Termo de Referência.

Parágrafo Primeiro – O objeto do presente contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao pagamento.

Parágrafo Segundo – Os serviços prestados em desacordo com a especificação do Edital e seus Anexos, e da Proposta deverão ser recusados pela Comissão responsável pela fiscalização do contrato, que anotarás em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de recusa de aceitação, a CONTRATADA deverá reexecutar os serviços não aceitos, em prazo a ser estabelecido pela CONTRATANTE, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do CONTRATANTE da data da efetiva aceitação. Caso a CONTRATADA não reexecute os serviços não aceitos no prazo assinado, a CONTRATANTE se reserva o direito de providenciar a sua execução às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, a **Secretaria de Obras e Habitação** poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes **sanções**, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

- a. Advertência;
- b. Multa;
- c. Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Primeiro – A aplicação da sanção prevista na alínea “b” observará os seguintes parâmetros:

- 1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 3) 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- 5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.
- 6) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 7) Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:



TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02



Para os itens a seguir, deixar de:

5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01

Parágrafo Segundo – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais. **exceto a sanção prevista na alínea “a”, advertência, que poderá ser aplicada de forma mais célere, tendo em vista seu caráter de medida administrativa e de menor gravidade, prevista no art. 155, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.**

Parágrafo Terceiro – As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista nas alíneas “b”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

Parágrafo Quarto – As multas deverão ser recolhidas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade ou da publicação no Boletim Oficial do Município de Angra dos Reis do ato que as impuser.

Parágrafo Quinto – As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expreso nesse sentido.



Parágrafo Sexto – Se, no prazo previsto nesta Cláusula, não for feita a prova do recolhimento da multa, promover-se-ão as medidas necessárias ao seu desconto da garantia prestada, mediante despacho regular da autoridade contratante.

Parágrafo Sétimo – Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Oitavo – Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá ser recomposto em **48 (quarenta e oito) horas**, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

Parágrafo Nono – Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, o CONTRATANTE suspenderá, observado o contraditório e ampla defesa, os pagamentos devidos à CONTRATADA até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como até a recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

Parágrafo Décimo – Se a CONTRATANTE verificar que o valor da garantia e/ou o valor dos pagamentos ainda devidos são suficientes à satisfação do valor da multa, o processo de pagamento retomará o seu curso.

Parágrafo Décimo Primeiro – As multas eventualmente aplicadas com base na alínea “b” do caput desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo Décimo Segundo – A aplicação das sanções estabelecidas nas alíneas “a”, “b” e “c” do caput desta Cláusula é da competência da _____ [setor competente do órgão ou entidade contratante] e a da alínea “d” é da competência exclusiva do titular do órgão ou autoridade máxima da entidade CONTRATANTE Secretaria de Obras e Habitação.

Parágrafo Décimo Terceiro – A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.



Parágrafo Décimo Quarto – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – RECURSOS

A CONTRATADA poderá apresentar:

- a. **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da intimação da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do caput da Cláusula anterior;
- b. **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **3 (três) dias úteis** contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;
- c. **Pedido de Reconsideração** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea “e” do caput da Cláusula anterior;

Parágrafo único – Os recursos a que aludem as alíneas “a” e “b” do caput da presente Cláusula serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – EXTINÇÃO

O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.



Parágrafo Primeiro – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Parágrafo Segundo – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à **multa** de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Sexta, caput, alínea “c”, deste Contrato.

Parágrafo Quarto – A **multa** referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- a. a devolução da garantia;
- b. os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- c. o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- d. o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.



CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, para o corrente exercício de 2026, assim classificados:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: _____

FICHA: _____

FONTE DE RECURSO: _____

NOTA DE EMPENHO: _____, de _____, no valor total de R\$ _____ (por extenso);

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Angra dos Reis para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Boletim Oficial do Município de Angra dos Reis e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

O CONTRATANTE providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento ao Tribunal de Contas do Município na forma da legislação aplicável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

a) A CONTRATADA se obriga a manter, durante todo o período de execução do Contrato, as condições de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e regularidade trabalhista exigidas no Edital por meio do qual foi licitada a aquisição objeto do presente instrumento e o teor da sua proposta de preço, sob pena de rescisão do Contrato;



b) Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021;

c) Na contagem dos prazos, considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Angra dos Reis, ____ de ____ de ____.

TIAGO MURILO SCATULINO DE SOUZA
SECRETÁRIO DE OBRAS E HABITAÇÃO

Representante Legal da Empresa contratada
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha
(Nome, cargo, matrícula e lotação)



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
Secretaria de Gestão de Suprimentos
Processo nº SEI-2026-12000136

ANEXO XII

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos destinados à qualificação de praças e demais espaços públicos do Município de Angra dos Reis, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

ÓRGÃO: Secretaria de Obras e Habitação



Sumário

1. ÓRGÃO REQUISITANTE	4
1.1. Contextualização	4
1.2. Finalidade do Estudo.....	4
1.3. Compromisso Institucional	4
2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE	5
2.1. Contextualização Administrativa e Territorial.....	5
2.2. Diagnóstico da Situação Atual	5
2.3. Fundamentação da Necessidade.....	6
2.4. Interesse Público Envolvido.....	6
2.5. Alinhamento com o Planejamento Governamental.....	6
3. JUSTIFICATIVA	7
4. RESULTADOS PRETENDIDOS	8
5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	9
5.1. Requisitos Técnicos, Funcionais e de Segurança.....	9
5.2. Acessibilidade	9
5.3. Durabilidade e Desempenho	9
5.4. Padronização e Manutenção	9
5.5. Garantia Contratual	10
5.6. Subcontratação, Consórcios e Cooperativas	10
5.7. Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	10
5.8. Laudos Técnicos e Amostras	10
5.9. Gestão e Fiscalização Contratual	10
6 – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES	10
LOTE 1 – EQUIPAMENTOS DE TREINAMENTO, MOBILIÁRIO E INFRAESTRUTURA COMPLEMENTAR	12
LOTE 2 – EQUIPAMENTOS PARA ÁREA PET	14



7 – LEVANTAMENTO DE MERCADO	15
7.1. Da solução provável.....	19
8- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.....	21
1) Planejamento e projeto técnico:	22
2) Fabricação e fornecimento:	23
3) Transporte e logística:	23
4) Instalação e comissionamento:	23
5) Uso e operação:	23
6) Manutenção e conservação:	23
7) Descarte, substituição e sustentabilidade:	23
9- JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO QUANDO NECESSÁRIO PARA INDIVIDUALIZAÇÃO DO OBJETO	25
10 - PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO PARA EXECUÇÃO CONTRATUAL, SE FOR O CASO	26
11- ANÁLISE DE RISCOS.....	27
12- CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES	28
13- IMPACTOS AMBIENTAIS	28
14 – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO	29



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. ÓRGÃO REQUISITANTE

1.1. Contextualização

O presente Estudo Técnico Preliminar tem como objetivo subsidiar a implementação de medidas voltadas à melhoria e qualificação de espaços públicos do Município de Angra dos Reis, tais como praças, áreas de lazer e demais logradouros de uso coletivo, com foco na melhoria da experiência dos cidadãos quanto ao lazer, esporte e convivência comunitária, especialmente no que se refere à organização, acessibilidade, conforto, saúde e segurança.

1.2. Finalidade do Estudo

Busca-se, ainda, avaliar alternativas viáveis sob os aspectos técnico, econômico e jurídico, de modo a assegurar a eficiência, eficácia e efetividade da ação pública a ser implementada. Para tanto, serão consideradas as necessidades identificadas pelas áreas técnicas da Administração, os recursos disponíveis, a capacidade operacional do Município de Angra dos Reis e as boas práticas observadas em experiências correlatas, com o intuito de orientar a estruturação de futura contratação pública para fornecimento e instalação de equipamentos recreativos, esportivos e de acessibilidade em praças e áreas de uso coletivo.

1.3. Compromisso Institucional

Com isso, o Município de Angra dos Reis reafirma seu compromisso com a requalificação dos espaços urbanos de lazer, promovendo bem-estar, integração social e qualidade de vida para a população, por meio da adoção de soluções que estimulem a prática de atividades físicas, recreativas e inclusivas.



2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. Contextualização Administrativa e Territorial

A presente demanda insere-se no contexto das políticas públicas municipais voltadas à requalificação dos espaços urbanos de uso coletivo, à promoção da saúde preventiva, ao incentivo à prática de atividades físicas e ao fortalecimento do convívio comunitário no Município de Angra dos Reis. Trata-se de Município com características territoriais singulares, composto por áreas urbanas consolidadas, bairros periféricos, distritos e comunidades com diferentes níveis de infraestrutura urbana, o que demanda soluções padronizadas, porém adaptáveis, para o atendimento equitativo da população.

O uso intensivo de praças, áreas de lazer e logradouros públicos como espaços de convivência social impõe à Administração Pública o dever de prover infraestrutura adequada, segura, acessível e durável, de modo a assegurar que tais espaços cumpram efetivamente sua função social.

2.2. Diagnóstico da Situação Atual

O diagnóstico técnico preliminar, elaborado a partir de vistorias in loco, registros administrativos e manifestações das comunidades locais, evidencia a insuficiência, a obsolescência ou a inexistência de equipamentos urbanos adequados em diversas áreas públicas do Município. Em muitos casos, os equipamentos existentes apresentam desgaste avançado, ausência de padronização, incompatibilidade com normas de segurança e acessibilidade, além de baixa durabilidade frente às condições climáticas locais.

Verificou-se, ainda, que a ausência de equipamentos apropriados resulta em subutilização dos espaços públicos, ocupação desordenada, maior incidência de atos de vandalismo e perda da função social das áreas coletivas, gerando impactos negativos tanto do ponto de vista urbanístico quanto social.



2.3. Fundamentação da Necessidade

A necessidade da contratação fundamenta-se na obrigação constitucional e legal do Poder Público de promover políticas públicas que assegurem o direito ao lazer, à saúde, à acessibilidade universal e à cidade sustentável. A disponibilização de equipamentos urbanos adequados configura instrumento essencial para a materialização desses direitos.

Do ponto de vista administrativo, a inexistência de uma contratação estruturada e padronizada tem resultado em soluções pontuais e pouco eficientes, com elevado custo de manutenção corretiva e reduzido retorno social. A contratação ora proposta visa superar esse modelo fragmentado, adotando solução planejada, técnica e economicamente racional.

2.4. Interesse Público Envolvido

O interesse público envolvido na contratação abrange, entre outros aspectos:

- Promoção da saúde preventiva por meio do estímulo à prática de atividades físicas;
- Ampliação do acesso a espaços públicos de qualidade, de forma inclusiva;
- Valorização do espaço urbano e melhoria da paisagem urbana;
- Redução de desigualdades territoriais no acesso a equipamentos públicos;
- Fortalecimento do convívio comunitário;
- Racionalização do gasto público, com foco na durabilidade e no ciclo de vida dos bens.

2.5. Alinhamento com o Planejamento Governamental

A contratação encontra respaldo nas diretrizes do Plano Plurianual (PPA) do Município, especialmente nos programas voltados à qualificação urbana, promoção do lazer, incentivo à saúde e fortalecimento das políticas sociais, contribuindo para a concretização de objetivos estratégicos da Administração Municipal.



3. JUSTIFICATIVA

O presente Estudo Técnico Preliminar é elaborado nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, tendo por finalidade instruir a fase preparatória da contratação pública, oferecendo os elementos técnicos, justificativas e análises necessários à definição da solução mais adequada, eficiente e vantajosa para a Administração Pública.

A contratação em estudo visa atender à necessidade concreta de aprimorar a infraestrutura social e urbana dos espaços públicos do Município de Angra dos Reis, especialmente no que se refere à modernização, padronização e qualificação dos equipamentos voltados à atividade física, recreação e acessibilidade.

A realidade municipal evidencia limitações operacionais e orçamentárias para a implementação isolada de intervenções, o que reforça a necessidade de uma solução integrada e planejada, capaz de assegurar eficiência, padronização técnica e economicidade.

A justificativa também se sustenta no dever constitucional do Município de garantir o direito à cidade, ao lazer, à acessibilidade e à mobilidade segura, bem como nos princípios da eficiência administrativa e do interesse público.

Estão previstos 50 (cinquenta) unidades de cada item/equipamento, além de aproximadamente 5.000 (cinco mil) unidades de piso emborrachado e 5.000 (cinco mil) unidades de grama, a serem utilizados conforme a necessidade de adequação de cada espaço público contemplado.

Com base nesses quantitativos, estima-se o atendimento de aproximadamente 30 (trinta) espaços públicos, ressaltando-se que a distribuição dos itens não ocorrerá de forma uniforme. Tal premissa decorre das características específicas de cada local, incluindo dimensão da área, configuração física, intensidade de uso e nível de infraestrutura existente, fatores que influenciam diretamente na definição do quantitativo necessário para cada intervenção.



Nesse contexto, um mesmo espaço público poderá demandar a instalação de mais de um equipamento do mesmo tipo, especialmente em áreas de maior porte ou com maior fluxo de usuários, bem como quantitativos diferenciados de piso emborrachado e grama, de modo a assegurar a adequada funcionalidade, segurança e atendimento ao interesse público.

Destaca-se, por fim, que os quantitativos definidos possuem natureza estimativa, nos termos do planejamento da contratação, permitindo a adequada alocação dos recursos conforme as demandas efetivamente verificadas na fase de execução, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, bem como às diretrizes estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.

4. RESULTADOS PRETENDIDOS

Espera-se, como resultado principal, a melhoria das condições de uso e qualificação do espaço urbano em áreas de interesse social, por meio da implantação ou aprimoramento de equipamentos públicos que reforcem a função social do território e favoreçam a convivência comunitária.

Adicionalmente, a contratação deverá ampliar o caráter inclusivo e acessível dos espaços públicos, promovendo impactos positivos sobre o bem-estar social, a segurança e a qualidade ambiental urbana.

Do ponto de vista administrativo, a contratação contribuirá para a ampliação da capacidade operacional do Município, permitindo atendimento padronizado e eficiente às demandas de qualificação urbana, especialmente mediante eventual utilização do Sistema de Registro de Preços, assegurando flexibilidade administrativa e previsibilidade orçamentária.

Com a presente contratação, pretende-se promover a requalificação e ampliação da infraestrutura de aproximadamente 30 (trinta) espaços públicos, proporcionando ambientes mais adequados, seguros e funcionais para uso coletivo. Busca-se, ainda, garantir maior



padronização e qualidade dos equipamentos instalados, bem como a otimização na aplicação dos recursos públicos, por meio de atendimento escalonado conforme a demanda de cada local. Como resultado, espera-se a melhoria das condições de lazer, convivência e bem-estar da população, além do fortalecimento da utilização dos espaços públicos

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Requisitos Técnicos, Funcionais e de Segurança

Os equipamentos deverão atender às finalidades de uso contínuo e intensivo, contemplando diferentes faixas etárias, promovendo atividades físicas, recreativas e de convivência, com observância integral às normas técnicas de segurança e acessibilidade.

5.2. Acessibilidade

Os equipamentos e os espaços de instalação deverão garantir uso seguro e autônomo por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em conformidade com os princípios da acessibilidade universal.

5.3. Durabilidade e Desempenho

Os materiais deverão ser compatíveis com as condições ambientais locais, exigindo-se resistência à corrosão, à maresia, à umidade e à radiação solar, com garantias compatíveis com a vida útil esperada.

5.4. Padronização e Manutenção

Será exigida padronização técnica e estética dos equipamentos, de modo a facilitar a manutenção, reduzir custos operacionais e assegurar uniformidade visual nos espaços públicos.



5.5. Garantia Contratual

Não será exigida garantia contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto e a mitigação de riscos por meio de exigências técnicas e penalidades contratuais.

5.6. Subcontratação, Consórcios e Cooperativas

Será vedada a subcontratação, a participação em consórcio e a participação de cooperativas, conforme fundamentações legais e técnicas constantes deste ETP.

5.7. Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

Não será aplicado tratamento diferenciado às ME/EPP, nos termos do art. 49, III, da LC nº 123/2006, diante da inviabilidade técnica e econômica de fracionamento do objeto.

5.8. Laudos Técnicos e Amostras

Serão exigidos laudos técnicos emitidos por laboratórios acreditados pelo INMETRO, bem como a apresentação de amostras (protótipos), conforme especificações do Termo de Referência.

5.9. Gestão e Fiscalização Contratual

A execução contratual será acompanhada por fiscais e gestor designados, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, observando-se os procedimentos de controle, registro, avaliação de desempenho e responsabilização previstos na legislação vigente.

6 – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

A definição da quantidade inicial de bens a ser licitada observará o disposto no art. 82 da Lei n. 14.133/2021, que disciplina o Sistema de Registro de Preços (SRP) e prevê, em seu § 3º,



hipóteses excepcionais em que é admitido o registro de preços sem a indicação prévia do quantitativo total a ser contratado.

No presente caso, considerando tratar-se da primeira licitação do Município de Angra dos Reis para o objeto, o município enquadra-se na hipótese prevista no inc. I do § 3º do art. 82, que autoriza a adoção do SRP com indicação limitada a unidades de contratação, quando inexistente histórico de demandas ou de consumo anterior. A ausência de registros prévios de contratações similares no âmbito do Município de Angra dos Reis inviabiliza a estimativa precisa da demanda global, justificando o dimensionamento inicial por unidades, para fins de adequada formação de preços e preservação da economicidade.

Adicionalmente, verifica-se a incidência da hipótese prevista no inc. III do § 3º do mesmo dispositivo, uma vez que o fornecimento dos bens encontra-se integrado à prestação de serviços de instalação. Trata-se, portanto, de contratação de natureza composta, em que o fornecimento está diretamente vinculado à correta execução dos serviços necessários à plena funcionalidade do objeto.

Dessa forma, a estimativa inicial das quantidades será limitada às unidades representativas de fornecimento e instalação, sem obrigatoriedade de indicação do quantitativo total a ser contratado durante a vigência da ata de registro de preços, observados os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da eficiência administrativa. Essa metodologia confere maior flexibilidade ao Município de Angra dos Reis para atendimento de demandas futuras, sem prejuízo do controle orçamentário e da gestão dos gastos públicos.

A adoção desse procedimento encontra amparo na Lei n. 14.133/2021 e nas boas práticas de planejamento das contratações públicas, permitindo a coleta de dados de execução, consumo e desempenho contratual, que subsidiarão futuras licitações com maior grau de precisão. Assim, a quantidade inicial a ser licitada corresponderá às unidades necessárias à formação do preço de referência e à viabilização do registro de preços, assegurando transparência, economicidade e eficiência ao processo licitatório.



**LOTE 1 – EQUIPAMENTOS DE TREINAMENTO, MOBILIÁRIO E INFRAESTRUTURA
COMPLEMENTAR**

Item	Produto	Unidade	Quantidade	Fundamentação do Quantitativo
1	Artefato para treinamento 1 – puxada aberta, grande dorsal	un	50	Composição de conjuntos completos de treinamento em múltiplas praças, permitindo exercícios para musculatura dorsal
2	Artefato para treinamento 2 – supino reto, peitoral maior	un	50	Atendimento equilibrado dos principais grupos musculares superiores
3	Artefato para treinamento 3 – agachamento unilateral, coxa e glúteos	un	50	Promoção de fortalecimento de membros inferiores e equilíbrio funcional
4	Artefato para treinamento 4 – remada aberta e fechada, costas	un	50	Complementação dos exercícios de tração e postura
5	Artefato para treinamento 5 – pegada fechada, ombros e tríceps	un	50	Atendimento a exercícios de empurrão e estabilização de ombros



6	Artefato para treinamento 6 – deadlift, músculos inferiores	un	50	Fortalecimento global e funcional dos membros inferiores
7	Artefato para treinamento 7 – rosca bíceps, pegada inversa	un	50	Exercícios específicos para membros superiores, evitando sobrecarga
8	Artefato para treinamento 8 – puxada supinada e inversa, bíceps e tríceps	un	50	Ampliação da diversidade de exercícios de membros superiores
9	Artefato para treinamento 9 – supino unilateral, tríceps e peitoral	un	50	Atendimento individualizado e funcional dos usuários
10	Artefato de treinamento multifuncional	un	50	Equipamento central para otimização do espaço e diversificação de exercícios
11	Balança e aferidor de medidas smart digital	un	50	Monitoramento de indicadores de saúde e incentivo ao uso consciente
12	Hot spot Wi-Fi	un	50	Apoio à conectividade, inclusão digital e uso de aplicativos de saúde

13	Sombreador aéreo triangular	un	560	Proteção solar, conforto térmico e ampliação do tempo de permanência
14	Guarda-corpo com corrimão em inox	un	500	Segurança, acessibilidade e adequação às normas técnicas
15	Totem informativo em inox	un	140	Orientação de uso, educação do usuário e padronização visual
16	Totem letreiro em inox	un	50	Identificação dos espaços e fortalecimento da comunicação institucional
17	Grama sintética	m ²	5.000	Conforto, drenagem adequada e redução de manutenção
18	Piso emborrachado	m ²	21.000	Segurança contra impactos, acessibilidade e durabilidade

LOTE 2 – EQUIPAMENTOS PARA ÁREA PET

Item	Produto	Unidade	Quantidade	Fundamentação do Quantitativo
1	Pet place	un	70	Atendimento à crescente demanda por espaços públicos destinados a animais de estimação, promovendo convivência e bem-estar



7 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Após pesquisa ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), constatou-se que a solução adotada pela totalidade de órgãos e entidades públicas é a realização de procedimento licitatório voltado à formalização de Ata de Registro de Preços, como se verifica pela planilha abaixo:

Edital	ID PNCP	Modalidade	Órgão	Local	Objeto
0000035/2024	24772253000141-1-000071/2024	<i>Pregão - Eletrônico</i>	<i>Município de Tapurah</i>	<i>Tapurah/MT</i>	<i>Contratação de empresa para aquisição e instalação de equipamentos urbanos, artefatos recreativos e atividades saudáveis a fim de atender as demandas da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do município de Tapurah/MT.</i>
87/2024	24772253000141-1-000109/2024	<i>Pregão - Eletrônico</i>	<i>Município de Tapurah</i>	<i>Tapurah/MT</i>	<i>Contratação de empresa para aquisição e instalação de equipamentos urbanos, artefatos recreativos e atividades saudáveis a fim de atender as demandas da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do município de Tapurah/MT.</i>



Aviso de Contratação Direta n. 00412024/2024	22835076000170-1- 000086/2024	<i>Dispensa</i>	<i>Consórcio Intermunicipal de Infraestrutura dos Municípios da AMAJE (CII- AMAJE)</i>	<i>Diamantina/MG</i>	<i>Registro de preços para o futuro e eventual fornecimento e montagem de artefatos de atividades saudáveis, artefatos recreativos e artefatos de mobiliário urbano - Global, visando atender à demanda do Consórcio Integrado Multifinalitário do Vale do Jequitinhonha (CIM) e dos municípios consorciados.</i>
016/2024	29138351000145-1- 000034/2024	<i>Pregão - Eletrônico</i>	<i>Município de Magé</i>	<i>Magé/RJ</i>	<i>Contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de centros de convivência e artefatos recreativos e esportivos para atividades saudáveis — ambientes de desenvolvimento e integração.</i>
42/2024	03507498000171-1- 000185/2024	<i>Pregão - Eletrônico</i>	<i>Município de Aripuanã</i>	<i>Aripuanã/MT</i>	<i>Registro de preço para a futura e eventual contratação de empresa especializada para aquisição de equipamentos permanentes e artefatos recreativos para oferecer atividades saudáveis em atendimento às necessidades da APS – Valdir Klat (Jardim Planalto), com uma academia de saúde no bairro Jardim Planalto, em</i>



					<i>atendimento à Secretaria Municipal de Saúde de Aripuanã-MT</i>
00001724/2024	24990099000184-1-000017/2024	<i>Pregão - Eletrônico</i>	<i>Consórcio Regional de Saneamento Básico – CONSANE</i>	<i>Lavras/MG</i>	<i>Registro de preços, na forma de licitação compartilhada, para contratação de empresa para fornecimento e instalação de artefatos de atividades saudáveis e recreativos em locais públicos, para atender às necessidades dos seus municípios consorciados.</i>
001/2025	22835076000170-1-000001/2025	<i>Pregão - Eletrônico</i>	<i>Consórcio Intermunicipal de Infraestrutura dos Municípios da AMAJE (CII-AMAJE)</i>	<i>Diamantina/MG</i>	<i>Registro de preços para futuro e eventual fornecimento e montagem de artefatos de atividades saudáveis, artefatos recreativos e artefatos de mobiliário urbano, visando atender à demanda do Consórcio Integrado Multifinalitário do Vale do Jequitinhonha (CIM) e dos municípios consorciados.</i>



028/2025	21512443000131-1- 000030/2025	<i>Pregão - Eletrônico</i>	<i>Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Microrregião do Alto Sapucaí – CIMASP</i>	<i>Itajubá/MG</i>	<i>Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de artefatos de atividades saudáveis, recreativos e de mobiliários urbanos, com o objetivo de atender às necessidades dos municípios integrantes do CIMASP — Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Microrregião do Alto do Sapucaí, do tipo menor preço global, conforme especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência (Anexo I).</i>
-----------------	----------------------------------	--------------------------------	---	-------------------	--

(FONTE: Portal Nacional de Contratações Públicas.

Disponível em: <https://pncp.gov.br/app/editais?q=artefatos%20recreativos&pagina=2&status=todos>)

Embora os procedimentos identificados no PNCP confirmem a adequação da utilização do Sistema de Registro de Preços para contratações dessa natureza, as especificações técnicas dos equipamentos a serem adquiridos divergem das soluções padronizadas em razão das particularidades estruturais e funcionais. A escolha por equipamentos com tais especificações técnicas distintas não configura afastamento do padrão de mercado, mas aperfeiçoamento da solução adotada, de modo a atender integralmente aos critérios de eficiência, durabilidade e sustentabilidade, conforme preceituam os arts. 11 e 37 da Lei n. 14.133/2021, que orientam a Administração a buscar o melhor resultado para o interesse público, com base em critérios de qualidade, inovação e economicidade.



7.1. Da solução provável

Com base nas análises técnicas, nas características do objeto e nas práticas de mercado identificadas, a solução mais adequada para o atendimento da necessidade institucional do Município de Angra dos Reis consiste na realização de procedimento licitatório na modalidade pregão, com critério de julgamento de menor preço global (art. 32, § 1º, inc. II, da Lei n. 13.303/2016) e regime de execução por empreitada por preço unitário (art. 42, da Lei n. 13.303/2016).

A Lei n. 14.133/2021, em seu art. 28, inc. II, estabelece o pregão como modalidade obrigatória para a aquisição de bens e serviços comuns, inclusive os de engenharia, definindo, no art. 6º, inc. LV, que tais objetos são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser descritos de forma objetiva, por meio de especificações usuais no mercado. Essa é precisamente a natureza dos bens e serviços abrangidos pela presente contratação, equipamentos urbanos de uso coletivo e respectivas atividades de instalação, que possuem características técnicas padronizáveis, com ampla oferta no mercado e critérios objetivos de comparação entre propostas.

A adoção do pregão revela-se, portanto, a forma mais vantajosa, não apenas por assegurar maior amplitude de competitividade, mas também por reduzir custos operacionais, simplificar etapas processuais e conferir maior transparência à disputa, atendendo aos princípios da publicidade, da eficiência e da economicidade, previstos nos arts. 5º e 11 da Lei n. 14.133/2021 c/c art. 32, § 1º, inc. II, da Lei n. 13.303/2016.

A escolha do critério de julgamento de menor preço global fundamenta-se no art. 33, inc. I, da Lei n. 14.133/2021 c/c art. 32, § 1º, inc. II, da Lei n. 13.303/2016 e decorre do fato de que o objeto licitado é tecnicamente indivisível e composto por parcelas complementares, cujo desempenho depende da execução integrada do conjunto. O julgamento pelo menor preço global impede a fragmentação do objeto e evita divergências de padrão, cronograma ou qualidade entre itens, garantindo uniformidade técnica, compatibilidade entre componentes e melhor resultado econômico para a Administração.



Quanto ao regime de execução contratual, adotar-se-á o modelo de empreitada por preço unitário, nos termos do art. 46, inc. II, da Lei n. 14.133/2021 c/c art. 42 da Lei n. 13.303/2016. Tal regime se mostra o mais apropriado em hipóteses em que as quantidades exatas de bens e serviços a serem fornecidos e instalados podem variar ao longo da execução contratual. No caso concreto, a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) demanda flexibilidade para aquisições graduais, conforme a necessidade dos empreendimentos e programas habitacionais sob responsabilidade do Município de Angra dos Reis. O pagamento por unidades efetivamente executadas assegura a adequada correspondência entre despesa e entrega, preservando a transparência e a eficiência da execução orçamentária.

A pesquisa realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) confirma que a solução proposta pelo Município de Angra dos Reis está alinhada às práticas consolidadas na Administração Pública. Conforme a planilha apresentada, a totalidade dos órgãos e entidades pesquisados, incluindo municípios e consórcios intermunicipais como Tapurah/MT, Magé/RJ, Aripuanã/MT, Lavras/MG e Itajubá/MG, adotou a modalidade pregão eletrônico, em regra com formalização de Ata de Registro de Preços (ARP).

Observa-se que todos os processos analisados seguiram critérios de julgamento de menor preço global, privilegiando a avaliação conjunta do fornecimento e da instalação dos equipamentos. Essa abordagem demonstra que o mercado público considera a natureza comum e integrada dos bens e serviços como fator determinante para a escolha desse modelo, evitando a subdivisão do objeto em lotes ou itens isolados. Além disso, diversos certames consultados indicam a adoção do regime de empreitada por preço unitário, especialmente em contextos de contratações compartilhadas entre municípios consorciados, o que reforça a adequação dessa forma de execução para objetos de fornecimento e instalação com quantidades variáveis.

Não obstante a convergência metodológica, destaca-se que as especificações técnicas definidas pelo Município de Angra dos Reis diferem parcialmente das soluções de mercado encontradas, uma vez que os equipamentos a serem contratados deverão atender a padrões



superiores de desempenho, durabilidade e segurança, em consonância com as diretrizes dos projetos habitacionais e urbanísticos da Companhia. Essa diferenciação, contudo, não altera a natureza comum do objeto, tampouco inviabiliza a utilização do pregão, uma vez que os parâmetros de qualidade permanecem objetivamente definíveis e verificáveis, conforme as normas da ABNT e as referências técnicas setoriais.

A análise comparativa com os dados do PNCP evidencia que a modalidade pregão eletrônico, com julgamento pelo menor preço global e regime de empreitada por preço unitário, constitui a solução predominante e mais vantajosa para contratações similares em todo o território nacional, sendo a melhor prática administrativa para garantir ampla competitividade, economicidade e eficiência no atendimento das demandas públicas. A adoção dessa modelagem pelo Município de Angra dos Reis encontra respaldo técnico, jurídico e mercadológico, representando a alternativa mais adequada ao interesse público e às finalidades institucionais do Município de Angra dos Reis.

8- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução concebida pelo Município de Angra dos Reis visa atender à necessidade de implantação de equipamentos urbanos de uso coletivo, destinados à criação e à qualificação de espaços públicos voltados ao lazer, à convivência comunitária e à promoção da saúde. O conjunto de bens a ser adquirido abrange artefatos metálicos e estruturais, projetados para instalação em áreas livres, com uso intensivo e exposição contínua às intempéries, exigindo, portanto, alto desempenho técnico, durabilidade e conformidade às normas de segurança e acessibilidade.

A contratação compreenderá o fornecimento, transporte, instalação e entrega final dos equipamentos totalmente montados e em condições de uso, bem como o fornecimento de manuais técnicos, instruções de manutenção e orientações de segurança. O fornecedor será responsável por todas as etapas operacionais necessárias à entrega funcional do objeto, desde a fabricação até a instalação, incluindo o preparo das bases, a fixação, a verificação



do prumo, o nivelamento e o acabamento das estruturas.

O procedimento será conduzido sob a modalidade pregão, nos termos do art. 28, inc. II, da Lei n. 14.133/2021, pelo critério de julgamento de menor preço global e sob o regime de execução por empreitada por preço unitário, conforme o art. 46, inc. II, do mesmo diploma c/c arts. 32, §1º, inc. II e 42 da Lei 13.303/2016. Essa modelagem permite medições precisas e pagamentos proporcionais às unidades efetivamente executadas, assegurando a correspondência entre a entrega do objeto e a despesa pública. A contratação resultará na formalização de Ata de Registro de Preços (ARP), instrumento que conferirá flexibilidade à Administração para realizar contratações futuras e graduais, em função das demandas identificadas nos empreendimentos habitacionais e nas áreas urbanas sob gestão do Município de Angra dos Reis.

Os bens e serviços envolvidos são de natureza comum, conforme o conceito legal definido no art. 6º, inc. LV, da Lei n. 14.133/2021, uma vez que suas especificações, padrões de qualidade e desempenho podem ser definidos objetivamente, com base em normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e referências de mercado consolidadas. As especificações contemplam requisitos mínimos de resistência estrutural, acabamento, ergonomia, acessibilidade, segurança e sustentabilidade, de modo a garantir uniformidade técnica e comparabilidade entre as propostas.

A execução da contratação abrangerá todas as etapas do ciclo de vida do objeto, nos termos do art. 22, § 1º, inc. II, da Lei n. 13.303/2016, permitindo à Administração acompanhar e avaliar os custos, o desempenho e a sustentabilidade do bem em cada fase. O ciclo de vida completo compreende:

1) Planejamento e projeto técnico: inclui a definição do escopo, a padronização dos equipamentos e a compatibilização com os projetos urbanísticos e habitacionais em curso. Nessa etapa são observadas as condições do terreno, as características ambientais e as demandas sociais de cada localidade. O planejamento considera a eficiência no uso dos materiais, a acessibilidade universal e a estética integrada ao entorno.



2) Fabricação e fornecimento: os equipamentos deverão ser produzidos a partir de materiais de alta durabilidade, com proteção anticorrosiva e acabamento resistente à radiação ultravioleta e à ação de agentes climáticos, de modo a garantir **vida útil mínima estimada entre 8 e 12 anos**. Os componentes estruturais deverão possuir certificação de origem, qualidade e conformidade técnica, assegurando rastreabilidade e padronização.

3) Transporte e logística: o fornecedor deverá adotar soluções de transporte adequadas ao porte dos equipamentos, observando a integridade dos componentes e o manuseio seguro até o local de instalação. Todos os custos de logística, descarga e movimentação de materiais estarão incluídos no valor global contratado.

4) Instalação e comissionamento: a instalação deverá seguir os procedimentos técnicos indicados em projeto, assegurando estabilidade, nivelamento e segurança. O processo compreenderá a execução de fundações, bases de concreto, fixação metálica e selagem, conforme cada tipo de equipamento. Após a montagem, o fornecedor deverá realizar **testes funcionais**, acompanhado de termo de garantia e registro fotográfico.

5) Uso e operação: os equipamentos serão destinados ao uso contínuo da população em espaços públicos, configurando bens de uso comum, de acesso livre e permanente. Sua concepção prioriza ergonomia, acessibilidade e segurança, de modo a permitir a utilização por diferentes faixas etárias, inclusive por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. O uso intensivo e a exposição ambiental foram considerados na seleção dos materiais, com vistas a reduzir a necessidade de substituições e manutenções corretivas.

6) Manutenção e conservação: o fornecedor deverá fornecer manual de manutenção preventiva, contendo orientações para inspeções periódicas, limpeza, reapertos, lubrificação e substituição de componentes de desgaste, como buchas, pinos, parafusos e revestimentos. A manutenção preventiva deverá ser executada em intervalos regulares definidos pelo fabricante, prolongando a durabilidade do equipamento e assegurando a segurança dos usuários.

7) Descarte, substituição e sustentabilidade: a solução contempla a observância de



princípios de sustentabilidade ambiental durante toda a vida útil do objeto. Ao final do ciclo de uso, os equipamentos deverão permitir descarte ambientalmente adequado, preferencialmente com reaproveitamento de componentes metálicos e reciclagem de materiais plásticos ou compostos. O fornecedor deverá seguir as diretrizes de gestão de resíduos sólidos estabelecidas na Lei n. 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), assegurando a destinação correta de materiais provenientes da produção, instalação e eventual substituição.

O ciclo de vida do objeto foi estruturado de modo a garantir o menor custo global de propriedade, abrangendo não apenas o valor de aquisição e instalação, mas também os custos de operação, manutenção e descarte. A escolha por materiais de alta resistência e processos de instalação padronizados visa reduzir intervenções corretivas e ampliar o intervalo de substituição de componentes, assegurando maior eficiência operacional e longevidade do investimento público.

O Município de Angra dos Reis atuará como gestora da execução contratual, realizando o acompanhamento técnico, a fiscalização e a verificação da conformidade em todas as etapas, inclusive após a entrega, para garantir que o desempenho e a durabilidade observem os padrões definidos. Essa abordagem integrada permite que o órgão monitore o desempenho ao longo do ciclo de vida do bem, alimentando futuras decisões de aquisição e manutenção com base em dados empíricos.

Dessa forma, a solução proposta contempla o ciclo completo de planejamento, aquisição, execução, uso, manutenção e descarte, em alinhamento às diretrizes de sustentabilidade e economicidade previstas nos arts. 11 e 18 da Lei n. 14.133/2021. Trata-se de um modelo de contratação que assegura qualidade técnica, eficiência administrativa e maximização do retorno social do investimento público, promovendo a requalificação dos espaços urbanos e o fortalecimento das políticas de habitação e inclusão social conduzidas pelo Município de Angra dos Reis.



9- JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO QUANDO NECESSÁRIO PARA INDIVIDUALIZAÇÃO DO OBJETO

Considerando as características do objeto a ser contratado, consistente no fornecimento e instalação de equipamentos de lazer e recreação em espaços públicos, não será realizado o parcelamento da contratação. A decisão fundamenta-se na necessidade de padronização estética, funcional e técnica dos equipamentos, assegurando uniformidade visual, coerência com o mobiliário urbano existente e conformidade com os parâmetros definidos pela Administração.

A adesão à ata de registro de preços possibilita a obtenção de ganhos de escala, racionalização logística, redução de custos indiretos e sincronia nas etapas de fabricação, transporte e instalação dos equipamentos. Esses fatores são essenciais para assegurar a compatibilidade entre os módulos fornecidos, a padronização dos materiais e elementos construtivos, bem como a efetividade na execução contratual. A adoção de uma solução única, conforme prevista na ata, evita riscos de despadronização estética, divergências técnicas entre os itens e dificuldades de fiscalização e controle, que poderiam ocorrer caso houvesse aquisição fragmentada por diferentes fornecedores ou processos.

A centralização da responsabilidade em um único contratado contribui para a rastreabilidade de todo o processo de produção, para a responsabilização integral pela qualidade técnica e para o pronto atendimento a eventuais não conformidades, aspectos que seriam sensivelmente comprometidos em caso de contratação pulverizada.

Ademais, verifica-se que o mercado fornecedor apresenta ampla competitividade e capacidade técnica para atender integralmente ao objeto, não se justificando o fracionamento da contratação. A medida está em consonância com os princípios da economicidade, da eficiência, da padronização e da vantajosidade previstos na Lei n. 14.133/2021, assegurando a adequada satisfação do interesse público e o êxito na execução contratual.



10 - PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO PARA EXECUÇÃO CONTRATUAL, SE FOR O CASO

Para a execução contratual decorrente da adesão à ata de registro de preços, não se fazem necessárias adequações significativas nos ambientes físicos, tendo em vista que a instalação dos equipamentos será realizada em praças e logradouros públicos previamente definidos, sem demanda por intervenções estruturais de grande porte.

No entanto, serão necessárias algumas ações preparatórias mínimas, sob responsabilidade da Administração municipal, a fim de garantir condições adequadas para a instalação dos equipamentos contratados, tais como:

- a)** Demarcação prévia dos pontos de instalação dos equipamentos, assegurando que estejam livres de interferências físicas ou subterrâneas, como redes de energia elétrica, água, esgoto, gás ou telecomunicações;
- b)** Avaliação básica das condições de solo e nivelamento nos locais designados, garantindo estabilidade e segurança para a fixação das estruturas;
- c)** Garantia de acesso apropriado para os veículos e equipes responsáveis pela entrega e instalação, de modo a assegurar fluidez logística e cumprimento dos prazos estabelecidos;
- d)** Designação de servidor ou agente municipal para acompanhamento local das etapas de instalação, verificação das especificações técnicas e realização do aceite do objeto contratado.

Essas providências, de caráter preparatório e pontual, garantem a compatibilidade do ambiente urbano com a execução contratual, dispensando a realização de obras civis relevantes e assegurando a viabilidade técnica e operacional da implantação dos equipamentos recreativos, esportivos e de acessibilidade previstos no escopo da contratação.



11- ANÁLISE DE RISCOS

<i>Identificação do Risco</i>	<i>Impacto</i>	<i>Probabilidade</i>	<i>Medidas Mitigadoras</i>
Fornecimento dos equipamentos em desconformidade com as especificações técnicas	Alto	Baixa	Exigência de laudos técnicos emitidos por laboratórios acreditados, apresentação de amostras ou protótipos para homologação prévia e fiscalização técnica rigorosa durante o recebimento.
Atrasos na entrega ou na instalação	Médio	Moderada	Estabelecimento de cronograma detalhado, previsão de penalidades contratuais por descumprimento de prazos e acompanhamento periódico da execução contratual pela fiscalização designada.
Danos a terceiros ou ao patrimônio público durante a instalação	Alto	Baixa	Exigência de apresentação de seguro de responsabilidade civil, registro de ART para a atividade técnica envolvida e implementação de plano de segurança da instalação.
Irregularidade fiscal, trabalhista ou ambiental da contratada durante a vigência contratual	Alto	Baixa	Monitoramento contínuo da regularidade por meio de certidões atualizadas, inserção de cláusulas contratuais de rescisão e aplicação de sanções previstas na Lei n. 14.133/2021.



Incompatibilidade dos locais indicados com as condições técnicas necessárias para a instalação	Médio	Moderada	Realização de vistoria prévia dos pontos de instalação, com verificação de acessibilidade, nivelamento e interferências, além de suporte técnico da equipe municipal para ajustes localizados.
---	-------	----------	--

12- CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

As contratações correlatas e interdependentes à presente demanda poderão abranger aquelas voltadas à revitalização, requalificação ou adequação dos ambientes públicos onde serão instalados os equipamentos objeto desta contratação. Tais intervenções podem incluir, entre outras, serviços de recuperação urbanística, adequação de pavimentação, melhoria da acessibilidade, implantação ou ajuste de infraestrutura de apoio, paisagismo, iluminação pública e demais obras necessárias à adequada preparação dos espaços.

Essas contratações apresentam relação direta de complementaridade funcional com o objeto em análise, na medida em que a plena efetividade, segurança e durabilidade dos equipamentos dependem da existência de ambientes urbanos devidamente estruturados e compatíveis com sua instalação e uso. Assim, embora possam ser formalizadas por instrumentos contratuais distintos, as contratações de revitalização dos espaços públicos configuram-se como interdependentes, devendo ser consideradas no planejamento integrado das ações da Administração, de modo a assegurar coerência técnica, eficiência administrativa e maximização do interesse público.

13- IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação em análise apresenta impactos ambientais predominantemente de **baixa magnitude**, restritos e controláveis, uma vez que se refere ao fornecimento e instalação de



equipamentos em áreas públicas já consolidadas e previamente antropizadas, como praças, áreas de lazer e logradouros urbanos existentes. Não se trata de intervenção em áreas de preservação ambiental ou de supressão significativa de vegetação nativa.

Eventuais impactos ambientais poderão ocorrer de forma **pontual e temporária** durante as etapas de transporte, instalação e fixação dos equipamentos, tais como geração de resíduos sólidos inertes, emissão de ruídos e uso localizado de recursos naturais. Tais impactos são considerados reversíveis e mitigáveis mediante a adoção de boas práticas de execução, manejo adequado de resíduos e observância da legislação ambiental vigente.

Do ponto de vista positivo, a contratação tende a produzir **impactos ambientais indiretos favoráveis**, ao incentivar a ocupação ordenada dos espaços públicos, a valorização de áreas urbanas degradadas e a redução de processos de abandono e degradação ambiental. A qualificação dos ambientes urbanos contribui para a melhoria da paisagem, o fortalecimento do uso coletivo e a promoção de hábitos saudáveis, em consonância com os princípios do desenvolvimento urbano sustentável.

Ressalta-se, ainda, que os requisitos técnicos estabelecidos para os equipamentos especialmente aqueles relacionados à durabilidade, resistência à corrosão e vida útil dos materiais contribuem para a **redução da necessidade de substituições frequentes**, minimizando o consumo de recursos e a geração de resíduos ao longo do ciclo de vida do objeto.

Dessa forma, conclui-se que a contratação é ambientalmente viável, compatível com o uso sustentável do espaço urbano e alinhada às diretrizes de responsabilidade ambiental e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

14 – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Diante das análises técnicas, administrativas, jurídicas, econômicas, ambientais e mercadológicas apresentadas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a



contratação pretendida é viável, razoável, necessária e plenamente justificável, mostrando-se adequada para o atendimento do interesse público e das finalidades institucionais do Município de Angra dos Reis.

Restou demonstrado que a demanda decorre de necessidade concreta e atual da Administração Pública, alinhada às políticas públicas de requalificação urbana, promoção do lazer, incentivo à saúde preventiva, acessibilidade universal e fortalecimento do convívio comunitário. A solução proposta apresenta coerência com o planejamento governamental, compatibilidade com as condições operacionais do Município e aderência às boas práticas observadas no mercado público, conforme levantamento realizado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

A modelagem da contratação, com adoção do Sistema de Registro de Preços, modalidade pregão eletrônico, critério de julgamento de menor preço global e regime de execução por empreitada por preço unitário, revela-se tecnicamente adequada, juridicamente segura e economicamente vantajosa, assegurando flexibilidade administrativa, eficiência na gestão dos recursos públicos e ampla competitividade entre os licitantes, em conformidade com os princípios e dispositivos da Lei nº 14.133/2021.

Verificou-se, ainda, que os impactos ambientais associados à contratação são de baixa magnitude, mitigáveis e compatíveis com a natureza do objeto, sendo superados pelos benefícios sociais, urbanísticos e ambientais indiretos decorrentes da qualificação dos espaços públicos e da promoção do uso ordenado do território urbano.

Dessa forma, posiciona-se favoravelmente à continuidade do processo de contratação, entendendo-se que a solução delineada neste Estudo Técnico Preliminar atende aos critérios de **legalidade, eficiência, economicidade, razoabilidade, sustentabilidade e interesse público**, estando apta a subsidiar a elaboração do Termo de Referência e a deflagração do correspondente procedimento licitatório.

GUSTAVO DA SILVA
MARINHO:1547115
9713

Assinado de forma digital
por GUSTAVO DA SILVA
MARINHO:15471159713
Dados: 2026.04.10 11:16:56
-03'00'

Gustavo da Silva Marinho
SOH.CTOBR
Mat. 32752



ANEXO 1

DESCRIPTIVO DOS EQUIPAMENTOS/MÓDULOS DE ACADEMIA

LOTE 1	
ITEM	DESCRIPTIVO
1	ARTEFATO P/ TREINAMENTO 1 - PUXADA ABERTA , GRANDE DORSAL - DIMENSÕES: LARGURA X ALTURA X COMPRIMENTO: 1550X1920X2775MM; ESTRUTURA CENTRAL: TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 150X50MM ESP: 2,0MM CALANDRADO COM CURVATURAS DE 180° COM RAIO DE 150MM E 90° COM RAIO DE 150MM; TRAVESSA DE LIGAÇÃO ESTRUTURA CENTRAL: TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 150X50MM ESP: 2,0MM; SAPATA DE FIXAÇÃO ESTRUTURA CENTRAL: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 6,35MM; SAPATA DE FIXAÇÃO ESTRUTUA DE PROTEÇÃO: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 6,35MM; DOIS MÓDULOS DE CARGA ACOPLADOS INDEPENDENTE QUE DESLIZAM SOBRE TRILHO DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 MEDINDO 150X50MM ESP: 2,00MM COM CURVAS DE 90°, E FAZENDO UMA CARGA MÍNIMA DE 18KG E NO MÁXIMO 66KG, COM ADESIVO EM VINIL, IMPRESSOS EM ALTA RESOLUÇÃO, COM PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UV COM INDICAÇÃO DO PESO EM KG; BATENTES: PRODUZIDOS EM BORRACHA SINTÉTICA MACIÇA, PARA AMORTECIMENTO DE PESO; REGULADOR DE ALTURA/SUPORTE ASSENTO: CHAPA DE AÇO INOX 304 ESP: 4,75MM; ASSENTO/ENCOSTO: ASSENTENTOS E ENCOSTO PRODUZIDOS EM PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) DE ESP: 20MM COM PIGMENTAÇÃO PROTETIVA CONTRA DESBOTAMENTO; TELAS PROTETIVAS LATERAIS: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 1,5MM, FUROS RECORTADOS EM CNC COM PADRÃO QUADRICULADO; TELA



	<p>PERFURADA PROTETIVA DE FECHAMENTO COM FURO CENTRAL: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 2,0MM, FUROS RECORTADOS EM CNC COM PADRÃO QUADRICULADO; CARENAGEM DE PROTEÇÃO LATERAL: TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 77X40MM ESP: 2,0MM CALANDRADO COM CURVATURAS DE 170° E RAIO DE 150MM, 100° COM RAIO DE 150MM, 180° COM RAIO DE 150MM, 90° COM RAIO DE 150MM; TUBOS DE FECHAMENTO POSTERIOR: TUBO AÇO INOX 304 1 ½” ESP: 2,0MM; PAINEL DE ACABAMENTO POSTERIOR/ESPAÇO INFORMATIVO 1: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 1,5MM; ACABAMENTOS LATERAIS/ESPAÇOS INFORMATIVOS 2: CHAPA DE AÇO INOX 304 ESP: 1,5MM; HASTE DE MOVIMENTAÇÃO DA CARGA: TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 150X50MM ESP: 2,0MM FIXADO AO TRILHO DE MOVIMENTAÇÃO POR MEIO DE PARAFUSOS TIPO ALLEN CABEÇA ABAULADA M10 EM AÇO INOX; TRAVESSAS HASTE DE MOVIMENTAÇÃO: TUBO AÇO INOX 304 1 ½” ESP: 2,0MM; PROCESSO DE SOLDAGEM: SOLDA MIG-MAG; REVESTIMENTOS: AÇO INOX, PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ C/ POLIÉSTER, E PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ C/ POLIÉSTER E PROCESSO DE FUSÃO TÉRMICA DE IMAGENS C/ CARACTERÍSTICAS DE MADEIRA E MÁRMORE CARRARA; MÚSCULOS ESTIMULADOS: TRAPÉZIOS, DELTOIDES, BÍCEPS, GRANDE DORSAL; EXERCÍCIOS PROPOSTOS: EXTENSÃO DE COTOVELO / PUXADA ALTA / ALONGAMENTO / DESENVOLVIMENTO BÍCEPS, TRAPÉZIO E COSTAS. FAIXA ETÁRIA: A PARTIR DE 16 ANOS;</p>
2	<p>ARTEFATO P/ TREINAMENTO 2 - SUPINO RETO, PEITORAL MAIOR - DIMENSÕES: LARGURA X ALTURA X COMPRIMENTO: 1100X1860X3660MM; ESTRUTURA CENTRAL: TUBO OBLONGO AÇO 150X50MM ESP: 2,0MM CALANDRADO COM CURVATURAS DE 90° COM RAIO DE 150MM; TRAVESSA DE LIGAÇÃO ESTRUTURA CENTRAL: TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 150X50MM ESP: 2,0MM; TUBO DE TRAVAMENTO DAS HASTES DE MOVIMENTAÇÃO: TUBO AÇO INOX 304</p>



2" ESP: 2,0MM; SAPATA DE FIXAÇÃO ESTRUTURA CENTRAL: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 6,35MM; SAPATA DE FIXAÇÃO ESTRUTUA DE PROTEÇÃO: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 6,35MM; DOIS MÓDULOS DE CARGA ACOPLADOS INDEPENDENTE QUE DESLIZAM SOBRE TRILHO DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 MEDINDO 150X50MM ESP: 2,00MM COM CURVAS DE 90°, E FAZENDO UMA CARGA MÍNIMA DE 20KG E NO MÁXIMO, 52KG, COM ADESIVO EM VINIL, IMPRESSOS EM ALTA RESOLUÇÃO, COM PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UV COM INDICAÇÃO DO PESO EM KG; BATENTES: PRODUZIDOS EM BORRACHA SINTÉTICA MACIÇA, PARA AMORTECIMENTO DE PESO; ASSENTO: ASSENTENTO PRODUZIDO EM PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) 20MM COM PIGMENTAÇÃO PROTETIVA CONTRA DESBOTAMENTO; TELAS PROTETIVAS LATERAIS: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 1,5MM, FUROS RECORTADOS EM CNC COM PADRÃO QUADRICULADO; TELA PERFURADA PROTETIVA DE FECHAMENTO COM FURO CENTRAL: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 2MM, FUROS RECORTADOS EM CNC COM PADRÃO QUADRICULADO; CARENAGEM DE PROTEÇÃO LATERAL: TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 77X40MM ESP: 2,0MM CALANDRADO COM CURVATURAS DE 170° E RAIOS DE 150MM, 100° COM RAIOS DE 150MM, 180° COM RAIOS DE 150MM, 80° COM RAIOS DE 150MM; TUBOS DE FECHAMENTO POSTERIOR: TUBO AÇO INOX 304 1 ½" ESP: 2,0MM; PAINEL DE ACABAMENTO POSTERIOR/ESPAÇO INFORMATIVO 1: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 1,5MM; ACABAMENTOS LATERAIS/ESPAÇOS INFORMATIVOS 2: CHAPA DE AÇO INOX 304 ESP: 1,5MM; TUBOS DE FECHAMENTO POSTERIOR: TUBO AÇO INOX 304 1 ½" ESP: 2,0MM; PAINEL DE ACABAMENTO POSTERIOR/ESPAÇO INFORMATIVO 1: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 1,5MM; ACABAMENTOS LATERAIS/ESPAÇOS INFORMATIVOS 2: CHAPA DE AÇO INOX 304 ESP: 1,5MM; HASTE DE MOVIMENTAÇÃO DA CARGA: TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 150X50MM ESP: 2,0MM FIXADO AO TRILHO DE MOVIMENTAÇÃO POR MEIO DE



	<p>PARAFUSOS TIPO ALLEN CABEÇA ABAULADA M10 EM AÇO INOX; PEGA DA HASTE DE MOVIMENTAÇÃO: TUBO AÇO INOX 304 1 ¼" ESP: 2,0MM; PROCESSO DE SOLDAGEM: SOLDA MIG-MAG; REVESTIMENTOS: AÇO INOX, PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ C/ POLIÉSTER, E PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ C/ POLIÉSTER E PROCESSO DE FUSÃO TÉRMICA DE IMAGENS C/ CARACTERÍSTICAS DE MADEIRA E MÁRMORE CARRARA; MÚSCULOS ESTIMULADOS: DELTOIDES, PEITORAL MAIOR, TRÍCEPS; EXERCÍCIOS PROPOSTOS: EXTENSÃO DE COTOVELOS /ALONGAMENTO / DESENVOLVIMENTO PEITORAL. FAIXA ETÁRIA: A PARTIR DE 16 ANOS;</p>
3	<p>ARTEFATO P/ TREINAMENTO 3 - AGACHAMENTO UNILATERAL, COXA E GLÚTEOS - DIMENSÕES: LARGURA X ALTURA X COMPRIMENTO: 1500X1860X2970MM; ESTRUTURA CENTRAL: TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 150X50MM ESP: 2,0MM, TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 CALANDRADO 150X50MM ESP: 2,0MM CALANDRADO COM CURVATURAS 90° COM RAIO DE 150MM; TRAVESSA DE LIGAÇÃO ESTRUTURA CENTRAL: TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 150X50MM ESP: 2,0MM; TRAVESSA UNIÃO ESTRUTURA CENTRAL: TUBO AÇO INOX 304 1 ½" ESP: 2,0MM; SAPATA DE FIXAÇÃO ESTRUTURA CENTRAL: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 6,35MM; SAPATA DE FIXAÇÃO ESTRUTUA DE PROTEÇÃO: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 6,35MM; HASTE DE MOVIMENTAÇÃO DA CARGA: TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 150X50MM ESP: 2,0MM FIXADO AO TRILHO DE MOVIMENTAÇÃO POR MEIO DE PARAFUSOS TIPO ALLEN CABEÇA ABAULADA M10 EM AÇO INOX; PEGA DA HASTE DE MOVIMENTAÇÃO: TUBO AÇO INOX 304 1 ¼" ESP: 2,0MM; HASTE REGULADORA DE ALTURA: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 6,35MM; DOIS MÓDULOS DE CARGA ACOPLADOS INDEPENDENTE QUE DESLIZAM SOBRE TRILHO DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 MEDINDO 150X50MM ESP: 2,00MM COM</p>



CURVAS DE 90°, E FAZENDO UMA CARGA MÍNIMA DE 20KG E NO MÁXIMO 52KG, COM ADESIVO EM VINIL, IMPRESSOS EM ALTA RESOLUÇÃO, COM PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UV COM INDICAÇÃO DO PESO EM KG; BATENTES: PRODUZIDOS EM BORRACHA SINTÉTICA MACIÇA, PARA AMORTECIMENTO DE PESO; TELAS PROTETIVAS LATERAIS: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 1,5MM, FUROS RECORTADOS EM CNC COM PADRÃO QUADRICULADO; CARENAGEM DE PROTEÇÃO LATERAL: TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 77X40MM ESP: 2,0MM CALANDRADO COM CURVATURAS DE 110° E RAIO DE 150MM, 180° COM RAIO DE 150MM, 70° COM RAIO DE 150MM; TUBOS DE FECHAMENTO POSTERIOR: TUBO AÇO INOX 304 1 ½" ESP: 2,0MM; PAINEL DE ACABAMENTO POSTERIOR/ESPAÇO INFORMATIVO 1: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 1,5MM; ACABAMENTOS LATERAIS/ESPAÇOS INFORMATIVOS 2: CHAPA DE AÇO INOX 304 ESP: 1,5MM; TELA PERFURADA PROTETIVA DE FECHAMENTO COM FURO CENTRAL: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 2,0MM, FUROS RECORTADOS EM CNC COM PADRÃO QUADRICULADO; PROCESSO DE SOLDAGEM: SOLDA MIG-MAG; REVESTIMENTOS: AÇO INOX, PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ C/ POLIÉSTER, E PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ C/ POLIÉSTER E PROCESSO DE FUSÃO TÉRMICA DE IMAGENS C/ CARACTERÍSTICAS DE MADEIRA E MÁRMORE CARRARA; MÚSCULOS ESTIMULADOS: VASTO LATERAL, VASTO INTERMÉDIO, GLÚTEOS; EXERCÍCIOS PROPOSTOS: AGACHAMENTO / A alongamento / desenvolvimento. FAIXA ETÁRIA: A PARTIR DE 16 ANOS;



4

ARTEFATO P/ TREINAMENTO 4 – REMADA ABERTA E FECHADA, COSTAS - DIMENSÕES: LARGURA X ALTURA X COMPRIMENTO: 900X1860X2620MM; ESTRUTURA CENTRAL: TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 150X50MM ESP: 2,0MM CALANDRADO COM CURVATURAS DE 90° COM RAIO DE 150MM; TRAVESSA DE LIGAÇÃO ESTRUTURA CENTRAL: TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 150X50MM ESP: 2,0MM; HASTE DE MOVIMENTAÇÃO DA CARGA: TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 150X50MM ESP: 2,0MM FIXADO AO TRILHO DE MOVIMENTAÇÃO POR MEIO DE PARAFUSOS TIPO ALLEN CABEÇA ABAULADA M10 EM AÇO INOX; SAPATA DE FIXAÇÃO ESTRUTURA CENTRAL: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 6,35MM; SAPATA DE FIXAÇÃO ESTRUTURA DE PROTEÇÃO: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 6,35MM; UM MÓDULO DE CARGA ACOPLADO INDEPENDENTE QUE DESLIZA SOBRE TRILHO DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 MEDINDO 150X50MM ESP: 2,00MM COM CURVAS DE 90°, E FAZENDO UMA CARGA MÍNIMA DE 27KG E NO MÁXIMO 40KG, COM ADESIVO EM VINIL, IMPRESSOS EM ALTA RESOLUÇÃO, COM PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UV COM INDICAÇÃO DO PESO EM KG; BATENTES: PRODUZIDOS EM BORRACHA SINTÉTICA MACIÇA, PARA AMORTECIMENTO DE PESO; ENCOSTO C/ REGULAGEM: ENCOSTO PRODUZIDO EM PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) 20MM COM PIGMENTAÇÃO PROTETIVA CONTRA DESBOTAMENTO; TELAS PROTETIVAS LATERAIS: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 1,5MM, FUROS RECORTADOS EM CNC COM PADRÃO QUADRICULADO; CARENAGEM DE PROTEÇÃO LATERAL: TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 77X40MM ESP: 2,0MM CALANDRADO COM CURVATURAS DE 170° E RAIO DE 150MM, 100° COM RAIO DE 150MM, 180° COM RAIO DE 150MM, 90° COM RAIO DE 150MM; TUBOS DE FECHAMENTO POSTERIOR: TUBO AÇO INOX 304 1 ½” ESP: 2,0MM; PAINEL DE ACABAMENTO POSTERIOR/ESPAÇO INFORMATIVO 1: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 1,5MM; ACABAMENTOS



	<p>LATERAIS/ESPAÇOS INFORMATIVOS 2: CHAPA DE AÇO INOX 304 ESP: 1,5MM; PEGA DA HASTE DE MOVIMENTAÇÃO: TUBO AÇO INOX 304 1 ¼” ESP: 2,0MM; PROCESSO DE SOLDAGEM: SOLDA MIG-MAG; REVESTIMENTOS: AÇO INOX, PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ C/ POLIÉSTER, E PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ C/ POLIÉSTER E PROCESSO DE FUSÃO TÉRMICA DE IMAGENS C/ CARACTERÍSTICAS DE MADEIRA E MÁRMORE CARRARA; MÚSCULOS ESTIMULADOS: TRAPÉZIOS, DELTOIDES, BÍCEPS, GRANDE DORSAL; EXERCÍCIOS PROPOSTOS: EXTENSÃO DE COTOVELOS / REMADA ALTA / ALONGAMENTO / DESENVOLVIMENTO BÍCEPS, TRAPÉZIO E COSTAS. FAIXA ETÁRIA: A PARTIR DE 16 ANOS;</p>
5	<p>ARTEFATO P/ TREINAMENTO 5 – PEGADA FECHADA, OMBROS E TRÍCEPIS - DIMENSÕES: LARGURA X ALTURA X COMPRIMENTO: 1100X1860X3130MM; ESTRUTURA CENTRAL: TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 150X50MM ESP: 2,0MM CALANDRADO COM CURVATURAS DE 90° COM RAIO DE 150MM E 105° COM RAIO DE 150MM; TRAVESSA DE LIGAÇÃO ESTRUTURA CENTRAL: TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 150X50MM ESP: 2,0MM; HASTE DE MOVIMENTAÇÃO DA CARGA: TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 150X50MM ESP: 2,0MM FIXADO AO TRILHO DE MOVIMENTAÇÃO POR MEIO DE PARAFUSOS TIPO ALLEN CABEÇA ABAULADA M10 EM AÇO INOX; SAPATA DE FIXAÇÃO ESTRUTURA CENTRAL: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 6,35MM; SAPATA DE FIXAÇÃO ESTRUTURA DE PROTEÇÃO: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 6,35MM; DOIS MÓDULOS DE CARGA ACOPLADOS INDEPENDENTE QUE DESLIZAM SOBRE TRILHO DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 MEDINDO 150X50MM ESP: 2,00MM COM CURVAS DE 90°, E FAZENDO UMA CARGA MÍNIMA DE 16KG E NO MÁXIMO 48KG, COM ADESIVO EM VINIL, IMPRESSOS EM ALTA RESOLUÇÃO, COM PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UV COM INDICAÇÃO DO PESO EM KG; BATENTES:</p>



	<p>PRODUZIDOS EM BORRACHA SINTÉTICA MACIÇA, PARA AMORTECIMENTO DE PESO; APOIO DO ENCONTO: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 6,35MM; ASSENTO/ENCOSTO: ASSENTENTOS E ENCOSTO PRODUZIDOS EM PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) DE 20MM COM PIGMENTAÇÃO PROTETIVA CONTRA DESBOTAMENTO; TELAS PROTETIVAS LATERAIS: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 1,5MM, FUROS RECORTADOS EM CNC COM PADRÃO QUADRICULADO; CARENAGEM DE PROTEÇÃO LATERAL: TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 77X40MM ESP: 2,0MM CALANDRADO COM CURVATURAS DE 170° E RAIOS DE 150MM, 100° COM RAIOS DE 150MM, 180° COM RAIOS DE 150MM, 90° COM RAIOS DE 150MM; TUBOS DE FECHAMENTO POSTERIOR: TUBO AÇO INOX 304 1 ½” ESP: 2,0MM; PAINEL DE ACABAMENTO POSTERIOR/ESPAÇO INFORMATIVO 1: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 1,5MM; ACABAMENTOS LATERAIS/ESPAÇOS INFORMATIVOS 2: CHAPA DE AÇO INOX 304 ESP: 1,5MM; TELA PERFURADA PROTETIVA DE FECHAMENTO COM FURO CENTRAL: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 2,0MM, FUROS RECORTADOS EM CNC COM PADRÃO QUADRICULADO; PEGA DA HASTE DE MOVIMENTAÇÃO: TUBO AÇO INOX 304 1 ¼ ” ESP: 2,0MM; PROCESSO DE SOLDAGEM: SOLDA MIG-MAG; REVESTIMENTOS: AÇO INOX, PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ C/ POLIÉSTER, E PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ C/ POLIÉSTER E PROCESSO DE FUSÃO TÉRMICA DE IMAGENS C/ CARACTERÍSTICAS DE MADEIRA E MÁRMORE CARRARA; MÚSCULOS ESTIMULADOS: PEITORAL MAIOR, DELTOIDES E TRÍCEPS; EXERCÍCIOS PROPOSTOS: EXTENSÃO DE COTOVELO / SUPINO / AQUECIMENTO E DESENVOLVIMENTO. FAIXA ETÁRIA: A PARTIR DE 16 ANOS;</p>
6	<p>ARTEFATO P/ TREINAMENTO 6 – DEADLIFT, MÚSCULOS INFERIORES - DIMENSÕES: LARGURA X ALTURA X COMPRIMENTO: 1620X1860X2970MM; ESTRUTURA: TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 150X50MM ESP: 2,0MM; COLUNAS FRONTAIS: TUBO OBLONGO AÇO INOX</p>



304 150X50MM ESP: 2,0MM CALANDRADO COM CURVATURAS DE 90° COM RAIO DE 150MM; COLUNAS FECHAMENTO TRASEIRO: TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 150X50MM ESP: 2,0MM; TRAVESSA DE LIGAÇÃO COLUNAS FECHAMENTO TRASEIRO: TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 150X50MM ESP: 2,0MM CALANDRADO COM CURVATURAS DE 90° COM RAIO DE 150MM; COLUNA DE APOIO CENTRAL: TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 150X50MM ESP: 2,0MM; PROTEÇÃO EMBORRACHADA COLUNA DE APOIO CENTRAL: PRODUZIDOS EM BORRACHA SINTÉTICA MACIÇA, PARA AMORTECIMENTO; SAPATA DE FIXAÇÃO ESTRUTURA CENTRAL: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 6,35MM; SAPATA DE FIXAÇÃO ESTRUTURA DE PROTEÇÃO: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 6,35MM; PEGA DO TRILHOS DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA: TUBO AÇO INOX 304 1 ¼" ESP: 2,0MM; TUBOS DE TRAVAMENTO HASTE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA: TUBO AÇO INOX 304 2" ESP: 2,0MM; DOIS MÓDULOS DE CARGA ACOPLADOS INDEPENDENTE QUE DESLIZAM SOBRE TRILHOS DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 MEDINDO 150X50MM ESP: 2,00MM COM CURVAS DE 90°, E FAZENDO UMA CARGA MÍNIMA DE 20KG E NO MÁXIMO 62KG, COM ADESIVO EM VINIL, IMPRESSOS EM ALTA RESOLUÇÃO, COM PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UV COM INDICAÇÃO DO PESO EM KG; BATENTES: PRODUZIDOS EM BORRACHA SINTÉTICA MACIÇA, PARA AMORTECIMENTO DE PESO; TELAS PROTETIVAS LATERAIS: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 1,5MM, FUROS RECORTADOS EM CNC COM PADRÃO QUADRICULADO; CARENAGEM DE PROTEÇÃO LATERAL: TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 77X40MM ESP: 2,0MM CALANDRADO COM CURVATURAS DE 170° E RAIO DE 150MM, 100° COM RAIO DE 150MM, 180° COM RAIO DE 150MM, 90° COM RAIO DE 150MM; TUBOS DE FECHAMENTO POSTERIOR: TUBO AÇO INOX 304 ½" ESP: 2,0MM; PAINEL DE ACABAMENTO POSTERIOR/ESPAÇO INFORMATIVO 1: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 1,5MM; ACABAMENTOS LATERAIS/ESPAÇOS INFORMATIVOS 2: CHAPA DE AÇO INOX 304 ESP:



	<p>1,5MM; PROCESSO DE SOLDAGEM: SOLDA MIG-MAG; REVESTIMENTOS: AÇO INOX, PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ C/ POLIÉSTER, E PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ C/ POLIÉSTER E PROCESSO DE FUSÃO TÉRMICA DE IMAGENS C/ CARACTERÍSTICAS DE MADEIRA E MÁRMORE CARRARA; MÚSCULOS ESTIMULADOS: TRAPÉZIO, GLÚTEO MÁXIMO, QUADRÍCEPS, ISQUIOTIBIAIS E GASTROCNÊMIOS; EXERCÍCIOS PROPOSTOS: AGACHAMENTO / ALONGAMENTO / DESENVOLVIMENTO. FAIXA ETÁRIA: A PARTIR DE 16 ANOS;</p>
7	<p>ARTEFATO P/ TREINAMENTO 7 - ROSCA BÍCEPS PEGADA INVERSA - DIMENSÕES: LARGURA X ALTURA X COMPRIMENTO: 830X1860X3340MM; ESTRUTURA CENTRAL: TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 150X50MM ESP: 2,0MM CALANDRADO COM CURVATURA 90° COM RAIO DE 150MM; TRAVESSA DE LIGAÇÃO ESTRUTURA CENTRAL: TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 150X50MM ESP: 2,0MM; HASTE DE MOVIMENTAÇÃO DA CARGA: TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 150X50MM ESP: 2,0MM FIXADO AO TRILHO DE MOVIMENTAÇÃO POR MEIO DE PARAFUSOS TIPO ALLEN CABEÇA ABAULADA M10 EM AÇO INOX; TUBO DE TRAVAMENTO DA HASTE DE MOVIMENTAÇÃO: TUBO AÇO INOX 304 2” ESP: 2,0MM; BRAÇO ARTICULADO PARA MOVIMENTAÇÃO: PEGA DO BRAÇO ARTICULADO DE MOVIMENTAÇÃO: TUBO AÇO INOX 304 1 ¼ ” ESP: 2,0MM, JUNÇÃO: TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 77X40MM ESP: 2,0MM; SAPATA DE FIXAÇÃO ESTRUTURA CENTRAL: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 6,35MM; SAPATA DE FIXAÇÃO ESTRUTUA DE PROTEÇÃO: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 6,35MM; UM MÓDULO DE CARGA ACOPLADO INDEPENDENTE QUE DESLIZA SOBRE TRILHO DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 MEDINDO 150X50MM ESP: 2,00MM COM CURVAS DE 90°, E FAZENDO UMA CARGA MÍNIMA DE 9KG E NO MÁXIMO 22KG, COM ADESIVO EM VINIL IMPRESSOS EM ALTA RESOLUÇÃO, COM PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UV COM INDICAÇÃO DO</p>



	<p>PESO EM KG; BATENTES: PRODUZIDOS EM BORRACHA SINTÉTICA MACIÇA, PARA AMORTECIMENTO DE PESO; TELAS PROTETIVAS LATERAIS: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 1,5MM, FUROS RECORTADOS EM CNC COM PADRÃO QUADRICULADO; CARENAGEM DE PROTEÇÃO LATERAL: TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 77X40MM ESP: 2,0MM CALANDRADO COM CURVATURAS DE 170° E RAIOS DE 150MM, 100° COM RAIOS DE 150MM, 180° COM RAIOS DE 150MM, 90° COM RAIOS DE 150MM; TUBOS DE FECHAMENTO POSTERIOR: TUBO AÇO INOX 304 1 ½" ESP: 2,0MM; PAINEL DE ACABAMENTO POSTERIOR/ESPAÇO INFORMATIVO 1: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 1,5MM; ACABAMENTOS LATERAIS/ESPAÇOS INFORMATIVOS 2: CHAPA DE AÇO INOX 304 ESP: 1,5MM; PROCESSO DE SOLDAGEM: SOLDA MIG-MAG; REVESTIMENTOS: AÇO INOX, PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ C/ POLIÉSTER, E PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ C/ POLIÉSTER E PROCESSO DE FUSÃO TÉRMICA DE IMAGENS C/ CARACTERÍSTICAS DE MADEIRA E MÁRMORE CARRARA; MÚSCULOS ESTIMULADOS: BÍCEPS; EXERCÍCIOS PROPOSTOS: EXTENSÃO DE COTOVELO / AQUECIMENTO / DESENVOLVIMENTO. FAIXA ETÁRIA: A PARTIR DE 16 ANOS;</p>
8	<p>ARTEFATO P/ TREINAMENTO 8 - PUXADA SUPINADA E INVERSA, BÍCEPS E TRÍCEPS - DIMENSÕES: LARGURA X ALTURA X COMPRIMENTO: 830X1860X2950MM; ESTRUTURA CENTRAL: TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 150X50MM ESP: 2,0MM CALANDRADO COM CURVATURAS DE 90° COM RAIOS DE 150MM; TRAVESSA DE LIGAÇÃO ESTRUTURA CENTRAL: TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 150X50MM ESP: 2,0MM; HASTE DE MOVIMENTAÇÃO DA CARGA: TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 150X50MM ESP: 2,0MM FIXADO AO TRILHO DE MOVIMENTAÇÃO POR MEIO DE PARAFUSOS TIPO ALLEN CABEÇA ABAULADA M10 EM AÇO INOX; BRAÇO ARTICULADO PARA MOVIMENTAÇÃO: PEGA DO BRAÇO ARTICULADO DE</p>



MOVIMENTAÇÃO: TUBO AÇO INOX 304 1 ¼ ” ESP: 2,0MM, JUNÇÃO: TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 77X40MM ESP: 2,0MM; SAPATA DE FIXAÇÃO ESTRUTURA CENTRAL: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 6,35MM; SAPATA DE FIXAÇÃO ESTRUTUA DE PROTEÇÃO: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 6,35MM; UM MÓDULOS DE CARGA ACOPLADOS INDEPENDENTE QUE DESLIZAM SOBRE TRILHO DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 MEDINDO 150X50MM ESP: 2,00MM COM CURVAS DE 90°, E FAZENDO UMA CARGA MÍNIMA DE 8KG E NO MÁXIMO 24KG, COM ADESIVO EM VINIL, IMPRESSOS EM ALTA RESOLUÇÃO, COM PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UV COM INDICAÇÃO DO PESO EM KG; TUBO DE TRAVAMENTO DO TRILHO DE MOVIMENTAÇÃO: TUBO AÇO INOX 304 2” ESP: 2,0MM; BATENTES: PRODUZIDOS EM BORRACHA SINTÉTICA MACIÇA, PARA AMORTECIMENTO DE PESO; TELAS PROTETIVAS LATERAIS: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 1,5MM, FUROS RECORTADOS EM CNC COM PADRÃO QUADRICULADO; TELA PERFURADA PROTETIVA DE FECHAMENTO COM FURO CENTRAL: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 2,0MM, FUROS RECORTADOS EM CNC COM PADRÃO QUADRICULADO; CARENAGEM DE PROTEÇÃO LATERAL: TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 77X40MM ESP: 2,0MM CALANDRADO COM CURVATURAS DE 170° E RAIOS DE 150MM, 100° COM RAIOS DE 150MM, 180° COM RAIOS DE 150MM, 90° COM RAIOS DE 150MM; TUBOS DE FECHAMENTO POSTERIOR: TUBO AÇO INOX 304 1 ½” ESP: 2,0MM; PAINEL DE ACABAMENTO POSTERIOR/ESPAÇO INFORMATIVO 1: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 1,5MM; ACABAMENTOS LATERAIS/ESPAÇOS INFORMATIVOS 2: CHAPA DE AÇO INOX 304 ESP: 1,5MM; PROCESSO DE SOLDAGEM: SOLDA MIG-MAG; REVESTIMENTOS: AÇO INOX, PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ C/ POLIÉSTER, E PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ C/ POLIÉSTER E PROCESSO DE FUSÃO TÉRMICA DE IMAGENS C/ CARACTERÍSTICAS DE MADEIRA E MÁRMORE CARRARA; MÚSCULOS ESTIMULADOS: TRÍCEPS; EXERCÍCIOS



	PROPOSTOS: ALONGAMENTO / DESENVOLVIMENTO TRÍCEPES. FAIXA ETÁRIA: A PARTIR DE 16 ANOS;
9	ARTEFATO P/ TREINAMENTO 9 - SUPINO UNILATERAL, TRÍCEPIS E PEITORAL - DIMENSÕES: LARGURA X ALTURA X COMPRIMENTO: 1250X1860X3710MM; ESTRUTURA CENTRAL: TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 150X50MM ESP: 2,0MM CALANDRADO COM CURVATURAS 90° COM RAIO DE 150MM E 120° COM RAIO DE 150MM; TRAVESSA DE LIGAÇÃO ESTRUTURA CENTRAL: TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 150X50MM ESP: 2,0MM; HASTE DE MOVIMENTAÇÃO DA CARGA: TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 150X50MM ESP: 2,0MM FIXADO AO TRILHO DE MOVIMENTAÇÃO POR MEIO DE PARAFUSOS TIPO ALLEN CABEÇA ABAULADA M10 EM AÇO INOX; PEGA DA HASTE DE MOVIMENTAÇÃO: TUBO AÇO INOX 304 1 ¼" ESP: 2,0MM; TUBO DE TRAVAMENTO DO TRILHO DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA: TUBO AÇO INOX 304 2" ESP: 2,0MM; HASTE DE APOIO ASSENTO/ENCONTO: TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 150X50MM ESP: 2,0MM CALANDRADO COM CURVATURAS 120° COM RAIO DE 150MM; REGULADOR DE ALTURA/SUORTE ASSENTO: CHAPA DE AÇO INOX 304 ESP: 4,75MM; ASSENTO/ENCOSTO: ASSENTENTOS E ENCOSTO PRODUZIDOS EM PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) 20MM COM PIGMENTAÇÃO PROTETIVA CONTRA DESBOTAMENTO; SAPATA DE FIXAÇÃO ESTRUTURA CENTRAL: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 6,35MM; SAPATA DE FIXAÇÃO ESTRUTUA DE



PROTEÇÃO: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 6,35MM; DOIS MÓDULOS DE CARGA ACOPLADOS INDEPENDENTE QUE DESLIZAM SOBRE TRILHO DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 MEDINDO 150X50MM ESP: 2,00MM COM CURVAS DE 90°, E FAZENDO UMA CARGA MÍNIMA DE 16KG E NO MÁXIMO 48KG, COM ADESIVO EM VINIL, IMPRESSOS EM ALTA RESOLUÇÃO, COM PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UV COM INDICAÇÃO DO PESO EM KG; BATENTES: PRODUZIDOS EM BORRACHA SINTÉTICA MACIÇA, PARA AMORTECIMENTO DE PESO; TELAS PROTETIVAS LATERAIS: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 1,5MM, FUROS RECORTADOS EM CNC COM PADRÃO QUADRICULADO; TUBOS DE FECHAMENTO POSTERIOR: TUBO AÇO INOX 304 1 ½” ESP: 2,0MM; TELA PERFURADA PROTETIVA DE FECHAMENTO COM FURO CENTRAL: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 2,0MM, FUROS RECORTADOS EM CNC COM PADRÃO QUADRICULADO; CARENAGEM DE PROTEÇÃO LATERAL: TUBO OBLONGO AÇO INOX 304 77X40MM ESP: 2,0MM CALANDRADO COM CURVATURAS DE 170° E RAIOS DE 150MM, 100° COM RAIOS DE 150MM, 180° COM RAIOS DE 150MM, 90° COM RAIOS DE 150MM; PAINEL DE ACABAMENTO POSTERIOR/ESPAÇO INFORMATIVO 1: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 1,5MM; ACABAMENTOS LATERAIS/ESPAÇOS INFORMATIVOS 2: CHAPA DE AÇO INOX 304 ESP: 1,5MM; PROCESSO DE SOLDAGEM: SOLDA MIG-MAG; REVESTIMENTOS: AÇO INOX, PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ C/ POLIÉSTER, E PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ C/ POLIÉSTER E PROCESSO DE FUSÃO TÉRMICA DE IMAGENS C/ CARACTERÍSTICAS DE MADEIRA E MÁRMORE CARRARA; MÚSCULOS ESTIMULADOS: DELTOÍDES, TRÍCEPS, PEITORAL MAIOR SUPERIOR; EXERCÍCIOS PROPOSTOS: AQUECIMENTO / DESENVOLVIMENTO TRÍCEPS, DELTOÍDES, PEITORAL. FAIXA ETÁRIA: A PARTIR DE 16 ANOS;



10

ARTEFATO DE TREINAMENTO MULTIFUNCIONAL - DIMENSÕES:
LARGURA X ALTURA X COMPRIMENTO: 3875X2576X9550MM;
ESTRUTURA CENTRAL TORRE FUNCIONAL A: COLUNAS CENTRAIS DE APOIO: TUBO AÇO INOX 304 6" ESP: 2,0MM CALANDRADO COM CURVATURA INFERIOR DE 150° E RAIOS 500MM E CURVATURA SUPERIOR DE 120° E RAIOS 500MM; ESFERA DE ACABAMENTO PARA TUBO 6": ACABAMENTO NO FORMATO ESFÉRICO DE RAIOS 250MM PRODUZIDO EM AÇO INOX 304 POR PROCESSO DE MICRO FUDIÇÃO ESP: 10MM; QUADRO DE AMARRAÇÃO COM 05 LADOS: TUBO OBLONGO AÇO INOX 304, 150X50MM ESP: 2,0MM COM CURVATURAS DE 108° E RAIOS 150MM; ESFERA DE LIGAÇÃO PARA TUBO 6" E TUBO OBLONGO 150x50MM: DISPOSITIVO NO FORMATO ESFÉRICO DE RAIOS 250MM PARA LIGAMENTO DE TUBO 6" COM TUBO OBLONGO 150X50MM, PRODUZIDO EM AÇO INOX 304 POR PROCESSO DE MICRO FUDIÇÃO ESP: 10MM; SAPATA DE FIXAÇÃO ESTRUTURA CENTRAL: CHAPA AÇO INOX 304, ESP: 10MM; ESTAÇÃO DE BARRA PUXADA: PEGA BARRA PUXADA: TUBO AÇO INOX 304 1 ½" ESP: 2,0MM, ACABAMENTO PARA TUBO REDONDO DE 1 ½"; TUBO DE REDUÇÃO SUPERIOR BARRA PUXADA: TUBO AÇO INOX 304 3" ESP: 2,0MM; ESTAÇÃO DE BARRA PARALELA: ESTRUTURA BARRAS PARALELAS: TUBO AÇO INOX 304 2" ESP: 2,0MM; SAPATA DE FIXAÇÃO BARRAS PARALELAS: CHAPA AÇO INOX 304, ESP: 6,35MM; TUBO DE REDUÇÃO SUPERIOR BARRAS PARALELAS: TUBO AÇO INOX 304 3" ESP: 2,0MM; CANOPLAS DE ACABAMENTO DOS PÉS: CANOPLA DE ALTA RESISTÊNCIA CONFECCIONADA POR PROCESSO DE INJEÇÃO PLÁSTICA P/ ACABAMENTO COM DESIGN ERGONÔMICO NO FORMATO SEMIESFÉRICO DE RAIOS 225MM ESP: 5MM; ESTAÇÃO DE ALONGAMENTO MULTIFUNCIONAL: ESTRUTURA ALONGAMENTO MULTIFUNCIONAL: TUBO AÇO INOX 304 2" ESP: 2,0MM; SAPATA DE FIXAÇÃO ALONGAMENTO MULTIFUNCIONAL: CHAPA AÇO INOX 304,



ESP: 6,35MM; TUBO DE REDUÇÃO SUPERIOR ALONGAMENTO MULTIFUNCIONAL: TUBO AÇO INOX 304 3" ESP: 2,0MM; PINOS DE PEGA/APOIO ALONGAMENTO MULTIFUNCIONAL: TUBO AÇO INOX 304 1 ½" ESP: 2,0MM, ACABAMENTO PARA TUBO REDONDO DE 1 ½"; CANOPLAS DE ACABAMENTO DOS PÉS: CANOPLA DE ALTA RESISTÊNCIA CONFECCIONADA POR PROCESSO DE INJEÇÃO PLÁSTICA P/ ACABAMENTO COM DESIGN ERGONÔMICO NO FORMATO SEMIESFÉRICO DE RAIO 225MM ESP: 5MM; ESTAÇÃO DE ESTIMULAÇÃO ABDOMINAL: ESTRUTURA ESTIMULAÇÃO ABDOMINAL: TUBO AÇO INOX 304 2" ESP: 2,0MM; SAPATA DE FIXAÇÃO ESTIMULAÇÃO ABDOMINAL: CHAPA AÇO INOX 304, ESP: 6,35MM; TUBO DE REDUÇÃO SUPERIOR ESTIMULAÇÃO ABDOMINAL: TUBO AÇO INOX 304 3" ESP: 2,0MM; PINOS VERTICAIS DE PEGA: TUBO AÇO INOX 304 1 ½" ESP: 2,0MM, ACABAMENTO PARA TUBO REDONDO DE 1 ½"; CANOPLAS DE ACABAMENTO DOS PÉS: CANOPLA DE ALTA RESISTÊNCIA CONFECCIONADA POR PROCESSO DE INJEÇÃO PLÁSTICA P/ ACABAMENTO COM DESIGN ERGONÔMICO NO FORMATO SEMIESFÉRICO DE RAIO 225MM ESP: 5MM; APOIO PARA AS COSTAS: CONFECCIONADO EM PEAD ESP: 20MM COM PIGMENTAÇÃO PROTETIVA CONTRA DESBOTAMENTO CONFECCIONA POR MOLDAGEM TÉRMICA; APOIO PARA OS BRAÇOS: CONFECCIONADOS EM BORRACHA MOLDADA EM SBR; ESTRUTURA CENTRAL TORRE FUNCIONAL B: COLUNAS CENTRAIS DE APOIO: TUBO AÇO INOX 304 6" ESP: 2,0MM CALANDRADO COM CURVATURA INFERIOR DE 150° E RAIO 500MM E CURVATURA SUPERIOR DE 120° E RAIO 500MM; ESFERA DE ACABAMENTO PARA TUBO 6": ACABAMENTO NO FORMATO ESFÉRICO DE RAIO 250MM PRODUZIDO EM AÇO INOX 304 POR PROCESSO DE MICRO FUDIÇÃO ESP: 10MM; QUADRO DE AMARRAÇÃO COM 05 LADOS: TUBO OBLONGO AÇO INOX 304, 150X50MM ESP: 2,0MM COM CURVATURAS DE 108° E RAIO 150MM; ESFERA DE LIGAÇÃO PARA



TUBO 6" E TUBO OBLONGO 150x50MM: DISPOSITIVO NO FORMATO ESFÉRICO DE RAIO 250MM PARA LIGAMENTO DE TUBO 6" COM TUBO OBLONGO 150X50MM, PRODUZIDO EM AÇO INOX 304 POR PROCESSO DE MICRO FUDIÇÃO ESP: 10MM; SAPATA DE FIXAÇÃO ESTRUTURA CENTRAL: CHAPA AÇO INOX 304, ESP: 10MM; ESTAÇÃO DE ESTIMULAÇÃO HORIZONTAL MULTIFUNCIONAL: ESTRUTURA HORIZONTAL: TUBO AÇO INOX 304 1 ½" ESP: 2,0MM; PINOS DE PEGA DA ESTRUTURA HORIZONTAL: TUBO AÇO INOX 304 1 ½" ESP: 2,0MM, ACABAMENTO PARA TUBO REDONDO DE 1 ½"; TUBO DE REDUÇÃO SUPERIOR ESTIMULAÇÃO HORIZONTAL MULTIFUNCIONAL: TUBO AÇO INOX 304 3" ESP: 2,0MM; ESTAÇÃO DE ESTIMULAÇÃO VERTICAL MULTIFUNCIONAL: ESTRUTURA VERTICAL: TUBO AÇO INOX 304 2" ESP: 2,0MM; SAPATA DE FIXAÇÃO ESTIMULAÇÃO VERTICAL MULTIFUNCIONAL: CHAPA AÇO INOX 304, ESP: 6,35MM; CANOPLAS DE ACABAMENTO DOS PÉS: CANOPLA DE ALTA RESISTÊNCIA CONFECCIONADA POR PROCESSO DE INJEÇÃO PLÁSTICA P/ ACABAMENTO COM DESIGN ERGONÔMICO NO FORMATO SEMIESFÉRICO DE RAIO 225MM ESP: 5MM; TUBO DE REDUÇÃO SUPERIOR ESTIMULAÇÃO VERTICAL MULTIFUNCIONAL: TUBO AÇO INOX 304 3" ESP: 2,0MM; PINOS DE PEGA HORIZONTAIS DA ESTRUTURA VERTICAL: TUBO AÇO INOX 304 1 ½" ESP: 2,0MM, ACABAMENTO PARA TUBO REDONDO DE 1 ½"; ESTAÇÃO DE ESTIMULAÇÃO OMBROS: ESTRUTURA VERTICAL ESTIMULAÇÃO OMBROS: TUBO AÇO INOX 304 2" ESP: 2,0MM; SAPATA DE FIXAÇÃO ESTIMULAÇÃO OMBROS: CHAPA AÇO INOX 304, ESP: 6,35MM; TUBO DE REDUÇÃO SUPERIOR ESTIMULAÇÃO OMBROS: TUBO AÇO INOX 304 3" ESP: 2,0MM; CANOPLAS DE ACABAMENTO DOS PÉS: CANOPLA DE ALTA RESISTÊNCIA CONFECCIONADA POR PROCESSO DE INJEÇÃO PLÁSTICA P/ ACABAMENTO COM DESIGN ERGONÔMICO NO FORMATO SEMIESFÉRICO DE RAIO 225MM ESP: 5MM; ESFERA DE PESO COM



PUXADORES: DISPOSITIVO NO FORMATO ESFÉRICO DE RAIO 250MM, PRODUZIDO EM AÇO INOX 304 POR PROCESSO DE MICRO FUDIÇÃO ESP: 10MM; ESTAÇÃO DE ESTIMULAÇÃO ABDOMINAL INCLINADO: ESTRUTURA ABDOMINAL INCLINADO: TUBO AÇO INOX 304 3" ESP: 2,0MM; SAPATA DE FIXAÇÃO ABDOMINAL INCLINADO: CHAPA AÇO INOX 304, ESP: 6,35MM; CANOPLAS DE ACABAMENTO DOS PÉS: CANOPLA DE ALTA RESISTÊNCIA CONFECCIONADA POR PROCESSO DE INJEÇÃO PLÁSTICA P/ ACABAMENTO COM DESIGN ERGONÔMICO NO FORMATO SEMIESFÉRICO DE RAIO 225MM ESP: 5MM; PINOS DE PEGA HORIZONTAIS/APOIO PÉS: TUBO AÇO INOX 304 1 ½" ESP: 2,0MM, ACABAMENTO PARA TUBO REDONDO DE 1 ½"; PRANCHA APOIO COSTAS: CONFECCIONADO EM PEAD ESP: 20MM COM PIGMENTAÇÃO PROTETIVA CONTRA DESBOTAMENTO CONFECCIONA POR MODELAGEM TÉRMICA; TORRE FUNCIONAL C: ESTRUTURA TORRE FUNCIONAL C: TUBO AÇO INOX 304 6" ESP: 2,0MM; TUBO AÇO INOX 304 6" ESP: 2,0MM CALANDRADO COM CURVATURA INFERIOR DE 150° E RAIO 500MM E CURVATURA SUPERIOR DE 120° E RAIO 500MM; SAPATA DE FIXAÇÃO TORRE FUNCIONAL C: CHAPA AÇO INOX 304, ESP: 10MM; FIXADOR DUPLO HASTES DE PEGA: CHAPA AÇO INOX 304, ESP: 6,35MM; HASTES DE PEGA: TUBO AÇO INOX 304 1 ½" ESP: 2,0MM, ACABAMENTO PARA TUBO REDONDO DE 1 ½"; ESFERA DE LIGAÇÃO PARA TUBO 6": DISPOSITIVO NO FORMATO ESFÉRICO DE RAIO 250MM PARA LIGAMENTO DE TUBOS 6", PRODUZIDO EM AÇO INOX 304 POR PROCESSO DE MICRO FUDIÇÃO ESP: 10MM; PROCESSO DE SOLDAGEM: SOLDA MIG-MAG; REVESTIMENTOS: AÇO INOX, PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ C/ POLIÉSTER, E PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ C/ POLIÉSTER E PROCESSO DE FUSÃO TÉRMICA DE IMAGENS C/ CARACTERÍSTICAS DE MADEIRA E MÁRMORE CARRARA;



11	<p>BALANÇA E AFERIDOR DE MEDIDAS SMART DIGITAL: DIMENSÕES: DIMENSÕES: LARGURA X ALTURA X COMPRIMENTO: 720X2400X500MM; MATERIA PRIMA: AÇO INOX 304; TELA TOUCH SCREEN LCD DE ALTA DEFINIÇÃO; SISTEMA OPERACIONAL COM RECONHECIMENTO FACIAL; MEDIDAS AFERIDAS: ALTURA (0-210CM), PESO (1-300KG), FREQUÊNCIA CARDÍACA (40-180 BPM), FORÇA DE EQUILÍBRIO, COMPOSIÇÃO CORPORAL HUMANA, IMC (ÍNDICE DE MASSA CORPORAL) (FAIXA NORMAL: 18,5-24,0); INDICADO PARA LOCAIS AO AR LIVRE; REVESTIMENTOS: PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ C/ POLIÉSTER, E PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ C/ POLIÉSTER E PROCESSO DE FUSÃO TÉRMICA DE IMAGENS C/ CARACTERÍSTICAS DE MADEIRA E MÁRMORE CARRARA;</p>
12	<p>HOT SPOT WI-FI - EQUIPAMENTOS DE ACESSO (APS) COMPATÍVEIS COM ALTA DENSIDADE DE USUÁRIOS; REDE SEGURA, COM USO DE VLANS, CONTROLE DE BANDA E MONITORAMENTO; AUTENTICAÇÃO VIA: WI-FI CATIVO, QR CODE, TAG NFC, LOGIN VIA: FORMULÁRIO, CPF, NÚMERO DE TELEFONE, REDES SOCIAIS A PLATAFORMA DEVE OFERECER: DASHBOARD COMPLETO, DADOS DE ACESSO, HORÁRIOS DE PICO, TAXA DE RETORNO (RECORRÊNCIA), PERFIL DO USUÁRIO, FLUXO DIÁRIO, SEMANAL E MENSAL, INFORMAÇÕES UNIFICADAS EM TEMPO REAL, EXIBIÇÃO DE PESQUISA E PUBLICIDADE PERSONALIZADA NO PORTAL DE CONEXÃO, GAMIFICAÇÃO, FIDELIZAÇÃO, REDIRECIONAMENTO DE LINKS, MENSURAÇÃO DE CLIQUES, ACESSO AO DE FITNESS OU SERVIÇOS PÚBLICOS DOS EQUIPAMENTOS. DADOS NUNCA VAZADOS, ADEQUAÇÃO TOTAL À LGPD, ADEQUAÇÃO AO MARCO CIVIL DA INTERNET. EQUIPAMENTOS: ACCESS POINTS DEVEM POSSUIR, WI-FI 6, SUPORTE A 200 + USUÁRIOS SIMULTÂNEO, CONTROLE VIA NUVEM, QOS (PRIORIZAÇÃO DE</p>



	TRÁFEGO), POE, SUPORTE A MIMO, ANTENAS INTERNAS OU EXTERNAS DEPENDENDO DO AMBIENTE. A ENTREGA DEVE SER FEITA NO MODELO TURN-KEY, INCLUINDO: INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS, OPERAÇÃO, GESTÃO, MONITORAMENTO, SUPORTE, MARKETING E SINALIZAÇÃO.
13	<p>GUARDA CORPO C/ CORRIMÃO INOX - DIMENSÃO: ALTURA X LARGURA X COMPRIMENTO: 1160 X 160 X 1900MM – ESTRUTURA EM AÇO INOX; ESTRUTURA PODE PREVER UM PROLONGAMENTO COMO ÁREA DE FIXAÇÃO INTERNA DENTRO DO SOLO;</p> <p>PROCESSO DE SOLDAGEM: SOLDA MIG-MAG; REVESTIMENTOS: PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ C/ POLIÉSTER, E PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ C/ POLIÉSTER E PROCESSO DE FUSÃO TÉRMICA DE IMAGENS C/ CARACTERÍSTICAS DE MADEIRA E MÁRMORE CARRARA;</p>
14	<p>TOTEM INFORMATIVO INOX – MEDINDO (C) 650 X (L) 76,2 X (A) 1480MM; EM TUBO 76,2MM ESP: 3,0MM EM AÇO INOX 304; PAINEL INFORMATIVO DUPLO COM ÁREA DE PERSONALIZAÇÃO EM CHAPA ESP: 1,5MM DE AÇO INOX 304 MEDINDO 500X1000MM; SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E FIXAÇÃO DOS PAINÉIS INFORMATIVOS ATRAVÉS DE 4 SUPORTES METÁLICOS, 2 DE CADA LADO, ACOPLADOS E SOLDADOS NO CENTRO DO TUBO EM ENCAIXES EXECUTADOS EM CORTE A LASER; QUATRO ORIFÍCIOS PARA PARAFUSOS EM CADA UMA; SAPATAS DE FIXAÇÃO EM CHAPA DE AÇO INOX 304 MEDINDO 180MM ESP: 10MM INTEGRADAS AS COLUNAS POR MEIO DE ORIFÍCIO CENTRAL DE ENCAIXE EM CORTE A LASER; APLICAÇÃO DE IMAGEM POR MEIO DE ADESIVO DE ALTA RESOLUÇÃO COM PROTEÇÃO UV; MOLDURA HORIZONTAL DE ACABAMENTO EM ALUMÍNIO EXTRUDADO MEDINDO</p>



	<p>1150MM: CAVIDADE DUPLA INTERNA DE DIÂMETRO DE 33,6MM; CAVIDADE LATERAL QUADRADA MEDINDO 7,5X7,5MM COM ARREDONDAMENTO EM UM DOS LADOS COM RAIO DE 18,8MM; PERFIL RETANGULAR MEDINDO 80X40MM NA ESP: 2,25MM COM ACABAMENTOS LATERAIS DE RAIO 3,0MM; MANOPLA DE ACABAMENTO DOS PÉS EM ABS COM PIGMENTAÇÃO PROTETIVA CONTRA DESBOTAMENTO NA ESP: 5,0MM PARA ACABAMENTO DE TUBO 76,2 COM DIÂMETRO EXTERNO DE 225MM ALTURA DE 130MM; CAVIDADE LATERAL PARA ACOPLAMENTO DE PARAFUSOS 1/4" DE FIXAÇÃO; FURAÇÃO PASSANTE DE 76,2MM; ARESTAS COM APLICAÇÃO DE ACABAMENTO DE RAIO 1,5MM; FIXAÇÃO POR MEIO DE BARRAS ROSCADAS EM AÇO INOX 304 DE 15,87MM DE DIÂMETRO COM PORCA E CONTRA PORCA. PROCESSO DE SOLDAGEM: SOLDA MIG-MAG; REVESTIMENTOS: PINTURA COM TINTA ELETROSTÁTICA A PÓ C/ POLIÉSTER; ACABAMENTOS EM PINTURA ELETROSTÁTICA C/ PROCESSO DE FUSÃO TÉRMICA DE IMAGENS COM CARACTERÍSTICAS DE MADEIRA E MÁRMORE CARRARA.</p>
15	<p>TOTEM LETREIRO INOX – MEDINDO (C) 5000 X (L) 500 X (A) (200 (BASE) + 1500 (CORAÇÃO)MM: FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO TURÍSTICA, COM LETREIRO EM CHAPA DE AÇO INOX 304 ESP: 1,5MM A 2,0 COM LARGURA MÍNIMA DE 200MM E 300MM NO MÁXIMO, SENDO O TERMO: “EU (NOME DO MUNICIPIO)” EM TRÊS CORES A DEFINIR; BASE REVESTIDA EM AÇO INOX 304 ESP: 1,5MM; ESTRUTURA DE FIXAÇÃO EM PERFIL HORIZONTAL 40X30MM ESP: 1,5MM; ACABAMENTO INFERIOR DA BASE DE APOIO DAS LETRAS EM AÇO INOX 304 ESP: 1,5MM; TRAVAMENTO VERTICAL EM AÇO INOX EM PERFIL 30X30MM ESP: 1,5MM; TRAVESSA DE AMARRAÇÃO DAS LETRAS EM AÇO INOX EM PERFIL 20X20MM ESP: 1,5MM; BASE COM PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR PRETO; PROCESSO DE SOLDAGEM:</p>



	SOLDA MIG-MAG; REVESTIMENTOS: PINTURA COM TINTA ELETROSTÁTICA A PÓ C/ POLIÉSTER; ACABAMENTOS EM PINTURA ELETROSTÁTICA C/ PROCESSO DE FUSÃO TÉRMICA DE IMAGENS COM CARACTERÍSTICAS DE MADEIRA E MÁRMORE CARRARA.
16	GRAMA SINTÉTICA - GRAMA DECORATIVA SINTÉTICA FABRICADA COM FIO 12 MM POLIETILENO COM PROTEÇÃO CONTRA RAIOS ULTRAVIOLETA E PROTEÇÃO ANTIFÚNGICA E PROTEÇÃO ANTI-CHAMAS. COR: VERDE. IDEAL PARA ÁREAS DE LAZER, PLAYGROUNDS, PARQUES, PRAÇAS, ACADEMIAS, ETC.
17	PISO EMBORRACHADO - DIMENSÕES: (LARGURA X PROFUNDIDADE X ALTURA) 100 X 100 X 1,5CM, ESPESSURA DE 15MM. COR: PRETO. IDEAL PARA ÁREAS DE LAZER, PLAYGROUNDS, PARQUES, PRAÇAS, ESCOLAS ETC.

LOTE 2	
ITEM	DESCRIPTIVO
1	PET PLACE – (1) RAMPA SOBE E DESCE: DIMENSÃO: ALTURA X LARGURA X PROFUNDIDADE: 860MM X 3000MM X 1140MM; ESTRUTURA BASE DE APOIO RAMPA: METALON 30X20X2MM; CHAPA APOIO PEAD: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 1,5MM; TUDOS DE FIXAÇÃO: TUBO AÇO INOX 304 2” ESP: 2,25MM; RAMPAS: CHAPA PEAD 15 MM COM PIGMENTAÇÃO PROTETIVA CONTRA DESBOTAMENTO NA COR PRETA, PEAD 9 MM COM PIGMENTAÇÃO PROTETIVA CONTRA



DESBOTAMENTO COLORIDAS. **(1) ARCOS P/ ADESTRAMENTO:** DIMENSÃO: ALTURA X LARGURA X PROFUNDIDADE: 825MM X 550MM X 90MM; ESTRUTURA: TUBO AÇO INOX 304 2" ESP: 2,25MM; FLANGE LIMITADORA: CHAPA AÇO INOX 304 ESP: 2,00MM;**(1) OBSTÁCULO P/ SALTO:** DIMENSÃO: ALTURA X LARGURA X PROFUNDIDADE: 1100MM X 4200MM X 90 MM; ESTRUTURA BASE PARA FIXAÇÃO PEAD: METALON 80X80X2MM; OBSTÁCULO: CHAPA PEAD 15 MM COM PIGMENTAÇÃO PROTETIVA CONTRA DESBOTAMENTO NA COR PRETA COM RECORTE LÚDICO EM CNC, PEAD 9 MM COM PIGMENTAÇÃO PROTETIVA CONTRA DESBOTAMENTO COLORIDAS COM RECORTE LÚDICO EM CNC; DECORAÇÃO FORMATO CACHORRO: CHAPA PEAD 15 MM COM PIGMENTAÇÃO PROTETIVA CONTRA DESBOTAMENTO NA COR PRETA COM RECORTE EM CNC, PEAD 9 MM COM PIGMENTAÇÃO PROTETIVA CONTRA DESBOTAMENTO COLORIDAS COM RECORTE EM CNC DECORATIVO. **(1) MINHO-CÃO:** DIMENSÃO: ALTURA X LARGURA X PROFUNDIDADE: 1060MM X 3200MM X 5400MM; TUBOS DE APOIO E FIXAÇÃO: TUBO AÇO INOX 304 2" ESP: 2,25MM; TÚNEL/TOBOGAM CURVO: PRODUZIDO EM POLIETILENO LINEAR DE MÉDIA DENSIDADE, PIGMENTAÇÃO PROTETIVA CONTRA DESBOTAMENTO E ATÓXICO; MOLDURA LÚDICA ENTRADA/SAÍDA: CHAPA PEAD 15 MM COM PIGMENTAÇÃO PROTETIVA CONTRA DESBOTAMENTO NA COR PRETA COM RECORTE EM CNC DECORATIVO, PEAD 9 MM COM PIGMENTAÇÃO PROTETIVA CONTRA DESBOTAMENTO COLORIDAS COM RECORTE EM CNC DECORATIVO; **(1) CONES ZIG ZAG:** DIMENSÃO: ALTURA X LARGURA X PROFUNDIDADE: 400MM X 280MM X 280MM; 4 CONES: LATERAL CONES PRODUZIDOS EM CHAPA DE AÇO INOX ESP: 0,8MM; BASE CONE: PRODUZIDA CHAPA DE AÇO INOX ESP: 4,75MM; PROCESSO P/ TODOS OS ITENS: SOLDAGEM/ SOLDA MIG-MAG; REVESTIMENTOS: PINTURA COM TINTA ELETROSTÁTICA A PÓ C/ POLIÉSTER; REVESTIMENTOS EM PINTURA ELETROSTÁTICA C/ PROCESSO DE



Prefeitura Municipal de
Angra dos Reis



Secretaria de
OBRAS E HABITAÇÃO

FUSÃO TÉRMICA DE IMAGENS COM CARACTERÍSTICAS DE MADEIRA E MÁRMORE CARRARA.
--

As dimensões e estimativas de tamanho dos itens descritos acima possuem caráter referencial, podendo apresentar variações aproximadas, destinando-se exclusivamente à adequada especificação dos itens para fins de formação da Ata de Registro de Preços.

GUSTAVO DA SILVA
MARINHO:1547115
9713

Assinado de forma digital por
GUSTAVO DA SILVA
MARINHO:15471159713
Dados: 2026.03.25 16:48:12
-03'00'

Gustavo da Silva Marinho
Coord. Técnico de Obras
Mat. 32752